

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PESQUISA DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM BRASILEIRA -  
NUPHEBRAS**



**A ESCOLA ANNA NERY (EAN) NO “FRONT” DO  
CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM E O  
(RE) ALINHAMENTO DE POSIÇÕES DE PODER  
(1931 - 1949)**

**ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA FILHO**

**RIO DE JANEIRO  
2004**

**ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA FILHO**

**A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o  
(re)alinhamento de posições de poder (1931 – 1949)**

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Tânia Cristina Franco Santos

Relatório final da Tese de Doutorado  
apresentado à Escola de Enfermagem Anna  
Nery da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como requisito à obtenção do título de  
Doutor em Enfermagem.

**Rio de Janeiro**

**Dezembro – 2004**

A ESCOLA ANNA NERY (EAN) NO “FRONT” DO CAMPO DA  
EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM E O (RE) ALINHAMENTO DAS  
POSIÇÕES DE PODER (1931 – 1949)

**Antonio José de Almeida Filho**

Relatório Final da Tese de Doutorado apresentado à Banca Examinadora  
como exigência do Curso de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem  
Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em dezembro de 2004

**Banca Examinadora:**

**Presidente:** Prof<sup>ª</sup> Dra. Tânia Cristina Franco Santos

**4º Examinador:** Prof<sup>ª</sup> Dra. Suely de Souza Baptista

**3º Examinador:** Prof<sup>º</sup> Dr Osnir Claudiano da Silva Junior

**2º Examinador:** Prof<sup>ª</sup> Dra. Almerinda Moreira

**1º Examinador:** Prof<sup>º</sup> Dr. Sílvio de Almeida Carvalho Filho

**Suplente:** Prof<sup>ª</sup> Dra. Lúcia Helena Silva Corrêa Lourenço

**Suplente:** Prof<sup>ª</sup> Dra. Glória Walkíria de Fátima Rocha

**Rio de Janeiro**

**2004**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Almeida Filho, Antonio José.

A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re)alinhamento das posições de poder (1931 – 1949). / Antonio José de Almeida Filho: UFRJ/EEAN, 2004.

xiii, 200p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery. 2004.

Orientadora: Tânia Cristina Franco Santos.

1. Enfermagem
2. História da Enfermagem – Brasil
3. Ensino de Enfermagem
4. Religião I. Título

CDD 610.73

*DEDICATÓRIA*

---

Dedico este momento e a conquista deste estudo aos meus pais, **Antonio José de Almeida** e **Maria Helena de Almeida**, cujas presenças constantes serviram de inspiração e transmitiram conforto, aos meus irmãos e aos valorosos amigos que em muitos momentos manifestaram apoio.

## AGRADECIMENTOS

---

A Deus, por existires e me mostrares que tudo pode ser alcançado, independente de instituições religiosas.

A meus pais, por nunca me faltarem com o apoio necessário em cada dia de minha vida.

A meus irmãos, que colaboraram direta ou indiretamente na construção deste trabalho.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Tânia Cristina Franco Santos, por compartilhar a sua experiência, durante este período de grande ansiedade. Muito obrigado, por tudo.

Ao Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira – NUPHEBRAS, que com sua estrutura contribuiu muito para ampliar o meu conhecimento geral e, sobretudo, na história da enfermagem brasileira.

As professoras titulares de história da enfermagem, Ieda de Alencar Barreira e Suely de Souza Baptista, que se destacaram pelo exemplo de dedicação, competência e empreendimento ao longo de suas vidas. Hoje, mesmo aposentadas continuam enriquecendo o conhecimento acerca da história da enfermagem.

A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lúcia Helena Silva Correa Lourenço, cuja contribuição foi muito importante, enquanto chefe de departamento e, sobre tudo, nas várias intervenções nas diferentes etapas de construção deste estudo.

As colegas de PCI – II, pelo apoio nos momentos em que precisei me ausentar das atividades do PCI.

Aos demais docentes do Departamento de Enfermagem Fundamental por dividirem esse período de grande ansiedade.

---

A todas as docentes e discentes do Curso de Doutorado da EEAN, pela socialização do conhecimento, demonstrado nas inúmeras atividades desenvolvidas ao longo do Curso de Doutorado desta instituição.

Aos vários acervos históricos, sem os quais as pesquisas históricas não existiriam, com destaque para o Centro de documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ, Centro de Memória da Faculdade de Enfermagem da UERJ, Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO, Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz –COC, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, acervo da Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro. A iniciativa dessas instituições muito têm colaborado para a preservação da memória da nossa sociedade e da enfermagem, permitindo um resgate do passado e uma melhor compreensão do momento presente.

As depoentes deste estudo, Anna Jaguaribe da Silva Nava, Elvira de Felice Souza e Lieselotte Hoeschl Ornellas, cujos depoimentos contribuíram para a construção de parte da nossa história profissional.

A Coordenadora Geral de Pós – Graduação e Pesquisa da EEAN, Neide Aparecida Titonelli Alvim, e as Coordenadoras Adjuntas do Curso de Doutorado da EEAN, Regina Zeitoune e Márcia de Assunção Ferreira, pelas atuações competentes a frente dos respectivos cargos.

As funcionárias da Biblioteca Setorial e da Secretaria de Ensino de Pós – graduação da EEAN/UFRJ, pela simpatia e colaboração constantes.

Aos amigos, pela colaboração, apoio e incentivo, em tantos momentos. A ajuda de vocês jamais será esquecida.

---

A Miguel Augusto Torres Corrêa, pelo apoio e serenidade transmitida, em todos os instantes, principalmente, diante das dificuldades. É muito importante poder contar com você.

---

---

## **A ESCOLA ANNA NERY NO “FRONT” DO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM E O (RE) ALINHAMENTO DE POSIÇÕES DE PODER**

Trata-se de um estudo de cunho histórico-social, cujo objeto é a participação da Escola Anna Nery (EAN) no (re) alinhamento das posições de poder e prestígio no campo da educação em enfermagem . O recorte temporal compreende o período de 1931 a 1949, sendo o marco inicial a publicação do Decreto nº 20. 109/31 e o final a promulgação da Lei nº 775/49. Fontes primárias: documentos escritos e fotográficos do Centro de Documentação da EEAN/UFRJ, da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, do Centro de Memória da Faculdade de Enfermagem da UERJ, do Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem da UNIRIO, do Centro de Pesquisa e Documentação da FGV, do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, além dos depoimentos orais de ex-alunas e professoras aposentadas da EAN. Ao achados foram iluminados à luz do pensamento de Pierre Bourdieu, evidenciando a luta simbólica da Escola de Enfermagem Anna Nery, liderada por Laís Netto dos Reys, pelo poder de enunciar o seu discurso na formação da enfermeira brasileira, diante da concorrência materializada através da Escola de Enfermagem de São Paulo, liderada por Edith de Magalhães Fraenkel.

**ABSTRACT**

---

**THE ANNA NERY SCHOOL (ANS) AT THE “FRONT” OF NURSING EDUCATION FIELD AND THE REALIGNMENT OF POWER POSITIONS (1931 – 1949).**

This is a historical and social study which subject is the participation of the Anna Nery Nursing School (EAN) in the realignment of the power positions in the Nursing Education field. The study is situated in a time frame that goes from 1931 to 1949. The main sources are the publication of edict nº 20. 109/31 and the last part of the promulgation of Law nº 775/49. The primary documentary sources were: Written and photographic documents of the Documentation Center of the EEAN/UFRJ; the Cúria Metropolitana of Saint Sebastian of Rio de Janeiro; the Memorial Center of the Nursing Faculty of the UERJ; the History of Nursing Investigation Center of UNIRIO, the Investigation and Documentation Center of FGV; The Archive and Documentation Department of the Casa Oswaldo Cruz; Archive General of the City of Río de Janeiro, plus the testimonies of students, teachers and retirees of the EAN. The research was guided by the ideas of Pierre Bourdieu and it proves the symbolic fight of the Anna Nery Nursing School, leaded by Laís Netto dos Reys and the guidance of her discourse in the formation of the Brazilian nurse in rivalry with the Sao Paulo Nursing School leaded by Edith de Magalhães Fraenkel.

**RESUMEN**

---

**LA ESCUELA ANNA NERY (EAN) EN EL “FRONT” DEL CAMPO DE LA EDUCACIÓN EN ENFERMERÍA Y EL REALINEAMIENTO DE LAS POSICIONES DE PODER (1931 – 1949).**

Trata de un estudio histórico- social, cuyo objetivo es la participación de la Escuela Anna Nery (EAN) en el realineamiento de las posiciones de poder en el campo de la educación en Enfermería. El marco de estudio comprende un periodo que va desde 1931 a 1949. El marco principal es la publicación del decreto n° 20. 109/31 y el final de la promulgación de la Ley n° 775/49. Las fuentes documentales principales fueron: Los documentos escritos y fotografías del Centro de Documentación de la EEAN/UFRJ; de la Cúria Metropolitana de San Sebastián de Rio de Janeiro; del Centro de Memorias de la facultad de Enfermería de UERJ; del Laboratorio de Investigaciones de Historia de la Enfermería de UNIRIO, del Centro de Investigación y Documentación de FGV; del Departamento de Archivo y Documentación de la Casa Oswaldo Cruz; Del Archivo General de la Ciudad de Río de Janeiro, aunado a los testimonios de alumnas, profesores y jubilados de la EAN. Esta información fue iluminada por el pensamiento de Pierre Bourdieu y evidencia la lucha simbólica de la Escuela de Enfermería Anna Nery, liderada por Laís Netto dos Reys y la fuerza de su discurso en la formación de las enfermeras brasileñas ante la competencia de la Escuela de Enfermería de Sao Paulo, liderada por Edith de Magalhães Fraenkel.

## SUMÁRIO

-	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	01
•	Objeto de Estudo.....	01
•	Tese.....	09
•	Objetivos.....	09
•	Motivação.....	10
•	Contribuição.....	10
•	<b>Abordagem Teórico – metodológica</b> .....	10
•	Os conceitos teóricos.....	10
•	Operacionalização da pesquisa.....	14
-	<b>Capítulo I – A criação da Escola Anna Nery como pedra de toque da revolução no campo da educação em enfermagem (1931 – 1937) .....</b>	25
•	Antecedentes históricos.....	25
•	O Movimento Católico dos anos 30 e a educação no Brasil.....	30
•	A Escola Anna Nery: ponto de partida.....	34
-	<b>Capítulo II – A nomeação de Laís Netto dos Reis como diretora da EAN e a revolução simbólica no campo da educação em enfermagem (1938 – 1942) .....</b>	62
-	<b>Capítulo III – As armas simbólicas utilizadas pelas agentes na luta pela liderança no campo da educação em enfermagem (1943 – 1946) .....</b>	92
-	<b>Capítulo IV – O (re) alinhamento das posições no campo da educação em enfermagem : os ganhos e as perdas simbólicas para a EAN (1947 – 1949) .....</b>	142
-	<b>Considerações Finais .....</b>	173
-	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	184
-	<b>Depoentes .....</b>	192
-	<b>Anexos .....</b>	197

**LISTAGEM DE FOTOGRAFIAS**

---

		<b>Páginas</b>
Foto n° 1	Cerimônia de inauguração da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, no Hospital São Vicente de Paulo, em Belo Horizonte – MG , 1933	50
Foto n° 2	Visita do Cardeal arcebispo Dom Sebastião Leme à Escola Anna Nery, em 21 de novembro de 1939	70
Foto n° 3	Cerimônia de encerramento da I Semana da Enfermeira, em 20 de maio de 1940, no Internato da Escola Anna Nery	75
Foto n° 4	Pose grupal registrada por ocasião da formatura da turma de 1942	82
Foto n° 5	Cerimônia de batismo do avião ambulância Anna Nery	96
Foto n° 6	Criação da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1944	104
Foto n° 7	Comitiva da Escola Anna Nery, em visita ao Palácio do Catete por ocasião da V Semana da Enfermeira, em 22 de maio de 1945	126
Foto n° 8	Formatura da classe de 1945 e comemoração dos 20 anos de formatura da “Turma Pioneira”	129
Foto n° 9	Pose grupal registrada após cerimônia de formatura, no Internato da Escola Anna Nery, em 1947	156
Foto n° 10	Formatura da classe de 1948, realizada no Internato da Escola Anna Nery	160

# **A ESCOLA ANNA NERY (EAN) NO “FRONT” DO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM E O (RE)ALINHAMENTO DE POSIÇÕES DE PODER (1931 – 1949)**

## **1 - INTRODUÇÃO**

### **1.1 - Considerações iniciais**

Neste estudo, tomei como objeto a participação da Escola Anna Nery no (re)alinhamento das posições de poder e prestígio no campo da educação em Enfermagem, no período compreendido entre 1931 e 1949. O recorte inicial da investigação foi definido em função da promulgação do Decreto nº 20 109, de 15 de junho de 1931<sup>1</sup>, que atribuiu à Escola Anna Nery o status de escola oficial padrão, para fins de reconhecimento das demais escolas de enfermagem no país. No outro extremo, situa-se o ano de 1949, eis que a promulgação da Lei nº 775 ocorreu em 6 de agosto de 1949<sup>2</sup>, quando tal responsabilidade foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde.

O fio condutor da pesquisa leva em consideração os vínculos entre instituições religiosas e políticas em nosso país; no caso em tela, a necessidade que as congregações religiosas da Igreja Católica sentiam, com o intuito de manter sua hegemonia no campo da saúde, em especial, na área de Enfermagem, tanto no âmbito administrativo, quanto assistencial. Todavia, é interessante ressaltar que, ao mesmo tempo, a Fundação Rockefeller apresentava perspectivas políticas alternativas para este campo, contribuindo para a formação de grupo concorrencial na enfermagem brasileira.

---

<sup>1</sup> Além de regular o exercício da enfermagem no Brasil, fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem, definindo a Escola de Enfermagem Anna Nery como oficial padrão.

<sup>2</sup> Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências.

Nessa linha de pensamento, é esclarecedor recordar que a implantação oficial do sistema nightingale no Brasil ocorreu a partir de 1922, com a criação no Rio de Janeiro, à época Capital Federal, da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), atual Escola de Enfermagem Anna Nery. Essa iniciativa concretizou-se através de uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, com a participação efetiva de enfermeiras norte-americanas em cargos de primeiro escalão da enfermagem brasileira, representados pela direção da Escola de Enfermagem Anna Nery e a Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP (SAUTHIER E BARREIRA, 1999, p.70 e segs.).

A nova proposta de enfermagem implantada no Brasil permitia vislumbrar perspectiva de re-configuração no campo da enfermagem, substituindo a prática tradicional vigente no território nacional, por alternativa fundamentada em princípios científicos, difundidos internacionalmente. As agentes deveriam ser portadoras de capital cultural e social, entendidos como importantes para a obtenção do reconhecimento social do trabalho da enfermeira.

Esse processo assumiu caráter ainda mais ameaçador aos grupos concorrentes, como a igreja e o exército brasileiro, até então tidos como representantes legítimos da prática da enfermagem nos diferentes espaços sociais, quando da promulgação do Decreto 20.109/31 (SAUTHIER e BARREIRA, 1999, p. 157 – 159; BEZERRA, 2002, p. 28).

Silva Junior (2000, p. 138-139) analisa o impacto do Decreto nº 20.109/31, pontuando que, a partir da promulgação desse diploma legal, tanto a igreja católica romana, quanto o exército brasileiro buscaram, junto ao governo central, medidas que legitimassem sua prática assistencial, em contraposição ao padrão Anna Nery. Note-se que o dispositivo em tela abalizava, por parte do Estado nacional, a

distinção do padrão Anna Nery no campo da educação em enfermagem, como o pretendido para o país e, portanto, para efeito de criação e reconhecimento de outras escolas de enfermagem brasileiras. Além disso, determinou que, a partir de então, a profissão somente poderia ser exercida pela portadora do diploma de enfermeira.

No entanto, como medida compensatória, o Decreto nº 21.141, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro de Estado da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, publicado em 10 de março de 1932, assegurava ao exército brasileiro o controle de seus quadros de enfermagem, independente da influência da Escola Anna Nery, através da organização do Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército, com duração de apenas um ano. Cumpre registrar que os militares formados nesse curso tinham seus diplomas de enfermeiros militares registrados na Diretoria de Saúde da Guerra, ao contrário do que acontecia com os enfermeiros portadores de diplomas emitidos pela Escola Anna Nery ou Escolas de Enfermagem a ela equiparadas, cujo registro ocorria no Departamento Nacional de Saúde Pública (BAPTISTA E BARREIRA, 1997, p.35).

Sob o ponto de vista da igreja católica romana, o Decreto 20. 109/31 significou ameaça a sua hegemonia no campo da enfermagem, colocando em risco seu poder e prestígio, tanto na assistência, quanto na administração dos espaços hospitalares, tendo em mente que as freiras não possuíam aquela titulação. Desta forma, o Decreto em tela contrariava os interesses das instituições religiosas, que, em paralelo, mantinham aliança com o Estado.

No que se refere ao exercício da enfermagem pelas irmãs da caridade, o Presidente Getúlio Vargas minimizou os efeitos do documento legal citado, mediante a assinatura de outro Decreto<sup>3</sup>, que garantia às irmãs da caridade o direito de exercício das

---

<sup>3</sup> Decreto nº 22 257, de 26 de dezembro de 1932, também assinado pelo Ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro.

atividades como as profissionais “padrão Ana Nery”, bastando que comprovassem, até aquela data, atuação de, pelo menos, seis anos de prática efetiva de trabalho como enfermeira.

Sem sombra de dúvidas, o Decreto nº 21. 141/32 e o Decreto 22.257/32 constituem indicadores do prestígio dessas instituições junto ao governo Vargas, que assegurou a participação nos espaços hospitalares, no caso das religiosas, ou a inviolabilidade, no que se refere à interferência da Escola Anna Nery no campo militar, no caso específico, no exército brasileiro.

No entanto, no que tange à Igreja Católica, o reconhecimento do alto padrão de ensino conferido à Escola Anna Nery e, por conseguinte, a legitimação do capital cultural obtido pelas enfermeiras formadas por esta instituição, demandou a necessidade de aquisição deste capital por parte das religiosas. Dessa forma, teve início um movimento no sentido de encaminhar as freiras para os cursos de enfermagem, com vistas à criação de escolas de enfermagem católicas (Baptista e Barreira, 1997, p.35).

Para Baptista e Barreira (1999, p.72) a Escola Carlos Chagas, criada em 1933, foi “*fundamental na defesa do espaço ocupado pela Igreja nos serviços de saúde*”, possibilitando às ordens religiosas a criação de suas próprias unidades de ensino de enfermagem. Um exemplo disso, segundo as autoras referidas, foi a criação da Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac, em 1939, pelas irmãs da caridade que, dentre outras<sup>4</sup>, foi equiparada à escola oficial padrão, durante a gestão de Laís Netto dos Reys<sup>5</sup>, na qualidade de diretora da Escola Anna Nery, em 1942 (Barreira e Baptista, 2002, p.208).

---

<sup>4</sup> Escola Carlos Chagas e Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria (Baptista; Barreira, 1997, p.36).

<sup>5</sup> Laís Netto dos Reys, era de uma família tradicional. Além de muito religiosa, agregava capital cultural e social como parte de seus atributos pessoais. Foi formada na primeira turma do Curso de Enfermagem da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1925. Realizou pós-graduação nos Estados Unidos da América, além de outros na Europa.

Além da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, criada em 1938, ambas sob orientação católica, asseguravam o “*exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um habitus religioso...*”, pois, nem todas as suas alunas eram religiosas (BOURDIEU, 1992, p. 57).

Vale ressaltar que a condição de Escola Padrão conferida à EAN permitia a sua diretora, Laís Netto dos Reis (1938 – 1950), capitalizar lucros simbólicos, decorrentes da ocupação desse cargo e da função de presidente do Conselho de Enfermagem<sup>6</sup>, os quais lhe conferiam o discurso autorizado para pronunciar-se a respeito da equiparação das escolas ao modelo oficial padrão da escola por ela dirigida. Para fundamentar essa inferência, busco o apoio de BOURDIEU (2001, p. 33) ao ressaltar que o trabalho realizado por porta-vozes especializados, investidos do poder exerce o poder simbólico de consagração desse trabalho e depende da posição ocupada pelo agente na estrutura do campo.

No que tange aos aspectos relativos à expansão do número de escolas de enfermagem no período em estudo, constatei que, a partir do reconhecimento do padrão Anna Nery, foram criadas vinte e quatro escolas de enfermagem, sendo nove (37,5%) católicas, três (12,5%) ligadas a hospitais evangélicos, seis (25%) estaduais, três (12,5%) federais, duas (8,33%) da Cruz Vermelha Brasileira e, uma (4,17%) municipal

---

Atou como Assistente de Diretora junto ao Hospital de Isolamento São Sebastião, até 1931. No Brasil, teve presença marcante nos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Nesse último, com participação efetiva na criação e direção da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, a primeira a formar irmãs da caridade no Brasil. Em 1938, foi nomeada diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, onde permaneceu no exercício da função até julho de 1950, época de seu falecimento.

<sup>6</sup> Criado em função do Decreto 20 109/31, teve seus membros designados pelo Ministro da Educação e Saúde apenas em 1942, com a finalidade de acompanhar o processo de equiparação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, da Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e da Escola de Enfermagem Luiza de Marillac. Cabia também a esse Conselho, sob a presidência de Laís Netto dos Reis, estudar os problemas nacionais da enfermagem ( CD. EEAN/ UFRJ. Ata da 1ª Reunião de Diretoras de escolas de Enfermagem. 1943).

(BARONI; BAPTISTA, 2002, p. 7-9).

Ainda segundo Baroni e Baptista (2002, p. 9), considerando o período estudado, a regionalização dessas escolas era assim caracterizada: quinze escolas na região sudeste, cinco na região nordeste, três na centro-oeste e uma, na norte. Quando se reflete sobre as entidades mantenedoras dessas escolas, pode-se inferir que, se as escolas de enfermagem católicas não constituíam maioria absoluta em relação ao total de escolas de enfermagem, este grupo se destaca quantitativamente, quando comparado às demais entidades mantenedoras de escolas de enfermagem do país.

Vale ressaltar que, ao longo da década de 40, a conjuntura social, política e sanitária nacional convergia para a necessidade do aumento do número de enfermeiras, para atuar nos serviços de saúde pública e atender a uma nova perspectiva de mercado de trabalho, decorrente da medicalização da assistência, que se encontrava em expansão nos hospitais modernos.

Essa inferência obtém reforço, quando se reflete sobre o conteúdo de um ofício, enviado em março de 1942, pelo diretor da Fundação Rockefeller<sup>7</sup> ao Ministro da Educação e Saúde, que conferia ênfase à expansão da rede hospitalar e evidenciava o (re)envolvimento da fundação com as questões de saúde do país, ao focalizar a existência de hospitais bem equipados no Rio de Janeiro, São Paulo e em outras partes do país, além dos hospitais de ensino clínico, em fase final de construção nos estados de São Paulo e Bahia e um projetado para o Rio Grande do Sul (CPDOC da FGV – arquivo Gustavo Capanema).

Subjacente a essa consideração, repousa o respaldo necessário a um novo modelo de assistência, bem como a exigência de recursos humanos para dar conta

---

<sup>7</sup> Organização americana que atuou em vários países, dentre eles os da América Latina e, mais especificamente, no Brasil, com investimentos no campo da saúde e da enfermagem. Apoiou a Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, mais conhecida como “Missão Parsons”.

dessas necessidades. A ampliação do número de escolas de enfermagem no país, decorrente da necessidade de atender aos interesses governamentais, sinaliza para a emergência de grupos concorrenciais ao padrão Anna Nery. Como ressaltou BOURDIEU (2001, p. 82) as *“interações simbólicas que se instauram no campo devem sua forma específica à natureza particular dos interesses que aí se encontram em jogo”*.

No bojo da segunda Guerra Mundial, o movimento de expansão das escolas de enfermagem foi fortemente influenciado pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), criado em 1942, como órgão autônomo, onde funcionou a Missão Técnica da International Cooperation Administration do Instituto para Assuntos Interamericanos (IAIA) (CAMPOS, 2000, p. 195-197; OLIVEIRA e BARREIRA, 2000, p. 213-215).

Esse órgão representou espaço de atualização da influência americana na formação de enfermeiras, em particular, quando retornou ao Brasil, Clara Louise Kienninger, como chefe desta Missão<sup>8</sup>. Sem sombra de dúvidas, esse episódio demarcou a interferência estrangeira no interior do aparelho de Estado, nos assuntos ligados à formação de enfermeiras.

Além da participação do SESP na criação de várias escolas de enfermagem<sup>9</sup>, este também ofereceu bolsas de estudo no âmbito nacional e internacional (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. Cx 16), contribuindo para facilitar o acesso das postulantes ao curso de enfermeiras das escolas de enfermagem

---

<sup>8</sup> Com a finalidade de participar da implantação do SESP na Amazônia e no Vale do Rio Doce, para a extração de materiais estratégicos à indústria bélica. Ao mesmo tempo, cabia a essa Missão Técnica, liderada por miss Kienninger, desenvolver atividades de cooperação técnica e financeira com escolas e serviços de enfermagem (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 161).

<sup>9</sup> Escola de Enfermagem de São Paulo, Escola de Enfermagem da Prefeitura do Distrito Federal, Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem do Pará, Escola de Enfermagem de Manaus, Escola de Enfermagem da Bahia e a Escola de Enfermagem do Recife.

localizadas na região sudeste. Nesse processo, as candidatas oriundas das regiões norte e nordeste do país precisavam passar, no interior das escolas de enfermagem, por um processo de homogeneização do habitus, de modo a obter o capital cultural necessário à enfermeira formada nessas instituições, bem como o traquejo social desejado.

Neste sentido, as escolas de enfermagem constituíram espaços de transformação das relações sociais, onde se apreendia um habitus profissional consonante com o modelo de enfermeira da época.

No movimento de ampliação do quantitativo de escolas, uma das primeiras medidas adotadas pela Fundação Rockefeller foi a criação da Escola de Enfermagem de São Paulo<sup>10</sup>, em 1942, visando a atender às necessidades de um hospital de ensino clínico e à demanda do mercado que já se apresentava com significativa tendência para a área hospitalar. Para dirigir esta escola, a Fundação Rockefeller elegeu Edith de Magalhães Fraenkel, cuja trajetória como sucessora de Ethel Parsons<sup>11</sup> na Superintendência do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) lhe conferia o reconhecimento necessário à ocupação do cargo.

É importante ressaltar que, à época, Edith Fraenkel também presidia<sup>12</sup> a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED)<sup>13</sup>, cuja sede funcionava no Rio de Janeiro desde a sua criação em 1926. Mais tarde, em 1946, a enfermeira citada acumulou a presidência da ABED – Seção de São Paulo, participando igualmente como fundadora e redatora–chefe da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), transferindo-a do Rio de Janeiro para São Paulo<sup>14</sup>, nesse mesmo ano.

---

<sup>10</sup> Atual Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>11</sup> Chefe da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil e da Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP.

<sup>12</sup> Presidiu a entidade nos períodos de 1927 a 1938, de 1941 a 1943 e 1948 a 1950.

<sup>13</sup> À época, única entidade de classe da enfermagem, com papel importante para o desenvolvimento cultural e científico da categoria.

<sup>14</sup> A redação e a administração de Anais de Enfermagem, atual REBEn foi instalado, em 1946, nas dependências da Escola de Enfermagem de São Paulo da Universidade de São Paulo (CARVALHO, 1976, p. 337).

A Escola de Enfermagem de São Paulo participou, sob os auspícios do SESP, da criação e implantação de novas escolas de enfermagem no país<sup>15</sup>, bem como do aperfeiçoamento das condições de ensino daquelas que já existiam (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. Cx 13, 15, 16 e 19), mesmo quando não vigorava a Lei 775/49, cuja função seria mais adequadamente realizada pela “Escola Oficial Padrão”, qual seja, a Escola Anna Nery.

Com base nesses elementos, formulei a seguinte Tese: O (re) alinhamento da posição de poder simbólico da Escola Anna Nery no campo da educação em enfermagem decorreu da luta concorrencial entre as mais expressivas autoridades pelo poder de enunciar o discurso autorizado na formação de enfermeiras.

Para desenvolver a investigação, tracei os seguintes objetivos:

- Descrever a configuração do campo da educação em enfermagem brasileira, no período de 1931 a 1949.
  
- Analisar as estratégias da Escola Anna Nery na luta por posições de poder e prestígio no campo da educação em enfermagem.
  
- Discutir as alianças e as lutas concorrenciais para a reconfiguração do campo da educação em enfermagem.

A motivação para o desenvolvimento do estudo decorre principalmente de minha inserção no Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira, na condição de docente do Departamento de Enfermagem Fundamental. A convivência com o ambiente acadêmico e com os grupos de discussão no Núcleo propiciou o contato

---

<sup>15</sup> No estado da Bahia e no Recife.

com diversas temáticas inerentes à História da Enfermagem Brasileira e, por conseguinte, gerou a necessidade de orientar minhas reflexões no sentido de um estudo de resgate histórico, no campo da educação em enfermagem.

Espero que esta pesquisa contribua para melhor compreensão da participação da Escola Anna Nery no movimento católico, bem como de seus reflexos no campo da educação em enfermagem, identificando as estratégias utilizadas pelos agentes concorrentes, no interior desse campo.

Além do mais, acredito que este estudo possa elucidar o pressuposto de que os sistemas de representações e práticas religiosas, em uma sociedade dividida em classes, colaboram para a concretização de uma violência simbólica, pois, favorecem a perpetuação e a reprodução da ordem social, ao contribuir para consagrá-la; ou seja, sancioná-la e santificá-la, tal como observou BOURDIEU (1992, p. 53).

Com o desenvolvimento deste trabalho, também pretendo contribuir para melhor entendimento da organização do campo da educação em enfermagem, envolvendo os interesses distintos dos agentes envolvidos.

## **1.2 - Abordagem teórico-metodológica**

- **Os conceitos teóricos**

Trata-se de estudo histórico-social, cujos dados foram iluminados pelos conceitos de habitus, campo, poder e violência simbólica, tal como formulados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que concebe a “história social das formas simbólicas”(PINTO, 2000, p. 31).

A esse respeito, cumpre reafirmar que o habitus é explicado por Pinto (2000, p. 38) como uma “*gramática gerativa de práticas conformes com as estruturas*

*objetivas de que dele é produto*”. No interior dos diversos campos, essas práticas se tornam manifestas mediante a luta que se estabelece por posições de poder e prestígio, uma vez que os indivíduos estão “*distantes por suas disposições subjetivas dos bens culturalmente e escolarmente legítimos*” (PINTO, 2000, p. 39).

O espaço social é entendido por Bourdieu (2001, p. 153) como espaço multidimensional, constituído por um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, apresentam algum grau de subordinação ao campo de produção econômica, no que se refere ao funcionamento e às suas transformações. No interior de cada um dos subespaços, estabelecem-se lutas contínuas, de diferentes formas, envolvendo os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas. As alianças e lutas concorrenciais são estabelecidas com o propósito de assegurar as posições no interior dos espaços ou, em outras circunstâncias, ampliá-las, como no caso da educação, da saúde e da religião.

Abordando o conceito de campo, Bourdieu discute a forma de apropriação do campo pelos agentes, chegando mesmo a se “*apossar da noção de inconsciente cultural, que, vista como um aspecto do habitus, tinha a vantagem de parecer conciliar os opostos, o exterior e o interior, o coletivo e o individual*” (Pinto (2000, p. 69). Assim entendida, a luta que ocorreu no interior do campo da educação em enfermagem resultou na oposição entre os grupos dominantes, do lado da excelência, e os dominados, relegados às esferas mais inferiores. No entanto, como elucidou Pinto (2000, p. 70) “*a posição de dominante tende a ser temporária, na medida em que pode ser efetivamente contestada não só pelos menos legítimos, como também por novatos portadores de armas legítimas*” Este é o caso das novas escolas, criadas ao longo da década de 40, cujas alianças lhes conferiam poder dentro do campo e se constituíram em armas simbólicas.

No que diz respeito ao campo religioso, conforme precioso esclarecimento de Pinto (2000, p. 80):

as diferentes posições no espaço religioso correspondem posicionamento (perante o sentido da existência, a natureza, as modalidades de salvação, etc.) cuja coerência não se deve senão à necessidade, para cada posição, de definir-se em função das demais posições.

Desse modo, o grau em que uma instituição, no caso a Igreja católica, conseguiu impor monopólio sobre a gestão dos bens de salvação, torna-se possível explicar, em grande parte, a distribuição dos recursos religiosos em determinada conjuntura.

Segundo Bourdieu (2001, p.9-10), o poder simbólico constitui um *“poder de construção da realidade que tende a estabelecer o sentido imediato do mundo, em particular do mundo social”*. Com tal propósito, a cultura dominante tem papel fundamental, pois contribui no sentido de *“assegurar uma comunicação imediata entre os seus membros” e assim, distinguindo-os das outras classes; para a “desmobilização das classes dominadas”; para a “legitimação da ordem estabelecida”, através da definição das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.*

De acordo com o ilustre sociólogo mencionado, o poder simbólico age com o *“poder de construir o dado pela enunciação, de ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”* e a ação sobre este. Trata-se de um poder que se impõe por meio de uma violência simbólica, capaz de permitir a obtenção daquilo que equivale ao obtido pela *“força física e econômica”* (Bourdieu 2001, p.14).

Ao consideramos uma sociedade dividida em classes, é possível compreender que a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas,

próprias aos diferentes grupos ou classes, colabora para perpetuar e reproduzir a ordem social, ao contribuir para sancioná-la e santificá-la. A estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas organiza-se sob duas formas polares. a) organizada considerando a religiosidade dominante, pois tende a justificar a hegemonia das classes dominantes; b) considera a religiosidade, que tende a impor aos dominados o reconhecimento da legitimidade da dominação, que está alicerçada no desconhecimento do arbitrário da dominação e dos modos de expressão simbólicos da mesma (BOURDIEU, 1992, p.53).

A posição ocupada na estrutura da distribuição do capital de autoridade religiosa pode levar as instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, a dispor do capital religioso na “*concorrência pelo monopólio da gestão de bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso*” (BOURDIEU, 1992, p.53).

O poder religioso é, segundo análise de Bourdieu (1992, p.57), capaz de transformar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um habitus religioso, que funciona como princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, considerando as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, o que equivale dizer que esses pensamentos, percepções e ações são ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social.

A gestão da inculcação de capital religioso, como produto do trabalho religioso acumulado e o trabalho religioso necessário para assegurar a perpetuação deste capital garantindo a “conservação” ou a “restauração” do mercado simbólico, requer um aparelho de tipo burocrático, capaz “*de exercer de modo duradouro a ação contínua (ordinária), necessária para assegurar sua própria reprodução, ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços religiosos*”, qual seja, o corpo de sacerdotes, e o mercado oferecido a estes bens; ou seja, os leigos, agindo como “*consumidores*”

*dotados de um mínimo de competência religiosa (habitus religioso) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos”* (Bourdieu, 1992, p.59). Decorre daí o investimento da Igreja Católica Romana, no sentido de assegurar sua influência nos diferentes campos da nossa sociedade, como o da educação e saúde, da política e outras áreas que funcionam como formadores de opinião.

Segundo interpretação de Bourdieu (2001, p.11), a dominação é eficaz porque se realiza por meio de instrumentos simbólicos aparentemente destinados apenas às funções de conhecimento e comunicação. O mito, a religião, a arte e produtos imateriais similares, cumprem função política, ao mesmo tempo em que parecem apenas obedecer somente a uma lógica imanente.

- **Operacionalização da pesquisa**

As fontes primárias deste estudo estão constituídas de documentos escritos, documentos fotográficos e depoimentos orais, localizados no Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro; no Centro de Memória da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; no Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (LAPHE) da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; no Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas; no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC); no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro; no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; no Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem, do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem

Brasileira – Nuphebras, na Biblioteca Nacional e no Cartório da 1ª Circunscrição – Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato.

Os documentos escritos foram: relatórios, formulários, correspondências, conferências, discursos, regulamentos, normas, sumários, resoluções, ofícios, cartas pastorais e certidão, além de recortes de jornais. Cumpre relevar que o documento de cento e cinquenta e duas páginas, localizado do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, intitulado; “A Escola Anna Nery”, elaborado a partir de uma entrevista realizada com a diretora da Escola Anna Nery, à época, Laís Netto dos Reys, dedica vinte e nove laudas à Escola de Enfermagem Anna Nery.

Os documentos fotográficos relacionados à temática do estudo foram localizados no Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery e no Departamento de Arquivo e Documentação da COC. No Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, há duzentas e onze fotografias referentes à gestão de Laís Netto dos Reys na direção da EAN (1938 – 1950). Apesar de o recorte temporal do presente estudo envolver as gestões de Rachel Haddock Lobo (1931 – 1933) e de Berta Lucile Pullen (1934 – 1937), julguei pertinente fixar o olhar sobre as fotos que remetem a esse momento, pois considero o tempo de Laís Netto dos Reys como diretora da EAN, demarcado por uma espécie de revolução simbólica, expressa pela expansão de escolas de enfermagem, intensificando assim o jogo de poder no campo da educação em enfermagem.

A esse respeito, cumpre assinalar, com respaldo em Pinto (2000, p. 80), que a própria estrutura do campo “*permite explicar os princípios de divisão interna em função dos quais se organizam os conflitos, as controvérsias e as competições*”.

As duas fotografias localizadas no Centro de Arquivo e Documentação da COC registram a inauguração da Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933) e da

Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro (1944). Nesse acervo, localizei algumas matérias jornalísticas, ilustradas com fotografias.

A partir de critérios numéricos (frequência de certos temas ou personagens presentes no arranjo fotográfico) e simbólicos (potencial para articulação com as fontes documentais escritas e orais) selecionei nove fotografias referentes ao tempo de Laís, como diretora da EAN e outra no período em que foi diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, totalizando dez fotografias. Esses documentos foram eleitos, considerando sua possibilidade de complementar os achados advindos de outras fontes, bem como evidenciar ambigüidades que não estavam presentes nas fontes escritas e orais.

A utilização das fotos selecionadas foi orientada de modo a não servirem meramente como ilustração, através do método criado por Santos e Barreira (2002, p. 25), onde as autoras enfatizam que a leitura do texto fotográfico deve comportar a articulação dos elementos visíveis, representados no arranjo fotográfico, com os elementos invisíveis. Com o propósito de efetivar essa leitura, as autoras mencionadas sugerem a utilização de elementos da linguagem não verbal, como a utilização da noção de espaço como forma de comunicação não verbal (proxêmica), a expressão facial e corporal (cinésica) e os atributos presentes nas fotos (linguagem paraverbal). Desse modo, a utilização dessas fotos, em seus aspectos visíveis permitiu complementar os achados dos documentos escritos ou colocar evidências, as quais acredito que não teriam sido possíveis apenas com documentos escritos.

Também lancei mão de depoimentos orais de enfermeiras que estiveram inseridas na EAN, na qualidade de professoras, no recorte temporal em estudo. Entrevistei as professoras Lieselotte Hoeschl Ornellas e Elvira de Felice Souza. Utilizei também o depoimento transcrito da professora Anna Jaguaribe da Silva Nava, obtido no

período de 10 a 17 de setembro de 2003, pelas professoras Suely de Souza Baptista e Sonô Taíra Oliveira e será doado ao Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery e obteve autorização da depoente para fins de pesquisas. Essa enfermeira foi aluna da EAN no período de 1937 a 1940 e exerceu a função de professora na mesma escola, no período compreendido entre 1946 e 1977.

Realizei duas entrevistas, precedidas de assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, das entrevistadas. No momento informei a respeito do objeto de estudo, dos objetivos e qualquer outra dúvida das depoentes, em qualquer momento em que se encontravam as entrevistas (anexo 1). Solicitei igualmente às entrevistadas um termo de Doação dos depoimentos das entrevistadas ao Centro de Documentação, com vistas à utilização deste material em outras pesquisas (anexo 2).

É importante registrar que, em atenção à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o presente estudo foi submetido, em 29 de junho de 2004, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery/ Hospital Escola São Francisco de Assis. O parecer foi favorável, como pode ser observado no anexo 3 .

A primeira entrevista com a enfermeira Lieselotte Ornellas, foi realizada em sua residência, em 30 de outubro de 2002, com o objetivo de auxiliar na fase de contextualização do objeto em estudo. Este depoimento foi gravado e será cedido ao Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, para fins de pesquisas a serem realizadas por outros pesquisadores interessados nos estudos de História da Enfermagem Brasileira.

Durante a entrevista com a professora Liezelotte Ornelas, foram utilizadas as fotografias identificadas com os números 4, 7 e 8, nas quais não figurava a depoente. Os temas das fotografias utilizadas durante a entrevista remetem, respectivamente, à Formatura da classe de 1942, com o primeiro grupo de religiosas

católicas; a Comitiva liderada por Laís Netto dos Reys, ao Palácio do Catete, em 1945, como parte das comemorações da Semana da Enfermeira e a Cerimônia de formatura da classe de 1945, ao mesmo tempo em que se comemorava os 20 anos de formatura da classe das pioneiras.

Esta iniciativa orientou-se no sentido de que essas fotografias pudessem auxiliar no resgate das lembranças dos sujeitos. Além disso, essa providência subsidiou a leitura do texto fotográfico ao mesmo tempo em que contribuiu para o Acervo Iconográfico do Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, através da identificação de algumas figuras presentes na composição, ou outras informações fornecidas pela depoente.

Ao longo da entrevista, a professora Lieselotte acrescentou outras fotos de seu acervo pessoal, como elementos ilustrativos de seu depoimento. Vale dizer que, dentre as fotos apresentadas pela própria depoente, havia uma, onde está presente a própria depoente. Tal foto refere-se à visita da comitiva liderada por Laís Netto dos Reys ao Palácio do Catete, residência oficial do Presidente da República, o que remete à importância atribuída ao evento, por se tratar de enfermeiras ao lado da maior autoridade política nacional. As demais fotos referiam-se a cerimônias de formaturas realizadas na EAN.

A providência de realizar a entrevista com o auxílio da fotografia encontra apoio em Carneiro (1996, p. 278), quando esclarece que a fotografia exerce papel importante na estimulação da lembrança e acrescenta que: *“os registros fotográficos emergem como ‘incentivo’, alimentando a narrativa, aguçando a recuperação das lembranças, reconstituindo detalhes do cotidiano e completando os não-ditos”*.

A autora (1996, p. 278) afirma ainda que o depoente, freqüentemente, atuando como personagem e intérprete das fotos, deve identificá-las, atribuindo nomes às figuras anônimas e movimento às imagens estáticas, cabendo ao entrevistador a responsabilidade pelo registro das informações sobre cada imagem, identificando: data, local, personagens e versão apresentada sobre aquela realidade expressada no texto fotográfico.

A segunda entrevista com a enfermeira e professora aposentada da Escola de Enfermagem Anna Nery, Lieselotte Ornellas, foi realizada em 14 de junho de 2004, na residência da depoente, com a finalidade de esclarecer algumas informações obtidas na primeira entrevista e adquirir novos dados para a pesquisa. Nessa oportunidade, ela forneceu documentos escritos de seu acervo pessoal, referentes a uma das fotografias apresentadas (nº 7) e a alguns temas abordados, tais como: “as caravanas Anna Nery”, “relação da enfermagem com a religião católica”, “criação da associação de ex-alunas da EAN” e a “Missão da EAN em Trinidad, na Bolívia, em 1947”. Ficou claro que não houve contradição entre os conteúdos das entrevistas.

A utilização da fotografia no momento da entrevista foi orientada por um instrumento (anexo 4) com questões referentes ao conteúdo interno da foto no que concerne ao tema, local, pessoas e seus atributos, uma vez que os depoimentos orais também se destinam à obtenção de dados informativos e factuais, bem como o testemunho do entrevistado no que se refere “*a sua vivência em determinadas situações, ou a participação em determinadas instituições*” (Lang, 1996, p. 35). Thompson (1999, p.2) corrobora esse ponto de vista, afirmando que: “*através da entrevista, as pessoas têm a oportunidade de colocarem outras evidências em pauta*”.

Para a realização da entrevista com a professora emérita Elvira de Felice Souza, utilizei um roteiro semi-estruturado, dividido em duas etapas: a primeira visava

à caracterização e a segunda continha questões previamente definidas com vistas ao objeto de estudo. Nesse momento, não foram utilizadas fotografias.

Essa entrevista foi realizada no dia dezesseis de julho de 2003, na residência da professora que atuou na qualidade de aluna de 1942 a 1945 e, como docente logo em seguida, após uma curta experiência como enfermeira do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Vale destacar que, durante a realização da entrevista com a professora Elvira, foi-me solicitado para que não fosse gravado o depoimento e, em muitos momentos da entrevista, a depoente solicitou ainda que o seu relato não fosse registrado. Após a elaboração do texto da entrevista, apresentei-o à depoente que concordou com a veracidade do conteúdo apresentado. Em seguida, ela assinou um termo de autorização para que seu depoimento fosse utilizado nesta tese de doutoramento e para incorporação ao Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, podendo ser utilizado em outras pesquisas.

Na análise desses documentos, utilizei o método dedutivo, partindo de postura crítica diante do conjunto de documentos, buscando estabelecer as relações com o contexto histórico social em que os documentos estão inseridos e que, ao mesmo tempo, permitem elucidar o contexto.

As fontes secundárias, preliminarmente consultadas, estão localizadas na Biblioteca Setorial da EEAN, Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Biblioteca Nacional e Banco de Textos do Nuphebras, disponíveis em livros, dissertações, teses e periódicos de enfermagem e de história. Tais fontes vêm permitindo o estudo das seguintes temáticas:

- Contexto histórico social brasileiro, durante a Era Vargas e pós-guerra imediato, (considerado neste estudo de 1945 a 1949)
  - Os primórdios da enfermagem brasileira;
  - O movimento católico dos anos 30/40;
  - A expansão das Escolas de Enfermagem no país.

O estudo está estruturado em quatro capítulos:

O primeiro envolve os anos de 1931, recorte inicial deste estudo, em função da promulgação do Decreto nº 20. 109/ 31 que eleva a Escola Anna Nery à condição de “Escola Oficial Padrão”, para fins de criação e equiparação das demais escolas de enfermagem no país e o ano de 1937, quando a Escola Anna Nery conquistou o estatuto de primeira escola de enfermagem inserida no espaço universitário, a Universidade do Brasil (UB), na qualidade de instituição complementar. Esse capítulo apresenta um panorama do contexto social, político e religioso dos anos 30 e permite observar que apenas uma escola de enfermagem foi criada, em 1933. Trata-se da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, planejada e dirigida por Laís Netto dos Reys. Na condição de diretora desse estabelecimento, a enfermeira Laís investiu no sentido de que as primeiras religiosas conseguissem o diploma de enfermeira, contribuindo diretamente para que a Igreja Católica capitalizasse lucros simbólicos no campo da educação em enfermagem. Em outras palavras, propiciou a criação da primeira escola de enfermagem católica do Brasil.

O segundo capítulo está delimitado entre o ano de 1938, quando foi criada a primeira escola de enfermagem católica do país, a Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, e também, em função da nomeação de Laís Netto dos Reys para a

direção da Escola Anna Nery, e o ano de 1942, quando as primeiras escolas de enfermagem foram equiparadas à Escola Anna Nery, após onze anos da promulgação do Decreto 20. 109/31. Esses três estabelecimentos apresentavam aspectos semelhantes, chamando a atenção para a participação importante de Laís no processo de criação e de equiparação dessas instituições de ensino de enfermagem e à preservação dos interesses da Igreja Católica, através de suas congregações no campo da educação em enfermagem. A partir de então, elas passaram a estar em conformidade com a legislação vigente.

Além disso, foi em 1942, no contexto da segunda guerra mundial que se criou o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que juntamente com a Fundação Rockefeller, investiu na criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, atual Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP). O investimento da diretora, Edith de Magalhães Fraenkel, juntamente com sua assessora e representante do SESP, Ella Hasenjaeger, fizeram da Escola de Enfermagem da USP forte concorrente da Escola Anna Nery.

O terceiro capítulo aborda o ano de 1943, quando foi inaugurada a Escola de Enfermagem de São Paulo, ao mesmo tempo em que se iniciaram as disputas pela enunciação do discurso no campo da educação em enfermagem, expressas nas Reuniões de Diretoras de Escolas de Enfermagem, criadas para tratar dos problemas nacionais da enfermagem. O ano que encerra esse capítulo é 1946, quando a Escola Anna Nery (EAN) foi elevada à condição de Unidade Autônoma da UB. No mesmo ano, a Escola de Enfermagem de São Paulo formou sua primeira turma de enfermeiras.

Sob a presidência de Laís Netto dos Reys e com a representação das demais líderes da enfermagem nacional, discutiram-se as temáticas de interesse geral da categoria e questões específicas que mobilizavam a atenção dos grupos presentes.

Nesse capítulo, destaco igualmente as estratégias para manutenção ou ampliação das posições de poder e prestígio no campo da educação em enfermagem. Para as religiosas enfermeiras, uma estratégia profícua foi a criação das associações católicas de enfermagem: União de Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB), cujos interesses, além de investir na qualificação e ampliação do ensino de enfermagem em nível superior e médio, também se preocupavam com defender e difundir os princípios da moral cristã, conforme os interesses da Igreja Católica, no Brasil. Procedendo dessa forma, constituíram mais um importante grupo na luta pelo espaço da enfermagem.

O quarto capítulo demarca o período entre o ano de 1947, quando aconteceu o Primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, realizado em São Paulo, e 1949 quando foi promulgada a Lei nº 775 que, dentre outras medidas, transferiu a responsabilidade de equiparação das escolas de enfermagem para Ministério da Educação e Saúde. Por sua vez, a Lei nº 775 também regulamentou o curso de auxiliar de enfermagem, cuja maior defensora era Laís Netto dos Reys.

Esse capítulo reforça que o movimento para interromper a condição de “Escola Oficial Padrão”, ostentado pela EAN desde 1931, em função do Decreto 20.109, contou com a participação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), enquanto entidade de classe representativa da categoria, principalmente nas gestões de Zaíra Cintra Vidal (1945 a 1948) e de Edith de Magalhães Fraenkel (1948 a 1950).

As mudanças oriundas dos muitos embates envolvendo as luminárias da enfermagem resultaram em mudanças significativas para o campo da enfermagem e da educação em enfermagem; porém, essas transformações foram reflexos de uma conjuntura social, política e religiosa a qual, se em alguns momentos defendia interesses

próprios ou específicos, no fundo, tinha como objetivo maior assegurar posição mais vantajosa no campo da saúde e da educação, para a enfermagem brasileira.

## **CAPÍTULO I: A CRIAÇÃO DA ESCOLA ANNA NERY COMO PEDRA DE TOQUE DA REVOLUÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM (1931 – 1937)**

Neste capítulo, tenho o propósito de delinear elementos contextuais dos anos 30, para fundamentar a análise da problemática em tela. Com esse intuito, de início, apresento breve descrição do contexto econômico, político e social em que se encontrava a capital federal, na vigência do governo de Getúlio Vargas, até o Estado Novo em 1937. Na compreensão desse contexto, tento trazer à luz as relações entre o nível macro e o micro, considerando o Estado brasileiro como macroespaço em suas relações internas e externas. A partir desse pressuposto, considero que

a gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômicos, culturais ou escolares, e políticos [...] dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos [ e por ter] a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras ou jurídicas (Bourdieu, 2001, p. 51).

Também é relevante lembrar que os recursos da microanálise contribuem para o que Bourdieu definiu como *relações da hierarquia e das intercessões entre os diversos campos*.

- **Antecedentes históricos**

Nas primeiras décadas do século 20, o Rio de Janeiro, elevado à condição de Distrito Federal desde 1892, configurava-se como a única cidade brasileira de grande porte, que abrigava o núcleo de maior malha ferroviária do país, o principal

centro comercial e a rede bancária mais expressiva e o núcleo do desenvolvimento industrial do país, tanto do ponto de vista do mercado consumidor, como de mão-de-obra.

A despeito de ser um importante centro econômico, grande parte da população do Rio de Janeiro encontrava-se em situação de marginalidade, sofrendo com a falta de ocupação definida e, conseqüentemente, com condições de vida extremamente precárias (MENDONÇA, 1992, p. 19-20). No outro extremo da pirâmide demográfica, o segmento dominante era composto por grandes proprietários rurais, banqueiros, comerciantes ligados à exportação e importação e industriais (MENDONÇA, 1992, p. 19-20).

Ao quadro crítico que afligia a população pobre do Rio de Janeiro podemos acrescentar os efeitos econômicos da primeira guerra mundial, que se refletiu vigorosamente, através do desemprego, redução de salários e elevação do custo de vida (COSTA, 1986, p. 81).

Ademais, a epidemia de gripe que assolou o Rio de Janeiro, no pós-guerra (1918), trouxe à tona a crise nas condições sanitárias da população e a incapacidade do Estado para dar conta dos efeitos desse grave problema de saúde pública (COSTA, 1986, p. 81).

O presidente eleito, Epitácio Pessoa (1918 – 1922), comprometido com o movimento sanitarista, criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Carlos Chagas foi nomeado diretor Geral desse Departamento (1920 – 1926), dando continuidade ao Programa de Cooperação com a Fundação Rockefeller, ao mesmo tempo em que se intensificava a inserção do capital americano no Brasil (Costa, 1985, p.118). Nessa linha de análise, é pertinente recorrer aos esclarecimentos de Sauthier e Barreira (1999, p. 60-61), quando referem que a presença da Fundação Rockefeller na

América Latina ocorreu desde 1915 e, no Brasil, a partir de 1916, quando uma Comissão dessa Fundação visitou quinze localidades nacionais cobertas por agências de saúde pública, para analisar a prevalência de doenças, a organização hospitalar e a educação médica.

A partir de então, estreitaram-se os laços entre o Brasil e a Fundação. As autoras mencionadas acrescentam que a receptividade brasileira à política sanitária da Fundação Rockefeller também possibilitou a realização de investimentos no país, aliando-se aos interesses de filantropia, da política e da atividade comercial.

Um significativo evento da Reforma Carlos Chagas, de importância para a saúde pública, foi a implantação da enfermagem moderna no nosso país, com a criação, em 1922, de uma Escola de Enfermagem<sup>16</sup> e de um Serviço de Enfermeiras, através de uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Ambas as iniciativas foram dirigidas por enfermeiras americanas, enviadas pela Fundação Rockefeller. O Serviço de Enfermeiras do DNSP era chefiado por Ethel Parsons e subordinado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde Pública.

O modelo de enfermagem aqui implantado teve como alicerce o sistema nightingale, o hospital norte-americano e a prática de enfermagem de saúde pública, em franco desenvolvimento naquele país (BARREIRA, 1993, p. 49-54).

De início cumpre assinalar que a criação da Escola Anna Nery demarca a

---

<sup>16</sup> Até aquele momento o ensino de enfermagem no Brasil contava com quatro escolas de enfermagem, quais sejam: Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane, e as Escolas de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, criada em 1890 e, desde então, os alienistas ocupavam os espaços de poder na escola. Essa situação foi alterada apenas em 1943, quando teve uma enfermeira designada para assumir a direção daquela instituição. A Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane, originalmente denominada de Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano foi criada em 1900, em São Paulo, tratava-se de uma instituição privada, cuja mantenedora era de orientação evangélica (CARVALHO, 1965, p. 151-153). A CVB também foi importante na criação de escolas de enfermagem. Na iminência de de um conflito mundial, foi criado em São Paulo o primeiro curso de enfermagem da CVB. Poucos anos mais tarde, em 20 de março de 1916, no Rio de Janeiro, também foi inaugurada a Escola Prática de Enfermeiras (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 1923, p. 152)

implantação de um novo modelo de ensino de enfermagem, distante da influência da Igreja Católica. Relacionando essa medida com o contexto político mais amplo, cabe registrar que, desde a Proclamação da República, em 1889, diminuiu o prestígio da Igreja Católica junto ao poder governamental.

Decorre desse dado de realidade, o estabelecimento de estratégias para reverter a condição momentaneamente desfavorável. Para ilustrar essa inferência, recordo que, em 1916, o recém-nomeado arcebispo de Recife e Olinda, Dom Sebastião Leme, publicou uma carta pastoral que marcou o início de nova fase na história da Igreja Católica no Brasil. Esse documento fazia um diagnóstico da situação do catolicismo no país, destacando a fragilidade da igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua grave situação financeira. No mesmo documento, Dom Sebastião Leme argumentava como ponto favorável para reverter tal situação o fato de que *“o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito disso e marcar uma presença muito mais forte na sociedade”* (MAINWARING, 1989, p. 41).

Com base nesse diagnóstico, apontou alguns pontos importantes para a modificação desse panorama, tais como: a Igreja precisaria cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos (MAINWARING, 1989, p. 41).

Nessa linha de pensamento, é pertinente registrar a importância do Centro Dom Vital, criado em 1922, por Jackson de Figueiredo, íntimo colaborador de Dom Sebastião Leme, com o intuito de agregar leigos católicos que exerciam forte influência no núcleo do poder. Esse Centro contou com a importante participação de

Alceu Amoroso Lima<sup>17</sup>. Da mesma forma que o seu antecessor, Amoroso Lima era um grande colaborador de D. Sebastião Leme, e, apesar de intimamente associado à direita católica, durante a década de 30, tornou-se um dos líderes da reforma progressista da igreja nas décadas seguintes (MAINWARING, 1989, p. 46).

O Centro Dom Vital desempenhou papel de fundamental relevância no processo de restauração do prestígio social do catolicismo. A Igreja da neocristandade mobilizou centenas de milhares de pessoas e organizou movimentos leigos, particularmente oriundos da classe média urbana<sup>18</sup>. Essa mobilização foi estritamente controlada pelo clero e serviu para demarcar as posições de poder e prestígio da igreja católica nas instituições e no Estado (MAINWARING, 1989, p. 46 - 47).

No plano político, o crescimento da ideologia comunista obteve ampla repercussão no Brasil, pois se caracterizava como ideologia orgânica; ou seja, vinculada ao operariado e mediada por um partido político: o PCB. Em sentido oposto, o poder governamental procurou o apoio da Igreja, que receava o crescimento do comunismo no país.

Como é de amplo conhecimento, a ideologia comunista contrapunha-se ao ideário liberal clássico, sustentando a tese de que as desigualdades sociais e

---

<sup>17</sup> Nascido em 11 de dezembro de 1893, em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Filho de Manuel José Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima. Foi aluno do colégio Pedro II e, em 1913 formou-se em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Também conhecido como “Tristão de Athaide”, pseudônimo de escritor das crônicas que marcaram época nos jornais do Rio de Janeiro por muitas décadas. Atuou como um dos pensadores da universidade brasileira. Para Amoroso Lima a universidade representava um espaço de destaque para a transmissão e invenção da cultura da nação. Foi convertido ao catolicismo por influência direta de Jackson de Figueiredo, tornando-se um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil. Reconhecido como um excelente professor universitário, também se destacou como catedrático de literatura brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia, foi um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na qual foi presidente e também lecionou como catedrático de filosofia e literatura brasileira. Foi membro dos Conselhos Nacional e Federal de Educação, no período de 1935 a 1969. Amoroso Lima era também considerado um escritor de renome nacional e editor de livros. Na década de 30 teve participação ativa enquanto líder católico no embate com os “pioneiros da educação nova”. Foi imortalizado como membro da Academia Brasileira de Letras (<[www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)>, 2004; [www.espacoacademico.org.br](http://www.espacoacademico.org.br)>, 2004).

<sup>18</sup> Como parte importante desse movimento foram criados a União Popular (Minas gerais, 1909), a Liga Brasileira das Senhoras Católicas (1910), a Aliança feminina (1919), a Congregação Mariana (1924), os Círculos Operários (1930), a Juventude Universitária católica (1930) e a Ação Católica Brasileira (1935).

econômicas são oriundas primordialmente nas desigualdades no controle do capital e dos meios de produção. De forma coerente, preconizava a extinção da propriedade privada. Em oposição a esse projeto político, representantes da Igreja e os teólogos católicos, apoiados em análise como a de Santo Agostinho, entendiam que “*um mundo sem propriedades só era possível no paraíso*” (PIPES, 2002, p. 16 – 17). Também é conveniente ter em mente que a principal tese comunista representava ameaça direta às propriedades da própria igreja e de outros segmentos das classes dominantes nacionais. Sob esse ângulo, é evidente um eixo de interesse comum a justificar a aliança entre esses atores e o governo constituído.

Autoridades governamentais, por seu turno, tinham mal disfarçado temor com o crescimento do comunismo, que se apoiava na adesão da população de baixa renda a essa ideologia política, sob o pressuposto de que, ao contrário do capitalismo, o comunismo representava promessa de “*justiça social e vida melhor*”, conforme história (CARVALHO FILHO, 1983, p. 101).

### • O Movimento Católico dos anos 30 e a educação no Brasil

No âmbito da educação escolar, a igreja católica praticamente monopolizava a gestão de estabelecimentos responsáveis pelo ensino médio no país. Porém, desde a proclamação da República, estava agastada com a laicidade do ensino, instituída pela 1ª Constituição Republicana<sup>19</sup> (ROMANELLI, 2001, p.143). Na verdade, o ensino religioso suscitou vigorosos debates e confrontos ideológicos.

Essas desavenças tiveram sua culminância no início da década de 30, devido aos conteúdos das reformas educacionais que começavam a ser implantadas em

---

<sup>19</sup> A Constituição de 1891, em vigor até 1934, em seu artigo 72, parágrafo 6, declarava: “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”

alguns Estados e em função dos princípios abraçados pelo movimento renovador da educação que defendia a laicidade do ensino. Além da formação escolar laica, o movimento renovador reivindicava a institucionalização da escola pública e sua expansão, assim como a igualdade dos sexos no direito ao acesso à escolarização.

Esses três aspectos constituíram o pomo da discórdia entre os educadores que, pela Associação Brasileira de Educação acorriam às Conferências Nacionais de Educação. De pronto, identificaram-se dois grupos, em contraposição: a) promoviam e lideravam as reformas e o movimento renovador e b) de maioria católica, combatiam esses três aspectos (ROMANELLI, 2001, p. 143).

Como parte do chamado ‘movimento católico’, a arquidiocese exigiu dos católicos a *“unidade de ação nas questões político-morais e na defesa da religião, a despeito das divergências partidárias ou de opinião que pudessem existir entre eles”*. Com tal propósito, a Igreja investiu na criação de grupos de interesse, como é o caso da Liga Eleitoral Católica (LEC) e da Ação Católica Brasileira (ACB), que, ao mesmo tempo, uniam os católicos em torno das questões relevantes para a igreja, respeitavam as posições partidárias e políticas distintas, desde que toleráveis para a instituição eclesiástica (CARVALHO FILHO, 1983, p. 76).

A Liga Eleitoral Católica, fundada em 1932, ligada ao Centro Dom Vidal, tinha como missão mobilizar o eleitorado católico para votar nos candidatos à Assembléia Constituinte de 1933 e ao Congresso Nacional de 1934, de diferentes partidos, porém, comprometidos a representar os princípios básicos definidos pela LEC, com vistas à nova organização política brasileira. A LEC funcionou, desde a sua criação, como importante recurso de pressão eclesiástica, com êxito constitucional, pois,

incorporou-se à Constituição a tese da sacralidade da família e, no âmbito educacional, da instrução religiosa nas escolas públicas<sup>20</sup>.

Essas vitórias do grupo garantiam o que se designava como o livre movimento nas consciências, mas que, de fato, serviam para a reprodução da cultura (Romano, 1979, p. 151). A conquista também foi importante por facilitar a interlocução precoce entre a Igreja e o indivíduo, tornando este último capaz de compreender a mensagem do locutor (Igreja), de modo a garantir uma relação de poder simbólico.

Para analisar esse fenômeno político-cultural, apoio-me em Bourdieu (1998a, p. 24-25), quando considera as trocas lingüísticas como relação de poder simbólico, onde se atualizam as relações de força entre os locutores e seus grupos. Ao refletir sobre o assunto, lembro que a relação de comunicação está fundada no “*ciframento e no deciframento*”, e, portanto, na operação de um código ou de uma competência geradora. Para que o produto lingüístico se realize como mensagem, cumpre que seja decifrado.

O investimento da igreja católica, a partir da década de 30, orientou-se também no sentido de conquistar, no campo da educação, o controle de estabelecimentos de ensino de nível superior. Para isso, mais uma vez, contou com a participação do Cardeal Leme. Essa iniciativa objetivava a implantação de uma Universidade Católica no Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), como aconteceu em 1941, o último investimento significativo do Cardeal Leme, enquanto principal promotor da restauração católica (Azzi, 2002, p.6).

---

<sup>20</sup> Já que a Constituição de 1934, pelo seu artigo 153, declarava: “O ensino religioso será de frequência facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”. Modificando pouco o teor da prescrição, a Constituição de 1937, determinava, pelo seu artigo 183: “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória”.

Com a instalação do governo provisório, em 1930, criaram-se as condições favoráveis a uma aliança entre o governo e a Igreja, que se revelou duradoura. Como assinalou Azzi (2002, p. 2), a ascensão de novos líderes políticos interessados em obter o apoio da igreja católica, favoreceu a emergência de concessões explícitas, dentre elas, expressivo investimento no campo da educação. Cumpre recordar o empenho das lideranças do catolicismo para a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas, com o intuito de dispor de meios concretos para inculcar, o mais precocemente possível, a ideologia católica na infância e juventude brasileira. Por seu turno, a Igreja influenciava a população a apoiar o novo governo (Fausto, 2001, p. 333).

Um importante representante do governo central, empenhado na defesa dos interesses da Igreja católica, no campo da educação e no contexto mais amplo da sociedade a partir de 1930, foi Francisco Campos, quando ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde<sup>21</sup>. Esta autoridade, em 1936, definiu explicitamente: “*a religião, a pátria e a família*” como os valores fundamentais que precisavam ser resgatados no âmbito da educação, eis que os mesmos estavam ligados pelo vínculo indissolúvel da solidariedade. Tais valores eram os mesmos que regularmente faziam parte dos discursos anticomunistas (Horta, 1994, p. 100 – 107). Dessa maneira, mais uma vez, se evidencia a atuação de um representante do governo central afinada com o ideário católico.

---

<sup>21</sup>Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório, portanto uma autoridade que representava o Estado, se caracterizava como um político que mantinha estreita aliança com a Igreja católica, pois, entendia a necessidade de se obter o apoio da Igreja para as iniciativas de caráter político que se pretendesse “popular e mobilizadora”. Francisco Campos já tentara o apoio da Igreja antes, para mobilizar politicamente o estado de Minas Gerais através da Legião de Outubro, em fevereiro de 1931. Esta Legião contava também com o apoio de Gustavo Capanema, então Secretário do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais e de Amaro Lanardi, Secretário das Finanças, com o objetivo de integrar Minas Gerais no processo revolucionário e como instrumento para enfraquecer as forças políticas oligárquicas tradicionais do Estado, para isso, Francisco entendia como grande importância o envolvimento da Igreja Católica. Os fundadores da Legião de Outubro assumiram o compromisso de incluir em seu programa as principais reivindicações da Igreja (HORTA, 1994, p. 100 – 107).

A esse respeito, Bourdieu (1992, p.70-72) afirma que a posição ocupada pela igreja na estrutura do campo religioso remete a uma função de manutenção da ordem simbólica, contribuindo inevitavelmente para assegurar a ordem política. O ilustre sociólogo acrescenta que a ordem simbólica é garantida pela imposição e inculcação dos esquemas de percepção, pensamento e ação, objetivamente conferidos às “*estruturas políticas e, assim, atribuindo-as uma enorme legitimação*”.

Sob esse enfoque, a criação, em dezembro de 1930 do Ministério da Educação e Saúde Pública, foi apresentada à sociedade como indicador da preocupação do Estado com o futuro da nação. Essa linha de argumentação foi usada para justificar os investimentos necessários à implantação do setor. Cumpre recordar que o prédio que abrigaria o respectivo Ministério foi objeto de intensas disputas para se definir quem assinaria o projeto da grandiosa obra. A repercussão dos debates transpôs as fronteiras do País, uma vez que a presença de renomados arquitetos de outras nacionalidades podia ser entendida como sinal de desprestígio para os arquitetos brasileiros (Lissofsky e Sá, 2000, p. 49 e segs.). No ano seguinte à criação do Ministério, conforme Romanelli (2001, p. 131), foram promulgados alguns decretos<sup>22</sup> que dispunham sobre as organizações do ensino superior no Brasil e da Universidade do Rio de Janeiro<sup>23</sup>.

- **A Escola Anna Nery: ponto de partida**

No que se refere ao campo da educação em enfermagem, o ano de 1931 demarcou o encerramento das atividades da Missão Parsons no Brasil; em paralelo, o modelo de assistência e de ensino introduzidos pelas norte-americanas permaneceu destituído de amparo legal específico, durante toda a década de 20. Apenas com a

---

<sup>22</sup> Decretos N<sup>o</sup>s. 19.851 e 19852.

<sup>23</sup> Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

promulgação do Decreto nº 20.109<sup>24</sup>, em 1931, a profissão de enfermeira obteve respaldo legal, que assegurou o exercício da profissão, exclusivamente aos que possuíam o diploma expedido pela Escola Oficial Padrão ou por uma escola a ela equiparada. Ainda assim, esse recurso jurídico não foi, naquele momento, suficiente para a concretização desse ideal, pois o quantitativo de enfermeiras era insuficiente para garantir a ocupação de todos os espaços. Como reflexo dessa deficiência de ordem prática, pessoas com pouca ou nenhuma qualificação de enfermagem, ocupavam espaços profissionais reservados legalmente às enfermeiras diplomadas e trabalhavam no campo da enfermagem, nas diferentes regiões do país, sobretudo naquelas mais afastadas dos principais centros urbanos.

Como mencionado em momento anterior, este Decreto definia a “Escola de Enfermeiras Ana Neri, do Departamento Nacional de Saúde Pública”, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, como estabelecimento oficial padrão, para fins de equiparação das demais escolas de enfermagem do país, cabendo à sua direção a prerrogativa de indicar a enfermeira<sup>25</sup> que realizaria a inspeção nas instituições que desejassem tal equiparação.

Não obstante, apesar de o ensino ministrado na Escola Anna Nery atender aos bons padrões técnicos exigidos em universidades de outros países, o texto do Decreto nº 21.109/31 deixava claro que não era prevista, para aquele momento, a transferência da Escola Anna Nery para a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, pois, considerava conveniente para a organização sanitária, mantê-la anexa ao DNSP. Essa decisão ratifica que o modelo de

---

<sup>24</sup> Este Decreto, promulgado em 15 de junho de 1931, regula o exercício da enfermagem em todo território nacional, além de fixar as condições para a equiparação das escolas de enfermagem e instruções relativas ao processo de exame para revalidação de diplomas.

<sup>25</sup> Esta enfermeira deveria possuir prática de ensino e administração de escolas de enfermagem.

ensino de enfermagem implantado no país, mediante a criação da Escola de Enfermagem Anna Nery, encontra respaldo no serviço de saúde pública do país.

Além disso, apesar de a Escola Anna Nery não conseguir sua inserção imediata no espaço universitário, a instituição obteve importante ganho simbólico através do estatuto de Escola Oficial Padrão, que lhe garantia a prerrogativa de legitimar os cursos de enfermagem do país, o que, além de lhe conferir poder e prestígio, assegurava a manutenção do alto padrão de ensino na formação de enfermeiras, mediante a abertura de novas escolas de enfermagem.

Esta situação foi muito significativa para o campo da enfermagem, pois despertou nas lideranças confessionais a consciência da necessidade de investir também no sistema formal de ensino de enfermagem, para que as suas religiosas adquirissem o diploma de enfermeira, ao mesmo tempo em que incorporariam o capital cultural necessário à prática assistencial da enfermeira (BEZERRA, 2002, p.55).

A luta das lideranças católicas no campo da educação, que se concentrava, principalmente, no ensino primário, secundário, com o objetivo de difundir aos filhos da elite da sociedade brasileira os valores da doutrina católica, precisou ser ampliada para assegurar a presença das Irmãs da Caridade nos espaços hospitalares, seja na assistência, ou na administração dos mesmos (BAPTISTA e BARREIRA, 1997, p.35).

No mesmo ano em que Rachel Haddock Lobo assumiu a direção da

Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1931, Edith de Magalhães Fraenkel<sup>26</sup> foi indicada para a Superintendência do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, no lugar de Ethel Parsons.

Como esclareceram Santos e Oliveira (2002, p. 267), essas substituições marcam a atuação de duas enfermeiras brasileiras leigas nos cargos de primeiro escalão da enfermagem brasileira, até então ocupados por enfermeiras americanas. As autoras referidas acrescentam (2002, p.267) que este fato deve ter concorrido para que a Escola de Enfermagem Anna Nery fosse o cenário das atividades inerentes à criação dos Annaes de Enfermagem.

No plano interno, a Escola Anna Nery continuou a empreender suas estratégias para conquistar maior visibilidade social à profissão, tanto assim que, em 1932, Rachel Haddock Lobo, com a efetiva participação de Edith de Magalhães Fraenkel, empenhou-se na criação do periódico Annaes de Enfermagem<sup>27</sup>, entendido como o mais importante instrumento de divulgação dos conhecimentos profissionais produzidos, além de facilitar a comunicação entre os enfermeiros (GERMANO, 2002, p.315).

Ainda em 1932, agravou-se o contexto de crises políticas no país. Deflagrou-se em São Paulo uma guerra civil, a denominada Revolução

---

<sup>26</sup> Natural do Rio de Janeiro, onde nasceu em 9 de maio de 1889, era filha de Carlos Fraenkel e Aldina Botelho de Magalhães Fraenkel. O seu avô materno era Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tido como um dos fundadores da República do Brasil. A função de consul brasileiro desempenhada por seu pai, na Alemanha, Suécia e Uruguai, fez com que iniciasse seus estudos nesses países. Tinha o domínio de seis idiomas: alemão, sueco, espanhol, inglês, francês e italiano. Teve como primeira atividade profissional o magistério. Em 1922, se matriculou na Escola de Enfermagem do “Philadelphia General Hospital”, diplomando-se em outubro de 1925, mesmo ano em que se formavam as pioneiras da Escola de Enfermagem Anna Nery. Atuou como instrutora e coordenadora de ensino da Escola Anna Nery de 1925 a 1927. Teve participação efetiva na criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), atual ABEn, cabendo-lhe então o cargo de primeira presidente eleita. Em 1927 foi nomeada enfermeira-chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública. No ano seguinte, atuou como diretora da Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública do mesmo Departamento. A partir de 1931 sucedeu Ethel Parsons na Superintendência do Serviço de Enfermeiras do DNSP (CARVALHO, 1980, p.39).

<sup>27</sup> A criação e lançamento da Revista Anais de Enfermagem, atual Revista Brasileira de Enfermagem, se deu em 20 de maio de 1932, data do falecimento de Anna Nery, no Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery, (Santos e Oliveira, 2002, p.267).

Constitucionalista de 1932<sup>28</sup>. Esse conflito parecia inevitável, pois à medida que Vargas ampliava a capacidade de intervenção do Estado na economia e na sociedade, limitava-se o poder das oligarquias regionais (FERREIRA e SARMENTO, 2002, p. 462).

Ainda de acordo com os autores mencionados (2002, p. 462-463), setores das oligarquias derrotadas em 1930 passaram a questionar o governo provisório e a exigir a convocação de nova Carta Constitucional que assegurasse o estado de direito. A edição de um código eleitoral, em fevereiro de 1932, não foi suficiente para impedir a revolução. Confiantes no apoio de outros grupos regionais dissidentes, principalmente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, os paulistas deflagraram guerra ao governo federal. Todavia, como esses apoios não se concretizaram, o resultado do confronto foi a derrota das forças rebeldes (FERREIRA e SARMENTO, 2002, p. 462 – 463).

Nesse conflito, a Escola Anna Nery participou, através do atendimento aos feridos nas “Frente de Operações de Guerra”. Esse envolvimento, assumido como voluntário, contou com a presença de nomes expressivos de enfermeiras dessa escola, incluindo-se aí, o da diretora, à época, Rachel Haddock Lobo (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1932).

A participação da diretora na organização do serviço de enfermagem, além da atuação de outras enfermeiras e alunas desta escola, embora tida como voluntária, dificilmente poderia deixar de acontecer, pois a Escola Anna Nery era o único estabelecimento brasileiro, destinado à formação de enfermeiras calcada no modelo anglo-americano. Além disso, a escola já havia registrado participação a favor do governo, em momentos de crise, como por exemplo, a Revolução de 30 (ALMEIDA FILHO e SANTOS, 2003, p. 581 – 585).

---

<sup>28</sup> Deflagrada em 9 de julho de 1932.

O relato a seguir, de Rachel Haddock Lobo, à época, dá notícia do compromisso da Escola Anna Nery com atender aos feridos da guerra, correspondendo igualmente às expectativas das autoridades governamentais:

Atendendo às necessidades prementes de enfermeiras para os hospitais das frentes do nosso exército que lutava contra a rebelião de São Paulo e de acordo com o voluntariado a que procedem-se por indicação da Sra. Superintendente Geral do Serviço [de enfermagem], partiu a 3, o primeiro grupo de enfermeiras postas à disposição do Ministro da Guerra, para o setor leste” (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. Setembro/32).

Dentre as profissionais presentes no primeiro grupo que partiu em direção a São Paulo para atuar no cuidado aos feridos daquela revolução, estavam enfermeiras do Hospital de Isolamento São Sebastião e do Hospital São Francisco de Assis, além de Zaíra Cintra Vidal – Instrutora de ensino da Escola Anna Nery<sup>29</sup> (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. Setembro/32).

A atuação do grupo na Revolução Constitucionalista de São Paulo permitiu a capitalização de lucros simbólicos em favor da enfermagem e da Escola Anna Nery. O registro de Rachel Haddock Lobo, a seguir, demonstra o reconhecimento dessa participação por parte das autoridades militares:

Todas estas enfermeiras acham-se possuídas de grande satisfação íntima por terem bem servido ao ideal da profissão, conseguindo elevá-la ao mais alto grau de proficiência e moralidade, conforme consta dos atestados honrosos dados pelas altas autoridades daqueles corpos do exército onde esse conceito é unanimemente reconhecido e

---

<sup>29</sup> Cargo equivalente ao de vice – diretora.

proclamado em ordem do dia (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. outubro/32).

Nessa linha de reflexão, o reconhecimento das altas autoridades do exército brasileiro à proficiência profissional das enfermeiras atuantes nesse conflito pode ser entendido como sinal de prestígio junto à corporação que desfrutava de indiscutível status junto ao governo Vargas. Ainda mais, contribuiu para ampliar e projetar a enfermagem no imaginário da sociedade brasileira, como já acontecia em outros países, avançando para além das atividades de prevenção de doenças, eis que manifestavam competência para compor as equipes de saúde em situações de conflito bélico (ALMEIDA FILHO E SANTOS, 2003, p. 585).

É importante entender que a desunião que caracterizava os militares nesse momento permitiu que Vargas os manipulasse em favor dos seus interesses políticos. Ao mesmo tempo em que interessava a Getúlio Vargas obter uma força armada, capaz de confrontar as oligarquias remanescentes e as novas lideranças civis que emergiam após 1930, não deveria esta mesma força militar ser tão forte a ponto de ameaçar a liderança presidencial. Essa estratégia complexa e arriscada foi desenvolvida com êxito durante quinze anos, através do fortalecimento da organização militar e do controle simultâneo de seus líderes (CARVALHO, 1999, p.58-59).

O reconhecimento do alto padrão de ensino da Escola de Enfermagem foi, muitas vezes, expresso por visitantes ilustres, como é o caso, em 1932, da visita de Cecil Carter, chefe geral das sociedades da Cruz Vermelha, com sede em Paris, que afirmou que a escola “*única em toda a América do Sul*” e, declarou “*dever a Cruz Vermelha seguir-lhe, sob todos os pontos educativos e sociais*” (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. Agosto/32).

À mesma época, Kaite Russner, superintendente de uma clínica privada, na Alemanha, manifestou surpresa e declarou à diretora da escola, após ter percorrido o Pavilhão de Aulas: “*Não esperava encontrar no Brasil uma obra de enfermagem tão adiantada, considerando-a mais adiantada que as da Alemanha*” (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. Agosto/32).

Não obstante a condição de Escola Oficial Padrão em 1931, a reconhecida participação na frente de operações de guerra, em São Paulo, em julho de 1932 e o reconhecimento do padrão de ensino pelas autoridades nacionais e internacionais da época, não foram suficientes para garantir à Escola Anna Nery a exclusividade de atuação no campo da enfermagem, nos espaços hospitalares. De acordo com Bezerra (2002, p. 71-72), por ser o contexto deste período favorável às ações da igreja católica, mesmo não possuindo a formação exigida para a atuação profissional, as irmãs contaram com a intervenção de Getúlio Vargas, o qual, promulgou o Decreto nº 22.257/32, alguns meses após a participação da Escola Anna Nery no referido conflito.

Este decreto conferia às irmãs da caridade direitos iguais aos das enfermeiras formadas pela Escola Oficial Padrão, bastando para isso, que apresentassem atestado de prática efetiva de enfermagem e/ou administração hospitalar, por um período de pelo menos seis anos, até aquela data (Baptista; Barreira, 1997, p.35). Este decreto limitou a participação das religiosas naqueles espaços, impedindo sua atuação na formação de outras religiosas enfermeiras.

O dispositivo legal em exame, além de permitir que algumas religiosas continuassem a atuar em hospitais, garantia às congregações um lapso de tempo para que pudessem proporcionar formação em enfermagem às irmãs. Assim procedendo, o governo Vargas propiciou às congregações religiosas a possibilidade de implementar as

mudanças entendidas como necessárias à preservação do espaço social que acupavam anteriormente (BEZERRA, 2002, p. 73).

Aplicando o ideário de Bourdieu a essa estratégia político-cultural, verifica-se que as religiosas poderiam associar o capital religioso ao capital cultural institucionalizado (título de enfermeira), com o intuito principal de preservar a inserção social da igreja católica e criar um contingente que atendesse à exigência legal, expressa no Decreto 20.109/31.

O capital religioso determina a natureza, a forma e a força das estratégias que essas instâncias [religiosas] podem dispor para atender aos interesses institucionais, como as funções que tais instâncias cumprem na divisão do trabalho religioso, e em consequência, na divisão do trabalho político (BOURDIEU, 1992, p. 57).

A promulgação do Decreto nº 22 257/32 representa mais uma oportunidade de capitalizar importantes lucros simbólicos, oriundos da aliança entre o governo e a igreja católica. Emblemático, nesse sentido, é o depoimento da filha de Getúlio Vargas, em entrevista concedida a Thomaz C. Bruneau, em 1968. Na oportunidade, a entrevistada teria feito referência à função estratégica do exército brasileiro e da igreja católica para o governo Vargas, afirmando que seu pai *“colocava o apoio da Igreja no mesmo pé de igualdade com o apoio militar. Enquanto o último tinha os instrumentos da força, o primeiro fornecia um meio de sustentação que tornava a força menos necessária”* (BRUNEAU, 1974, p. 80).

O primeiro movimento das religiosas católicas em busca de aumento de capital cultural relativo à enfermagem materializou-se através da Associação São Vicente de Paulo (ASVP), que encaminhou três de suas religiosas para o curso de

enfermagem da Escola Anna Nery. No entanto, esse grupo de religiosas<sup>30</sup> desistiu do curso.

Comentando o evento, Rachel Haddock Lobo, então diretora da escola, registra sua percepção desfavorável à atuação das mesmas no curso: “...por não desejarem mais continuar o curso científico da escola e se contentarem com os poucos conhecimentos rotineiros da prática sem teoria” e, acrescenta crítica à falta de dedicação dessas irmãs, afirmando que “durante o tempo que passaram pela escola não demonstraram nenhum espírito de enfermagem, nem muita dedicação aos doentes” (CD. EEAN/UFRJ, Relatório Anual da Diretora. Dezembro de 1932).

Esta avaliação de Rachel Haddock Lobo é surpreendente, pois, pelo menos duas das religiosas mencionadas apresentavam desempenho satisfatório no curso<sup>31</sup> (CD. EEAN/UFRJ. Livro de atas. 1931). Diante do exposto, é plausível que o insucesso do grupo de religiosas tenha sido decorrente da imposição do habitus profissional a ser incorporado ao longo do processo de formação profissional dessas, o que se traduziria em redução ou limitação para realizar os rituais próprios da vida religiosa.

No plano político, ainda em 1932, através de um manifesto lido por

---

<sup>30</sup> Irmã Margarida Villac – desistiu do curso em 15 de outubro de 1931, por motivo de “saúde precária”; Irmã Eugênia Pinto, em 17 de novembro de 1932 e Irmã Thereza Carvalho, desistiu do curso em dezembro de 1932, não sendo possível, até o momento identificar a justificativa (CD da EEAN/UFRJ, Registro da diretora. Setembro, outubro, novembro/31 e dezembro de 1932).

<sup>31</sup> Sobre a avaliação da Irmã Margarida Villac, não foi encontrado qualquer registro, talvez pelo curto período que frequentou a EAN, de 31 de julho a 15 de outubro de 1931 (TEIXEIRA et al. 1998, p.55 – 57). Irmã Eugênia: Higiene Mental – 83; Técnica – 93; Anatomia – 96; Clínica – 88 e ética – 81. Irmã Tereza: Técnica adiantada- 98; Técnica – 98; Anatomia – 96; Higiene Pessoal – 90; Drogas e soluções – 86; Clínica – 69,5; Bacteriologia – 76 e atadura – 100 ( CD. EEAN/UFRJ Livro de atas. 1931).

Plínio Salgado<sup>32</sup>, foi criada oficialmente, a Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>33</sup>, cuja filosofia encontrou, de certa forma, ressonância no ideário do catolicismo e nas propostas referentes à formação de enfermeiras no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. (CAVALARI, 1999, p. 13-18).

Em 1935, a AIB já se caracterizava como partido político; no entanto, foi apenas em 1937 que conquistou o seu registro junto ao Supremo Tribunal de Justiça Eleitoral. O Partido Integralista observava alguns aspectos insatisfatórios que considerava próprios do povo brasileiro, dentre eles, a ausência de consciência política e de sentimento de nacionalidade (CAVALARI, 1999, p. 41).

Segundo Beloch e Abreu (1984, p. 1621), o movimento integralista teve origem no processo de convergência das idéias autoritárias de direita numa sociedade de transição e, sob o impacto de um novo panorama internacional, sofreu reflexos da Revolução Soviética e da ascensão dos movimentos fascistas europeus.

Beloch e Abreu (1984, p.1621) acrescentam que a Ação Integralista teve origem no marco político da Revolução de 1930, difundindo um discurso ideológico fascista, de tendência antiliberal, com amplo alcance junto a setores políticos e intelectuais, no contexto pós-revolucionário. Sob esse enfoque, cumpre lembrar que o Partido Integralista foi implantado nacionalmente, aumentando de tal forma suas bases

---

<sup>32</sup> Plínio Salgado segue a tradição política de seu pai que atuou como chefe político local do Partido Republicano Paulista (PRP) até 1930. Na juventude, era tido como republicano, católico e nacionalista. Militou intensamente nos movimentos literários pós-modernistas, apesar de vinculado a um partido político da oligarquia paulista, onde exercia também a função de redator do jornal Correio Paulistano. As vésperas da Revolução de 1930 viajou para a Europa, encantando-se com o fascismo. Nessa época adquiriu consciência da fragilidade da democracia liberal. Em seu retorno da Europa, criou o jornal “A Razão”, que funcionou como importante veículo para estabelecer as bases políticas e ideológicas do movimento. Foi candidato integralista para a sucessão presidencial, escolhido por plebiscito interno, em maio de 1937, o que foi frustrada pelo golpe que deu origem ao Estado Novo (Beloch e Abreu, 1984, p.1622). A expressividade popular e a intencionalidade integralista contribuíram para a dissolução do Partido Integralista, levando Getúlio Vargas, em seguida, a investir intensa campanha contra o integralismo, culminando com a prisão e exílio de seus líderes. Nessa época Plínio Salgado também foi preso e, no ano seguinte, exilado para Portugal, de onde somente retornou com o fim do Estado Novo, em 1945 (CAVALARI, 1999, p. 18-20).

<sup>33</sup> em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo, sendo mais tarde conhecido em todo o país como “manifesto de outubro” (CAVALARI, 1999, p. 13-18).

políticas que se tornou ameaça para a sucessão do Presidente Getúlio Vargas, além de ser o único movimento organizado após a instauração do Estado Novo, em 1937.

Cavalari (1999, p. 49) assinala que o Partido Integralista inculcava em seus adeptos que “*a abnegação, o sacrifício e o sofrimento eram meios para despertar a Nação e a alma de um povo*”. Como se depreende, esse ideário defendia a tese de que o sofrimento era condição necessária para se conquistar a salvação nacional.

De forma coerente com essa ideologia, a igreja católica romana invocava o sofrimento como meio de salvação da alma e, portanto, capaz de aproximar o indivíduo do reino celestial. No que tange à aproximação entre autoridades da Igreja e lideranças do Integralismo, merece relevo a participação de Dom Hélder Câmara, que a pedido de Plínio Salgado e com autorização do arcebispo de Fortaleza, atuou na chefia do setor de educação da AIB no Ceará (BELOCH e ABREU, 1984, p. 551). Mais tarde, em 1949, D. Helder Câmara foi capelão da Escola Anna Nery e, nessa condição, ministrava assistência religiosa às alunas. Essas iniciativas encontravam respaldo legal no parágrafo 9º do artigo 141 da Constituição da República, cujo conteúdo previa intervenção religiosa, desde que não provocasse constrangimentos aos favorecidos. A medida também poderia ser desenvolvida nos estabelecimentos de internação coletiva, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, (UFRJ. Secretaria dos Órgãos Colegiados - SOC. Concessão de Título de Doutor Honoris Causa a D. Helder Câmara).

Como informou Cavalari (1999, p. 50-51), o integralismo difundia também a obediência e a disciplina como pontos indispensáveis, pois seriam fundamentais para a obtenção da “*ordem espiritual e moral*”. Para ilustrar essa assertiva, a autora menciona o fragmento de um discurso de D. Helder, numa cerimônia de formatura de professoras integralistas. Este pronunciamento foi documentado em

uma obra publicada em 1959, com o título de “*Pedagogia Integralista*”<sup>34</sup>, e tem o seguinte teor: “...o lindo não é viver as horas fáceis. Belas são as horas ásperas das escaladas difíceis”.

São evidentes as semelhanças entre alguns aspectos da ideologia integralista com qualidades exigidas pelas líderes da enfermagem brasileiras, desde a implantação, no Brasil, da enfermagem calcada nos moldes nightingaleano. Nessa linha de reflexão, foram destacadas qualidades como: a abdicação, a disciplina, o respeito à hierarquia e, em muitos momentos, a reverência ao nacionalismo.

Cavallari (1999, p. 58-61) esclarece que o integralismo entendia o papel da mulher como importante por seu sentido de “*vocação maternal, educativa e eminentemente social*”, condicionando a sua vida moral e, predispondo à mística, ao amor absoluto, aos sacrifícios e renúncias totais. Nessa direção ideológica, as atividades propriamente intelectuais caberiam aos homens e às mulheres, aquelas funções desprovidas de requisitos cognitivos mais complexos. O discurso integralista encarregava-se de difundir e, ao mesmo tempo, reforçar, em seus membros e na sociedade, uma representação social da mulher idealizada à época; ou seja, santa, sacrificada, altruísta, bondosa, em síntese, um anjo.

Dessa forma, construiu-se a diferença social entre homens e mulheres tomando como referência a diferença biológica entre os dois grupos. Como elucidou Bourdieu, a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. Nesse processo, a ordem social funciona como imensa máquina simbólica que ratifica e atualiza a dominação masculina sobre a

---

<sup>34</sup> Parte da Enciclopédia Integralista, publicada no Rio de Janeiro, pela editora Clássica Brasileira, V. IX (CAVALLARI, 1999, p.231).

qual se alicerça: é a divisão social dos papéis; é a estrutura do espaço; é a estrutura do tempo (BOURDIEU, 1999a, p.18).

Essa figura de mulher era compartilhada pela sociedade em geral, através das diferentes instituições sociais: o catolicismo participava efetivamente, à medida que atuava no sentido de que a mulher desempenhasse importante função no processo de inculcação da ideologia católica nos lares brasileiros. Essa forma de inculcação cultural era reforçada e complementada por meio das instituições responsáveis pela educação formal, tanto pública, quanto privada.

Por sua vez, a estrutura do Partido Integralista contava com a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (SNAFP), composta pelos Departamentos Feminino e dos Plinianos. O Departamento Nacional Feminino compunha-se de cinco divisões<sup>35</sup>, dentre elas, a de Educação, considerada uma das mais importantes e ativas, no exercício da função de orientar as atividades femininas nos setores de Alfabetização, **Enfermagem**<sup>36</sup>, Puericultura, dentre outras. Tendo em vista o preparo para o exercício profissional, havia as escolas de ensino profissional, cujo currículo era elaborado para “*senhoras e senhoritas*”, existentes em alguns núcleos, como é o caso da enfermagem que contava com uma “Escola Integralista de Enfermagem”, no núcleo do Meyer, no Rio de Janeiro (Cavalari, 1999, p.66-67; 73-75).

A relevância atribuída à Divisão de Educação pelo Partido Integralista possibilitava a difusão dos papéis atribuídos às mulheres: ensinar e cuidar. Para compreender essa medida, recorro a Bourdieu (1999b, p. 32), quando denuncia que o sistema escolar é extremamente importante por reproduzir as categorias reforçadoras da diferença entre os sexos.

---

<sup>35</sup> As outras divisões eram as de Expediente; Cultura Física; Estudos e Ação Social.

<sup>36</sup> O grifo é meu

A tolerância do catolicismo junto ao Movimento Integralista baseava-se na possibilidade de tê-lo como aliado, para enfrentar as lutas de classe e a expansão do comunismo (Beloch e Abreu, 1984, p. 551), que se consolidava na Rússia e se ampliaria a partir da Segunda Guerra Mundial. Sob esse ponto de vista, é evidente que o integralismo e a igreja católica cultivavam importantes valores e princípios em comum.

Em entrevista realizada com uma depoente deste estudo, Liezelotte H. Ornellas, houve referência à identificação de Laís Netto dos Reys com o Partido Integralista. Segundo palavras textuais da entrevistada: *“Naquele tempo, d. Laís aprovava o Partido Integralista e aparecia em reuniões e se mostrava muito simpaticante...”*.

Além dos pontos convergentes envolvendo a Igreja católica e o Integralismo, é importante ressaltar que Laís, através do ofício nº 227/45, reiterado pelo ofício 271/46, solicitou ao então Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Ignácio Azevedo Lima, respectivamente, providências para ter à disposição da Escola Anna Nery, o então padre Helder Câmara<sup>37</sup> (UFRJ. SOC. Concessão de Título de Doutor Honoris Causa a D. Helder Câmara.)<sup>38</sup>.

Diante do exposto e considerando a incorporação do discurso integralista na sociedade brasileira, é plausível que Laís tivesse alguma identificação com o partido integralista, a despeito de se encontrar na clandestinidade, em função da instauração do Estado Novo.

---

<sup>37</sup> O então Padre Helder Câmara, à época, atuando na Divisão de Ensino Secundário, deveria colaborar na organização de um Curso de Especialização em Pedagogia e Didática para professores de enfermagem (concessão de título de Doutor Honoris Causa a D. Helder Câmara. UFRJ. SOC).

<sup>38</sup> Faz-se importante destacar que no corpo do processo para a concessão do título de Doutor Honoris Causa a D. Helder Câmara, protocolado em 1987, apesar do detalhamento de sua trajetória de vida, não é feita referência a participação política de tão destacada autoridade da Igreja católica, tendo em vista a sua participação no Partido Integralista. Da mesma forma, até então, nenhuma referência havia sido feita, no sentido de relacionar, de qualquer forma, Laís Netto dos Reys com o Integralismo, o que poderia ser

Vale considerar, porém, que, segundo Lieselotte Ornellas, em nenhum momento observou-se a realização de reuniões político-partidárias, ou qualquer outra forma de manifestação desta ordem nas dependências da EAN.

Em 1933, a criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, nas dependências do Hospital São Vicente de Paulo, em Belo Horizonte (Nascimento et al., 1999, p.29), representou possibilidade de formação das primeiras Irmãs<sup>39</sup>, pois o estabelecimento oferecia ambiente favorável à associação das práticas religiosas à formação acadêmica. Além disso, Laís Netto dos Reys, que organizou e dirigiu esta escola (1933-1938), mantinha fortes alianças com o clero e autoridades governamentais (Doc. 30, cx 87, 1976. CD da EEAN/UFRJ), o que facilitou a adaptação dessas irmãs.

---

compreendido pelo fato de o Partido Integralista , juntamente com os demais partidos, ter tido a sua dissolução decretada em função da instituição do Estado Novo.

<sup>39</sup> Irmã Matilde Nina diplomou-se em 1936, tendo integrado a primeira turma da escola e, em 1938, se formam as irmãs Caterina Cândido Fiuúza, Eugênia Luna, Filomena Couto e Zoe Junho. Bezerra (2002, p.6).



**Foto nº 1:** Pose grupal, registrada no dia 19 de julho de 1933, nas dependências do Hospital São Vicente de Paulo, durante as comemorações da inauguração da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em Belo Horizonte. Localização: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC). Acervo Carlos Chagas.

A Inauguração da Escola de Enfermagem Carlos Chagas contou com a presença de personalidades ilustres de expressão nacional e estadual: na primeira fila, há nove pessoas sentadas: sete homens e duas mulheres. Da esquerda para a direita, a terceira figura é a de Carlos Chagas, o grande homenageado através da denominação da escola. Ele está ladeado à esquerda por um homem cuja vestimenta sugere tratar-se de autoridade eclesiástica. Se cindirmos o arranjo fotográfico ao meio, encontramos no centro da composição (5ª figura) um homem trajando terno e gravata, ladeado à esquerda por outra figura masculina (6ª figura), também de terno e gravata. A sétima figura é uma mulher em traje de passeio completo. Sua indumentária e seu posicionamento no arranjo fotográfico traz indícios de que seja importante dama da sociedade. A oitava figura é uma religiosa da ASVP e a nona figura é de um homem de terno e gravata, também não identificado.

Na segunda fila, estão treze pessoas, de pé. Da esquerda para a direita, foi possível identificar apenas a quinta figura, Laís Netto dos Reys; ao seu lado direito, estão dispostas quatro alunas, sendo a primeira uma freira, e à esquerda de Laís, encontram-se oito alunas, cabendo a quarta disposição a outra freira.

Na terceira fila, figuram duas mulheres, também não identificadas. A 1ª está entre a 2ª e a 3ª figuras da segunda fila, a 2ª situa-se entre as 6ª e 7ª figuras também da segunda fila.

A leitura da disposição das pessoas no arranjo fotográfico evidencia que as figuras masculinas estão todas sentadas, na primeira fila e ocupam o centro da composição ou as extremidades, o que demarca a sua distinção no campo e permite perceber como a ordem social funciona; ou seja, como “*imensa máquina simbólica*”, capaz de ratificar a dominação masculina, reservando aos homens o lugar de assembléia ou de mercado (BOURDIEU, 1999a, p.18). Note-se que nem mesmo a Diretora da

Escola de Enfermagem pôde ocupar um plano de tamanha distinção, reservando-se essa deferência a uma religiosa e a uma senhora não identificada, que possivelmente deve representar a elite da sociedade local.

As mulheres presentes na composição estão vestidas de enfermeira ou em traje de passeio completo. Ainda no que tange à indumentária das enfermeiras, observa-se que Laís Netto dos Reys e as alunas leigas expressavam o habitus católico, através do uso do véu, em substituição à tradicional touca de enfermeira.

Segundo análise de Bourdieu (2001, p.112), as representações objetais possuem “*propriedades simbólicas e se manifestam através das coisas ou em atos*”, estratégias interessadas de manipulação simbólica, com o intuito de determinar a representação mental que os outros podem ter dessas propriedades e dos seus portadores. Além disso, o uso do véu, segundo Perrot (1998, p. 43), funciona de modo a controlar os efeitos sedutores provocados pelos cabelos das mulheres.

Nessa perspectiva, esse revestimento simbólico, adaptado para cada situação específica<sup>40</sup>, conferia às mulheres uma credencial de boa moral, pois, desde o século XIX, uma mulher que aparecesse em público com os cabelos expostos era considerada como emocionalmente e mentalmente perturbada ou de moral duvidosa (Lurie, 1997, p.190).

A adoção do véu por Laís Netto dos Reys em sua indumentária de trabalho parece simbolizar um desejo de diferenciação dentro do grupo; em paralelo, representa um ícone de decência moral, atributo necessário à formação da enfermeira, em consonância com a moral católica.

A cisão do campo fotográfico empresta à 5ª figura da primeira fila o

---

<sup>40</sup> No campo, as mulheres usavam uma touca simplificada, na cidade, um boné. Já as burguesas, optavam pelo chapéu, impedindo-lhes a sensação de nudez (Perrot, 1998, p.43) e as freiras, utilizam como acessório, o tradicional véu.

plano central do arranjo fotográfico, o que nos leva à dedução de que o mesmo seja uma alta autoridade civil. No entanto, ao analisarmos a posição da 4ª figura fotografada, entre Carlos Chagas (homenageado) e a autoridade referida, e articulando essa disposição com o contexto e a natureza do evento, tomamos a figura eclesiástica como elemento mais importante da foto.

O cenário é o Hospital São Vicente de Paulo. A ocupação desse ambiente sugere uma conjuntura favorável à inserção das religiosas no sistema formal de ensino, com enfoque no espaço hospitalar. Sem sombra de dúvidas, a implantação de uma escola leiga com condições de adaptação favorável às religiosas, “*aumentaria o contingente de religiosas-enfermeiras, favoreceria a formação de enfermeiras leigas afinadas com a doutrina católica*”, caracterizando uma possibilidade bastante vantajosa para a ASVP (BEZERRA, 2002, p. 79).

No mesmo ano de 1933, foi criada em Anápolis, Estado de Goiás, a Escola de Enfermagem Florence Nightingale. A iniciativa contou com empenho de um casal de médicos evangélicos, Dr James Faustone e Dra. Ethel M. P. Faustone. Nesse período, Goiás caracterizava-se como região agrícola e pouco desenvolvida, cujo poder político e econômico era concentrado em algumas oligarquias.

Porém, o panorama sócio-econômico e político começou a ser alterado, quando Getúlio Vargas assumiu o poder no país, em 1930 e deu início à construção de Goiânia como capital daquele Estado. A medida foi importante para a integração do interior com a capital, o que favorecia a economia cafeeira e o crescimento urbano-industrial, mais tarde reforçado com outros investimentos. À medida que a região ampliava o seu crescimento, também observava um aumento dos problemas sociais (BASTOS e BAPTISTA, 2004, p. 5).

Retomando os primórdios da Enfermagem na região, cumpre lembrar que o missionário inglês Dr. James Faustone chegou ao Brasil em 1924. Este médico teve conhecimento das péssimas condições sanitárias prevalentes no Brasil, a partir de relatórios norte americanos, que ressaltavam a necessidade de se construir um hospital para atender à população daquela região. Com fundamento nessas justificativas, foi inaugurado, conforme Bastos e Baptista (2004, p.17), com o apoio da Igreja Presbiteriana do Brasil, o Hospital Evangélico Goiano.

Para oferecer o suporte necessário àquele hospital e obter enfermeiras capacitadas para a assistência à população, foi inaugurada a Escola de Enfermagem Florence Nightingale. Segundo registros da Divisão de Enfermagem do SESP, desde a sua criação, em 1933, e por toda a década de 40, essa escola formou um total de 55 enfermeiras. Esse número reduzido de profissionais por ano sugere que tal contingente deve ter sido absorvido apenas pelo próprio hospital evangélico ou por outros serviços de saúde da própria região (COC. Departamento de Arquivo e Documentação. SESP. Cx 19. Doc. 8(4)).

No período compreendido entre 1934 e 1937, não temos registro de criação de escola de enfermagem, no Brasil. Na Escola Anna Nery, ocorreu o que entendemos como (re)iteração da influência norte-americana no ensino da enfermagem moderna na capital. Um dado interessante a reforçar essa inferência é a vinda de Bertha Pullen para uma segunda gestão (1934 – 1938), como diretora da escola, em decorrência da morte de Rachel Haddock Lobo, em 1933. Bertha Pullen (re)assumiu o cargo após um período de dez meses, em que Maria de Castro Pamphiro (da turma pioneira) atuou como diretora interina.

Em sua segunda gestão, Bertha Pullen enfrentou dificuldades como a agitação política do país e a indefinição da inserção institucional da Escola Anna Nery.

Verificou-se também um clima de pesar na escola, em decorrência da morte de Rachel Haddock Lobo e sua substituição por uma estrangeira. Pullen também enfrentou a oposição que alguns médicos faziam às enfermeiras diplomadas e a resistência colocada à sua direção pelas enfermeiras diplomadas brasileiras.

As dificuldades aumentaram, pois a Fundação Rockefeller não se constituiu em um ponto de apoio à sua gestão, apesar das ligações existentes entre a fundação e a Escola que Bertha dirigia. É sintomático verificar que, na gestão dessa enfermeira norte-americana, em 1937, a Escola de Enfermagem Anna Nery foi incorporada à Universidade do Brasil, como instituição de ensino complementar, embora pareça que a diretora tenha ficado à margem desse acontecimento. Segundo suas palavras: *“descobriu-se quase acidentalmente que uma nova reforma na Universidade estava sendo discutida no Congresso e que a Escola Anna Nery estava sendo incorporada neste plano...”* A surpreendente desinformação da diretora pode constituir indicador de resistência à liderança estrangeira nos destinos da enfermeira brasileira.

A incorporação da Escola de Enfermagem Anna Nery à Universidade do Brasil (UB), mesmo na qualidade de instituição complementar, coloca-a em posição de vanguarda, pois foi a primeira escola de enfermagem a se inserir no cenário universitário. Por via de consequência, enfermeiras e alunas passaram a compartilhar do espaço destinado aos alunos e professores de carreiras de elevado prestígio social, como medicina, direito, engenharia e odontologia. Ademais, a inserção da Escola Anna Nery na Universidade contribuiu para aumentar o rendimento social e cultural do diploma conferido pela escola às alunas, bem como das escolas a ela equiparadas.

Apesar da demanda reprimida de candidatas ao curso de enfermeiras, em Goiás, foi criada em 01 de setembro de 1937, em Rio Verde – Goiás, mais uma escola de enfermagem evangélica, qual seja, a Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul<sup>41</sup>.

Na mesma solenidade, ocorreu a inauguração da Escola de Enfermagem e do Hospital Evangélico de Rio Verde, ambos resultantes do empenho do Dr. Donald Gordon e sua esposa, Dra. Helena Gary Gordon, ambos missionários da Igreja presbiteriana do Norte dos Estados Unidos. A Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul teria sido criada para atender apenas às necessidades do Hospital, em termos de mão de obra qualificada (BASTOS e BAPTISTA, 2004, p. 13).

A criação de duas escolas de enfermagem evangélicas em Goiás parece representar a tentativa de assegurar aos usuários dos hospitais aos quais estas escolas estavam vinculadas, uma assistência fundada nos princípios religiosos presbiterianos. Através da atuação integrada, garantia-se o funcionamento de ambas as instituições, sem o risco de que houvesse conflitos ideológicos de ordem religiosa.

No mesmo ano, em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anunciou a vigência de nova Constituição e, com o Congresso fechado, declarou o início de uma nova fase política – o Estado Novo (1937 – 1945) (D’Araújo, 2000, p.25-28).

Nesse período, de acordo com Schuartzmam et al. (2000, p.193), o governo tratava a educação escolar como forma de poder e meio de difusão da ideologia dominante na sociedade. Por sua vez, acrescentam os autores, a igreja também reconhecia o poder subjacente às instituições responsáveis pela educação escolar. Porém, não se tratava apenas da formação de meninos e meninas, eis que se vislumbrava a possibilidade de fortalecer a cristianização dos filhos da elite intelectual brasileira, tendo em vista que a este grupo caberia formar a opinião pública e, com isso,

---

<sup>41</sup> Reconhecida através do Decreto nº 34.964, de 19 de janeiro de 1954.

perpetuar os ideais católicos junto aos segmentos socialmente marginalizados e aos políticos. Desencadeou-se um processo que Carvalho Filho (1983, p. 172) designou como “*recatolização de cima para baixo*”.

Durante o Estado Novo (1937-1945), consolidou-se o poder pessoal de Getúlio Vargas. A eliminação das oposições e divergências, através do fechamento do congresso nacional e a dissolução dos partidos políticos, favoreceram a personificação do mito que se caracterizaria como *do pai dos pobres, pai do povo*. Com propósitos repressivos e de veiculação ideológica, o governo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que se empenhou na exaltação da figura de Vargas, suas virtudes e suas origens e também no controle das oposições (CAMARGO, 1999, p. 17).

O período do Estado Novo demarcou o auge do entendimento com os militares, quando houve extrema coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar. Esse aspecto é objeto de análise de (CARVALHO, 1999, p. 72), nos seguintes termos: “*com o acordo em torno do Estado Novo, Vargas e as Forças Armadas atingiram o ponto máximo de sua influência, derrotando os adversários e eliminando sua capacidade de reação pelo fechamento dos mecanismos de participação*”

No que diz respeito à formação de enfermeiras, no período anterior ao Estado Novo, o número de escolas de Enfermagem era bastante reduzido: três evangélicas, duas federais, duas filantrópicas e uma estadual, totalizando oito estabelecimentos.

Quanto à sua distribuição geográfica, seis (75 %) estavam situadas na região Sudeste e duas (25 %) no Centro-oeste, o que é compreensível em função da importância política e econômica da região, sobretudo em relação aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Paradoxalmente, não havia instituição de ensino de enfermagem católica, apesar de a Igreja Católica Apostólica Romana ter sob sua administração e assistência de enfermagem a grande maioria dos hospitais e a quase totalidade dos hospitais de indigentes do território nacional. Além disso, conforme análise de Bernardes<sup>42</sup> (1952, p. 105), o número de religiosas atuantes nos estabelecimentos hospitalares, nos primeiros anos da década de 40, já superava quinze mil e apenas cinco religiosas possuíam o diploma de enfermeira, obtido em uma escola de Enfermagem equiparada à escola oficial padrão. Depreende-se do exposto que expressivo quantitativo das religiosas cuidava dos doentes sem a formação adequada, o que, segundo a autora citada, causava elevada preocupação às lideranças da igreja.

Em paralelo, não se pode esquecer que a importância do diploma de enfermeira também repousava na possibilidade de assegurar a suas portadoras o capital cultural necessário à representação da respectiva ordem religiosa e da Igreja, no campo da enfermagem. Nesse sentido, é muito esclarecedora a análise de Bourdieu (2003a, p. 75 – 79) quando refere que “*o capital cultural institucionalizado é representado sob a forma de títulos e diplomas*”. Em outras palavras, mais que exigência legal, o capital institucionalizado representa forma de atualização do habitus profissional de sua portadora e constitui arma de elevado valor simbólico, na luta por melhor posição no campo.

As ordens religiosas percebiam a importância da formação profissional das religiosas, reconhecendo-as como lídimas protagonistas da assistência de enfermagem hospitalar. Para ilustrar essa inferência, cumpre lembrar que, por ocasião da criação da primeira escola de enfermagem católica do país, em 1938, o arcebispo de São Paulo defendeu que melhor seria para os hospitais e para a própria Igreja, que se

---

<sup>42</sup> Enfermeira diplomada na Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e diretora, à época, da Escola de Enfermagem Madre Maria Teodora, Campinas – SP.

reduzisse a capacidade dos hospitais (ou até fechassem provisoriamente), aguardando a formação das religiosas, para que pudessem, no futuro, atuar com toda plenitude da dedicação a qual já estavam habituadas empregando, ao mesmo tempo, a apropriação técnica condizente com a formação de uma enfermeira.

Essa tese do arcebispo de São Paulo contém, subjacente, a idéia de que o espaço hospitalar deveria ser ocupado apenas pelas religiosas, tanto no cuidado do doente, quanto na administração. Apesar disso, vale considerar que, desde a década de 20, as enfermeiras brasileiras já investiam na sua qualificação profissional, através dos cursos de pós-graduação realizados nos Estados Unidos, com apoio financeiro da Fundação Rockefeller. Ainda nessa década, cerca de dezessete enfermeiras diplomadas pela Escola Anna Nery foram objeto dessa política que visava à atualização do habitus profissional das enfermeiras. Na década de 40, a participação das enfermeiras leigas continuava; porém, de forma ainda mais abrangente, pois contavam com outros países para a realização dos cursos de pós-graduação, como: Canadá, Inglaterra e Argentina (CD. EEAN/ UFRJ. As Pioneiras. Cx. 05 e 06. 1944 - 1945).

Além disso, desde 1943, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo oferecia o Curso de Especialização em Enfermagem e Obstetrícia e, na Escola Anna Nery, o primeiro curso denominado “post- graduado” , para a formação de professoras foi planejado por Olga Salinas Lacorte, em 1947. De igual maneira, a partir de 1948, o ensino de especialidades como Obstetrícia e Saúde Pública foi desenvolvido com o título de especialização.

Não obstante, essas e outras providências proporcionavam visibilidade e prestígio à enfermeira leiga brasileira (SANTOS e GOMES, 2004, p. 11), não devendo, assim, ser objeto de indiferença da referida autoridade religiosa. Este relato, por outro lado, também evidencia a preocupação das lideranças religiosas com a implementação

de estratégias para ampliar o número de religiosas diplomadas e, com isso, preservá-las no exercício das funções profissionais, nos espaços hospitalares.

Diante da necessidade de construir “a imagem de um líder criador e dirigente de um novo projeto de nação, Vargas *“não mais seria visto com os trajes do pampa gaúcho, nem como o revolucionário de 1930, mas como o homem maduro, em atitudes solenes, próprias de um estadista”* (LACERDA e KORNIS, 1997, p. 3). Com esse fundamento, as solenidades comemorativas das datas nacionais no Estado Novo tiveram aproveitamento ideológico máximo: eram rituais que aglutinavam multidões, com o intuito de fortalecer o sentimento de unidade e de exaltação popular, ao transmitir uma imagem de grandeza e glória dos símbolos nacionais.

De um modo geral, as instituições contribuíram significativamente para o processo de mitificação do presidente. A EAN fez sua parte, em especial, quando participou, em 06 de setembro de 1941, da “Parada da Juventude”, no contexto da “Semana da Independência”. Essa participação obteve destaque na imprensa escrita e foi objeto de matéria na Revista da Semana, com a imagem de um grupo de alunas da Escola Anna Nery, devidamente uniformizadas. A matéria apela ao patriotismo daquele grupo de jovens estudantes de instituições públicas de ensino, quando afirma que: *“o desfile da mocidade nas celebrações da Semana da Independência constituiu belíssima página de civismo e uma magnífica afirmação de fé no futuro da Pátria”*.

Desse evento participaram também alunos do Colégio Militar e de outras instituições da Universidade do Brasil, tais como: Colégio Universitário, Escola de Belas Artes, Escola de Engenharia, Escola Nacional de Música, Escola de Química, Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Medicina e a Faculdade de Odontologia (CD. EEAN/ UFRJ. Cx. 75. Doc. 16).

Desse modo, a Escola Anna Nery ao mesmo tempo em que contribuiu para o processo de mitificação da Vargas, tornou visível o grupo de docentes e alunas da escola, divulgando a imagem da enfermeira, em conformidade com o sentimento patriótico, dominante na ideologia política da época.

## **CAPÍTULO II: A NOMEAÇÃO DE LAÍS NETTO DOS REYS COMO DIRETORA DA ESCOLA ANNA NERY E A REVOLUÇÃO SIMBÓLICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM (1938 – 1942)**

Neste capítulo, minha intenção é focalizar a transição da última diretora americana da EAN, Bertha Lucile Pullen, para a primeira diretora brasileira formada pela própria EAN, Laís Netto dos Reis. Com a nomeação de Laís, observa-se um grande investimento dessa diretora, no sentido de assegurar às religiosas a condição adequada para a conquista do diploma de enfermeiras, ao mesmo tempo em que se revalida o diploma de religiosas enfermeiras de outras nacionalidades. Essas medidas impulsionam a criação das primeiras escolas de enfermagem católicas no país, tendo na figura da Laís uma expressiva representante dos interesses do catolicismo, através da Enfermagem.

Com a aproximação do término do contrato de Bertha Pullem como diretora da escola, através de um ofício, ela tomou a iniciativa de sugerir ao reitor da UB, Raul Leitão da Cunha, a designação de sua substituta. Em paralelo, solicitava providências no sentido de encaminhar a futura diretora aos Estados Unidos, para realizar estudos inerentes à administração de escolas de enfermagem. No ofício, Pullen sugeriu ainda o período ideal para tal viagem, de modo a viabilizar o retorno da nova diretora, antes do término do seu contrato (agosto de 1938).

No entanto, a correspondência de Pullen ficou sem resposta. Esse silêncio é interpretado por Santos e Barreira (2002, p. 134) como interpretação de que a sugestão fora imprópria e inoportuna, tendo em vista as posições ocupadas no campo pelo reitor da UB e pela diretora da EAN, (ademais ele era médico e ela enfermeira) e, sobretudo, ao término de uma gestão conturbada.

A nomeação de Laís Netto dos Reys como diretora da EAN, além de considerar seus atributos pessoais e profissionais como: origem familiar, capital cultural (pós-graduada nos Estados Unidos da América, em Administração de escolas), experiência na organização e direção de escola de enfermagem, pois foi diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, dentre outros, parece que também foi favorecida pela influência de um familiar que, à época, ocupava importante cargo no governo Vargas, como registra o depoimento de Anna Nava:

houve uma noite que se chegou a comemorar a nomeação de d. Zaíra, mas d. Laís tinha um irmão no Palácio, doutor Heleno Moura. Daí, d. Laís mexia com o presidente, com o Getúlio, através do doutor Heleno, e doutor Heleno conseguiu rasgar a nomeação de d. Zaíra

A presença de um familiar de Laís Netto dos Reys no centro do poder político do país pode ter contribuído para estabelecer relações de cordialidade entre esta e o então presidente Getúlio Vargas, concorrendo para aumentar seu prestígio pessoal e, por conseguinte, da enfermagem brasileira.

Durante o Estado Novo (1937-1945), os investimentos empreendidos pela Igreja e pelo governo federal no sistema educacional atuaram de modo estratégico na inculcação da ideologia burguesa e católica, difusora do ideário da ordem social a toda a sociedade (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p.189 – 192). Por sua vez, o campo da saúde não ficou à margem desse movimento, pois, representava importante espaço de representação do estado junto à população.

No âmbito da EAN, podemos dizer que Laís era reconhecida como importante exemplo de mulher católica, mediante as propriedades simbólicas a ela agregadas, que se justificavam por sua postura de católica praticante, o que demonstrava sua afinidade com o ideário da religião dominante e com o momento político da época.

Em 1938, foi criada a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo (EEHSP)<sup>43</sup>, a primeira escola de enfermagem católica do país. A criação do estabelecimento está diretamente vinculada à organização do Hospital São Paulo e da Escola Paulista de Medicina (EPM). Cumpre acrescentar que a construção do hospital foi necessária para que os alunos de medicina da EPM pudessem contar com um campo de estágio adequado à sua formação (SOUZA e BAPTISTA, 2002a, p. 216).

Entendendo que, para se elevar os padrões assistenciais do Hospital São Paulo, seria fundamental que se contasse com uma enfermagem qualificada e competente, o vice diretor da EPM, Dr. Álvaro Guimarães Filho, procurou, junto à Arquidiocese do Estado de São Paulo firmar aliança sólida que assegurasse a organização de uma escola de enfermagem anexa à EPM (SOUZA e BAPTISTA, 2002a, p.216). Para a criação e funcionamento da escola, o diretor da EPM contou com a colaboração das Irmãs Missionárias de Maria.

Esta instituição foi equiparada à EAN em 1942, mesmo ano de formatura de sua primeira turma. Desde o início de seu funcionamento, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo obteve apoio da EAN: a primeira inspeção para fins de reconhecimento e equiparação, foi realizada, pessoalmente, por Laís Netto dos Reys, então diretora da EAN (SOUZA e BAPTISTA, 2002b, p. 38).

Coube à Madre Marie Domeneuc<sup>44</sup>, na qualidade de diretora interina, a coordenação das atividades didáticas da escola. Posteriormente, foi substituída por

---

<sup>43</sup> Equiparada em 24 de março de 1942, pelo Decreto nº 9.101

<sup>44</sup> Jeannik Rouquet, ou madre Domeneuc, nasceu em 11 de novembro de 1911, na Bretanha, França. Já possuía o título de enfermeira quando ingressou no convento das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria. Sua chegada ao Brasil foi em 1935 e, um acordo envolvendo a Escola Paulista de Medicina e a Arquidiocese de São Paulo, ficou entendido que caberia as Irmãs dessa congregação a responsabilidade de organizarem uma escola de enfermagem, a primeira escola de enfermagem católica do país (Semário da Arquidiocese de São Paulo. Ano 43. N. 2177. Março de 1988). Dentre os seus inúmeros feitos está a criação do Amparo Maternal, em São Paulo em 1939, a I Semana de Estudos de Enfermagem em São Paulo, além da participação efetiva junto a ABED. A sua participação foi fundamental na criação da União de Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB). Faleceu no dia 11 de 1997, em Taubaté, estado de São Paulo.

Madre Maria das Dores, diplomada pela EAN, onde permaneceu até 1944. No mesmo ano de inauguração da EEHSP, três religiosas da congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria tiveram os seus diplomas revalidados nas dependências da EAN<sup>45</sup>, cumprindo, desta forma, as disposições da legislação de ensino vigente no Brasil (SOUZA e BAPTISTA, 2002a, p.217)<sup>46</sup>.

Até 1938, apenas cinco religiosas eram enfermeiras diplomadas e todas formadas pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas, uma escola leiga que assegurava às religiosas a compatibilidade da vida acadêmica com a vida religiosa, como assinalarei anteriormente.

No entanto, o número diminuto de religiosas diplomadas parece ser explicado ainda por dificuldade de adaptação ao cotidiano das escolas de enfermagem, ou talvez pela demanda de religiosas com tempo de escolaridade insuficiente para lograrem êxito nas escolas de enfermagem.

Tendo em vista ampliar o número de religiosas enfermeiras, em 05 de setembro de 1939, a ASVP criou a Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac<sup>47</sup>, um ano após a inauguração da Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, ambas tinham como entidade mantenedora a Igreja Católica. Para a educação em Enfermagem, a criação dessas duas instituições representou um marco no início da formação de outras escolas católicas no país.

Apesar de as ordens religiosas contarem com duas escolas católicas, a Provincial das Irmãs da Caridade da ASVP, solicitou a Laís Netto dos Reys que

---

<sup>45</sup> Fizeram parte da banca examinadora, reunida nos dias 29 e 30 de novembro de 1939, para a revalidação desses diplomas, os professores da Faculdade de Medicina da UB Raul Baptista, Moreira da Fonseca, Álvaro Pontes, Paulo de Góes, Silvio Sertã, Francisco Sampaio, João Pessanha e Aldair Figueiredo; as instrutoras de enfermagem Zaíra Cintra Vidal e Laís Netto dos Reys, ambas da EAN (CD. EEAN/ UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1939).

<sup>46</sup> Foram elas: Madre Marie Domeneuc, Madre Maria de Fontenelle e Madre Maria Hermana José.

<sup>47</sup> Equiparada através do Decreto nº 9. 100, de 24 de março de 1942.

avaliasse a possibilidade de ingresso de um grupo de religiosas daquela congregação na EAN, o que foi prontamente atendido. Vale destacar que essa concessão não representou acordo que assegurasse cotas definidas para o ingresso de futuros grupos de religiosas, tanto que nenhuma outra religiosa frequentou o curso de Enfermagem da EAN até o final da gestão de Laís. Ademais, cumpre informar que o número de alunas leigas matriculadas na EAN, juntamente com as religiosas, também não foi reduzido, o que ampliou significativamente o número de alunas diplomadas na turma de 1942, quando ocorreu a formatura das religiosas (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. Cx19. Doc. 8(4); Cd. EEAN/UFRJ. Graduação. 1942).

Durante sua gestão, Laís demonstrou forte preocupação de garantir às religiosas católicas um ambiente favorável à manutenção de seu habitus religioso, atendendo a solicitação da Provincial Irmã Blanchot<sup>48</sup>. Dentre algumas exigências apresentadas pela provincial estava a criação de uma capela, onde as religiosas pudessem professar a sua missão apostolar cotidiana. Com o propósito de atender às demandas, Laís Netto dos Reys escolheu como local para a capela, o escritório, antes ocupado pelas integrantes da missão da Fundação Rockefeller.

O relato de Anna Jaguaribe da Silva Nava comprova essa afirmação, quando informou que: *“O escritório da Rockefeller era onde depois foi a capela da escola. Nós não tínhamos nada lá em cima. Tanto que o retrato da nossa formatura que foi tirado naquelas escadas, já foi quando a d. Laís já era a diretora brasileira”*.

Em consulta a fontes iconográficas do Centro de Documentação da EAN,

---

<sup>48</sup> Marie Antoniette Blanchot (nome de Batismo) ou Irmã Antoniette Clemente Blanchot foi a responsável pela Companhia das Filhas da Caridade nos períodos de 1928 a 1946 e, de 1953 a 1965, num segundo mandato. Neste intervalo foi eleita Superiora Geral, lhe garantindo o título de 48ª sucessora de Luíza de Marillac. Onze anos após seus primeiros votos, ainda na França, foi nomeada Assistente da Província, cargo que significa, na linha hierárquica, uma posição inferior a da Provincial responsável pela Companhia das Filhas da Caridade de uma determinada região. Na ausência da Provincial, ficam as demais Irmãs da Caridade subordinadas às suas determinações (BEZERRA, 2002, p. 80).

é possível observar que, desde então, era comum o registro fotográfico de formandas naquela escada de acesso à capela (CD. EEAN/ UFRJ. Acervo Iconográfico), o que reforça a noção da importância atribuída pela comunidade da Escola a esse espaço.

O cuidado com propiciar condições de realização dos rituais religiosos ao grupo de irmãs católicas deve ter facilitado sua adaptação à vida acadêmica, uma vez que lhes possibilitou a expressão do estilo de vida singular. Trata-se, conforme entendimento de (BOURDIEU, 1992, p. 46), de *“propriedades de objetivação que se encontram objetivamente associadas ao grupo ou classe na medida em que ocupam uma posição determinada na estrutura social”*

Laís Netto dos Reis considerou também que o ingresso do grupo de religiosas da Congregação de São Vicente de Paulo, na escola, caracterizava-se como *“uma grande vitória da Escola Anna Nery”* e cujo *“valor moral desse fato já se faz[zia] sentir na sociedade”* (UFRJ, EEAN, CD, Relatório da Diretora– ano 1939) e ressalta que a escola obteve reconhecimento de altas autoridades religiosas : *“o conceito da Escola que, apesar de leiga, mereceu de S. Eminência o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro a permissão de nela ingressar como alunas internas doze religiosas, se elevou consideravelmente”* (UFRJ, EEAN, CD, Relatório da Diretora – 1939).

A interpretação de Laís Netto dos Reis ao ingresso desse grupo para a escola expressa, subjacente, seu apreço à Igreja Católica e o reconhecimento de sua posição de prestígio no campo. Bourdieu (1992, p. 33) parece ter explicação para a importância que a diretora atribui a esse fato, afirmando que a religião tem a capacidade de contribuir para *“a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social”*.

Por ocasião do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, ocorrido no período de 2 a 20 de julho de 1939, na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, sob a

presidência do Cardeal Dom Sebastião Leme, onde se reuniram os Arcebispos e Bispos do Brasil, Laís Netto dos Reys, expressou seu apoio à formação de enfermeiras religiosas de todas as ordens católicas. Este estímulo foi expresso através de um memorial enviado pela diretora, sob os cuidados de reconhecida autoridade religiosa, Padre Leonel Franca<sup>49</sup>, onde afirmava textualmente que este documento teria a finalidade de “*promover um movimento maior nas Congregações religiosas hospitalares, de modo a conseguir que todas elas [as congregações] formem[massem] suas religiosas*” (UFRJ, EEAN, CD, Relatório Anual da Diretora– ano 1939; [www.fplf.org.br](http://www.fplf.org.br)).

Essa iniciativa caracteriza uma aliança pública com a Igreja católica, no sentido de contribuir para a formação das religiosas, através do ensino formal. Cabe reiterar que a aquisição do diploma, ainda que assegure autonomia relativa em relação ao seu portador e ao seu capital cultural, é uma “*certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que se refere à cultura*” (BOURDIEU, 2003a, p.78).

Assim procedendo, Laís estaria incentivando as Congregações católicas a ampliarem o capital cultural de suas religiosas e, ao mesmo tempo, atenderem a exigência legal do Decreto 20. 109/31, que viabilizava a legitimação desse capital.

---

<sup>49</sup> Padre Leonel Edgard da Silveira Franca nasceu em 6 de janeiro de 1893, em São Gabriel, Rio Grande do Sul. Reconhecido pela sua profunda influência cultural e religiosa no Brasil, dedicou grande parte de sua vida à fundação e consolidação da primeira universidade particular do país. Considerado um conferencista erudito e polêmico, em suas palestras, tidas como um acontecimento intelectual de destaque, reunia figuras ilustres como Epitácio Pessoa, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto e Murilo Mendes. Ingressou na Companhia de Jesus em 1908, aos quinze anos. Em 1910 iniciou o curso de letras e em 1912, em Roma, cursou o triênio de filosofia na Universidade Gregoriana. Retornou ao Rio de Janeiro em 1915 e iniciou o magistério no colégio Santo Inácio. Em 1920 retornou a Roma onde iniciou o curso de teologia e, três anos mais tarde, foi ordenado sacerdote. Doutorou-se em Filosofia e Teologia, em 1924. Nesse mesmo ano, completou na Espanha o último ano da formação jesuítica. Ao retornar ao Brasil, Leonel Franca ensinou no Colégio Anchieta, onde estudara anos antes. Transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro em 1927, sendo nomeado para o Conselho Nacional de Educação, do qual foi um dos fundadores em 1931. Em dezembro de 1940 assumiu como reitor da recém-inaugurada Universidade Católica, permanecendo no cargo até a sua morte prematura, em 3 de setembro de 1948, três meses depois de receber o prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras ([www.fplf.org.br](http://www.fplf.org.br)).

O empenho de Laís em investir na qualificação de enfermeiras religiosas estreitava os laços de amizade com a Igreja Católica e reforçava a sua figura carismática enquanto líder católica. Para melhor compreender este aspecto, recorro ao pensamento de Bourdieu, quando emprega o termo *carisma* para designar as propriedades simbólicas que se agregam aos porta-vozes religiosos na medida em que aderem à ideologia do carisma; isto é, o poder simbólico que lhes confere o fato de acreditarem em seu “próprio poder simbólico” (BOURDIEU, 2001, p.55).

Por ocasião do encerramento desse Concílio, foi publicada a Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme e dos arcebispos e bispos do Brasil, conferindo significativo destaque ao papel da família na sociedade, criação da universidade católica, da Ação Católica, Associações Católicas, dentre outros. Nesse documento, ficou textualmente expressa a relevância das autoridades civis para a manutenção da ordem social, bem como com das tradições espirituais:

Nesta tarefa magnífica de apostolado cristão, senão esclarecido patriotismo, continuamos a contar com a colaboração sincera das autoridades civis, fiéis a sua nobre missão de assegurar os imensos benefícios da ordem social e defender as tradições espirituais da família e da nacionalidade brasileira (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro. Carta Pastoral (CP). 1939).

Dando continuidade às manifestações públicas de acordos e aproximações entre Laís e as lideranças do catolicismo, registramos a visita do cardeal arcebispo d. Sebastião Leme a Escola Anna Nery, em 21 de novembro de 1939.



**Foto nº 2** : Visita do Cardeal arcebispo Dom Sebastião Leme à EAN, em 21 de novembro de 1939. Localização: CD. EEAN/ UFRJ. Acervo Iconográfico. 1939.

Na primeira fila, sentados, identificamos, da esquerda para a direita, que a segunda figura é Maria de Castro Pamphiro, professora da EAN, seguida de três representantes da Igreja católica (secretários do cardeal Leme). O reitor da UB, Raul Leitão da Cunha é a sétima figura sentada e está ladeado à esquerda, pelo cardeal Sebastião Leme. A sua esquerda, está Laís Netto dos Reys, seguida da Irmã Odila Lima. O espaço central da foto é dividido entre a maior autoridade da Universidade do Brasil e a maior expressão do clero no Rio de Janeiro (figura de reconhecida projeção no campo da religião)

O texto fotográfico permite perceber que a única aluna que ocupa posição de destaque no espaço fotográfico (1ª fila) é uma das religiosas da ASVP, recém- ingressa na escola, cuja posição é imediatamente ao lado esquerdo da diretora da EAN. Todas as demais alunas encontravam-se na segunda fila, de pé, ou na primeira fila, também de pé. O cenário é o salão de festa do internato da EAN (CD. EEAN/ UFRJ. Acervo Iconográfico. 1939).

A saudação de encerramento do evento foi feita pelo Reitor da UB. Ao fazer uso da palavra, d. Sebastião Leme, agradeceu ao Sr. Reitor, ao corpo docente, administrativo e discente da EAN, pela “*dignificativa e reverente*” homenagem que lhe haviam prestado. Para Laís, a visita à escola, de tão expressiva autoridade do clero, juntamente com os seus secretários, Monsenhor Uchôa e Monsenhor Cintra, traduzia-se em grande honraria para o estabelecimento, sob sua direção (CD. EEAN. Relatório Anual da Diretora. 1939).

A visita do Cardeal Leme representou expressão clara do aumento do prestígio da Escola junto as lideranças do catolicismo, ao mesmo tempo em que poderia manifestar reconhecimento daquela autoridade para com a instituição que, desde a nomeação de Laís Netto dos Reys, muito contribuiu com os interesses da Igreja católica.

A EAN, que em função da força política da Missão Parsons/ Fundação Rockefeller, foi destinada a funcionar como núcleo de difusão dos ideais americanos, assumiu, desde então, nova posição no jogo político, cujas alianças são estabelecidas com a igreja e o governo Vargas, no início do Estado Novo. Note-se que a primeira diretora da EAN, Clara Louise Kienninger, ao retornar ao Brasil, em 1942, manifestou sua surpresa, ao perceber que, na escola, havia “*clausura e capela para alunas religiosas*”, onde antes era ocupado pelas integrantes da missão da Fundação Rockefeller (BARREIRA; SAUTHIER e BAPTISTA, 2001, p. 161 e 172).

Laís Netto dos Reys, na qualidade de grande líder católica da enfermagem, atuou efetivamente como interlocutora da igreja, ao criar as condições necessárias para a inserção de religiosas no curso de enfermagem e contribui para a capitalização de lucros simbólicos por parte da instituição religiosa.

Como assinalou Bourdieu (1992, p. 33), o trabalho religioso pode ser realizado por produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, sem que este seja necessariamente no âmbito institucional, mas que permita *“responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais”*.

Ainda em 1939, Laís Netto dos Reys, registrou no Relatório Anual da Escola Anna Nery sua percepção acerca da importância da enfermeira para a população brasileira, afirmando que: *“em toda a parte a ação da enfermeira é indispensável, para o trabalho de defesa de nosso povo e da nossa raça. De milhares de enfermeiras necessita o Brasil...”* (UFRJ. EEAN.CD. Relatório Anual da Diretora. 1939).

No mesmo relatório, pontua a necessidade de criar outras escolas de Enfermagem no Brasil, possibilitando a formação de enfermeiras capazes de assegurar à sociedade uma assistência mais qualificada. Nesse sentido, ela opinou que:

A Anna Nery [Escola de Enfermagem Anna Nery], ainda não deu 500 enfermeiras diplomadas nos seus 17 anos de existência. Suas turmas são pequenas. Saem por ano diplomadas, numa média de 20 mais ou menos. Representa esse número um contingente irrisório diante das necessidades da nação. E já seria um número diminuto em face das necessidades do próprio Distrito Federal (UFRJ. EEAN.CD. Relatório Anual da Diretora. 1939).

Segundo Laís, a situação da enfermagem revela a *“carência de enfermeiras no Brasil e a inadiável necessidade de se promover o aumento dessa*

*classe...*” e afirma: “*Esse aumento só se pode conseguir com resultado satisfatório, pela criação de escolas de enfermeiras disseminados pelo país*” (UFRJ. EEAN.CD. Relatório Anual da Diretora. 1939).

Essa avaliação de Laís Netto dos Reys tinha fundamento, pois, até o final da década de 40, todas as escolas de enfermagem conseguiram formar apenas 1211 enfermeiras o que, obviamente, não atendia aos requisitos de assistência à saúde da sociedade brasileira, nem no âmbito da saúde pública, nem na área hospitalar, que começava a intensificar-se no Brasil. Essa realidade colocava em questão a capacidade das escolas de enfermagem de formar mão de obra qualificada para atender aos serviços de saúde em todo território nacional. Esse total não considera apenas as escolas de enfermagem que adotavam o modelo anglo-americano, se assim o fosse, o total de enfermeiros ficaria reduzido a 373 enfermeiros (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. Cx 19. Doc. 8(4)).

Diante da insuficiência do número de enfermeiras no Brasil, Laís passou a defender a difusão de outras escolas de enfermagem por todo território nacional, cabendo à EAN a missão de fomentar o crescimento das instituições de ensino de enfermagem em todo o país. Laís manifestou também a intenção de investir na regulamentação de outra categoria profissional na enfermagem: a dos auxiliares de enfermagem. Essa categoria era definida por algumas representantes de escolas de enfermagem como mais um grupo para concorrer com as enfermeiras. Esse assunto foi incorporado como ponto de pauta das reuniões de Diretoras de Escolas de Enfermagem (CD. EEAN/ UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1944 - 1946).

O pronunciamento de Laís deve ter provocado significativo impacto no campo da enfermagem, pois ela se apresentou como porta-voz da enfermagem brasileira. Na perspectiva analítica de Bourdieu (2001, p. 114), o discurso autorizado

*“à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ela afasta-a ao arbitrário, sanciona-a, santifica-a, fazendo-a existir como dignas de existir, naturalmente”*. O discurso autorizado está fundamentado no *“reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo”*, assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles possuem em comum (BOURDIEU, 2001, p.117).

Esses discursos adquiriam maior poder de enunciação à proporção que configuravam uma troca lingüística que se estabelecia em meio a uma determinada geração de força simbólica entre um “produtor”, possuidor de um determinado capital lingüístico, e um “consumidor”, que fosse capaz de propiciar um determinado lucro material ou simbólico. Desta forma, os discursos são signos de riquezas destinados a serem compreendidos, decifrados, avaliados, apreciados e são ainda signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos (BOURDIEU, 1998a, p. 53-54).

A I Semana da Enfermeira, realizada no período de 12 a 20 de maio de 1940, nas dependências do Internato da Escola Anna Nery, representou importante espaço de socialização do saber da enfermagem, ao mesmo tempo que conferiu prestígio à Escola Anna Nery e sua diretora, promotora do evento. Laís registrou sua avaliação do evento, afirmando que: a *“Semana da Enfermeira”* teria como finalidade a *“aproximação e interrelação das Escolas”*, além de oferecer *“a inapreciável contribuição dos maiores valores da nossa terra, as altas autoridades da administração pública e religiosa...”* (CD. EEAN/ UFRJ. Cx 87. Dc. 01).



**Foto nº 3:** Pose grupal, registrada por ocasião do encerramento da I Semana da Enfermagem, no dia 20 de maio de 1940, no Internato da EAN. Localização. CD. EEAN/UFRJ. Arquivo Iconográfico.

No primeiro plano, há cinco figuras sentadas: da esquerda para a direita, a primeira, Laís Netto dos Reys, trajando o uniforme de enfermeira; seguida de um representante do Ministério da Marinha, devidamente fardado; do reitor da Universidade do Brasil, Raul Leitão da Cunha e de dois senhores não identificados. No segundo plano, de pé, da esquerda para a direita, há um senhor não identificado. A segunda figura é Maria de Castro Pamphiro, seguida de dois senhores não identificados; Josefina Brito; Judith Arêas (5ª figura); Sr. Armando Fajardo, secretário do reitor da UB (6ª figura); Lucília B. Miranda (7ª figura); Maria Antonieta Fernandes (8ª figura);

Edmée C. O. Pinto (9ª figura); dois senhores não identificados (10ª e 11ª figuras); Glória Dias Müller (12ª figura), e Aurora Veloso (13ª figura). Todas as figuras masculinas apresentam-se trajadas com terno e as femininas usam o uniforme de enfermeira, sendo todas professora da EAN. O Presidente da República, Getúlio Vargas e o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, d. Sebastião Leme se fizeram representar.

A organização do evento providenciou para que grande parte da programação da Semana da Enfermeira, com conferências de várias autoridades da educação, da saúde e da enfermagem fossem transmitidas pela P. R. A-2, Rádio Difusora do Ministério da Educação e Saúde (CD. EEAN/ UFRJ. Cx 87. Dc. 01).

Essa providência conferiu visibilidade à enfermagem brasileira, pois um aspecto da ação simbólica dos meios de divulgação, no plano das informações, por exemplo, consiste em atrair a atenção para os acontecimentos (BOURDIEU, 1998a, p. 23).

A programação do evento contou com um total de 27 palestras, uma romaria ao túmulo de Anna Nery e uma dramatização em homenagem a Anna Nery, intitulada: “*A enfermagem no Brasil e suas atividades*”. As palestras foram proferidas por alunas da EAN e autoridades do campo da saúde e da enfermagem, dentre elas: a diretora da EAN, Laís Netto dos Reis e a presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) e professora da EAN, Zaíra Cintra Vidal. O evento também foi prestigiado por Carlos Chagas Filho e a sra. Iris Lobo Chagas, viúva de Carlos Chagas.

A leitura atenta dessas palestras evidencia a apropriação da figura mítica de Anna Nery, como heroína de guerra e patrona da enfermagem brasileira. O discurso da diretora da escola foi emblemático no sentido de reforçar o sentimento de amor à

pátria e destacar a importância da formação da enfermeira moderna para a sociedade brasileira, como evidenciam os seguintes trechos de seu discurso:

“a enfermeira na hora presente é elemento de primeira necessidade, de premente e absoluta precisão. É a própria nação que o exige, é a pátria que reclama o serviço de todas as mulheres nas fileiras da enfermagem” e entendia que “a exemplo de Florence e de Anna Nery as brasileiras de todos os recantos da nação deviam demonstrar o seu patriotismo, seu amor ao Brasil, seus sentimentos cristãos, procurando as escolas de enfermagem”, de modo a se prepararem devidamente para o serviço da pátria e da sociedade, “na mais expressiva prática da caridade cristã (CD. EEAN/ UFRJ. Doc. 610.7309).

Na solenidade de encerramento do evento, Laís anunciou a criação de três “cursos de extensão”: o Curso de Auxiliar de Enfermagem, o Curso da Associação de Voluntárias Anna Nery (AVAN) e o Curso de Assistentes Sociais. Cabe ressaltar que o Curso de Auxiliar de Enfermagem, anunciado naquela ocasião, não tinha respaldo legal, uma vez que não era regulamentado (CD. EEAN/ UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1939).

Por seu turno, a presença do reitor na UB, em uma solenidade oficial, onde foi anunciada a criação do curso de auxiliar de enfermagem, conferiu o aval necessário para que Laís Netto dos Reis continuasse investindo na formação da categoria. Note-se que o poder de enunciação das palavras resulta do efeito que tem a objetivação e oficialização do fato que a nomeação pública realiza, à vista de todos (BOURDIEU, 2001, p. 117). Anos depois, o ex-reitor da UB, Raul Leitão da Cunha, na condição de Ministro da Educação e Saúde, criou no Quadro Permanente do Ministério

da Educação e Saúde, através do Decreto-Lei nº 8. 778<sup>50</sup>, publicado em 22 de janeiro de 1946, em seu artigo 2º, a carreira de Auxiliar de Enfermagem e, em cujo parágrafo único explicitava: *“Para o ingresso na carreira de Auxiliar de Enfermagem é indispensável a apresentação do certificado da conclusão do respectivo curso, feito na Escola de Enfermeiras Anna Nery, ou em estabelecimentos a ela equiparados”*.

Este Decreto – Lei foi objeto de reconhecimento e homenagem por parte de um grupo de enfermeiras diplomadas, liderado por Laís Netto dos Reys ao então Ministro da Educação e Saúde, Raul Leitão da Cunha que, no entendimento do grupo, *“realizava um ato de justiça que atingia uma classe de profissionais, até então prejudicada em seus interesses”* (CD. EEAN/ UFRJ. Cx 87. Dc. 01. 1946).

Para Laís, os laços entre Raul Leitão da Cunha e a enfermagem, enquanto reitor da UB; ex-professor da EAN; e diretor interino do Departamento Nacional de Saúde Pública, nos primeiros anos da organização do serviço de enfermagem daquele órgão, foram importantes para sensibilizá-lo a realizar *“uma medida governamental em benefício de uma classe de funcionárias que merecia ser amparada e protegida”* (CD. EEAN/ UFRJ. Cx 87. Dc. 01. 1946).

Diante disso, entendo que Raul Leitão da Cunha não apenas apoiava o curso de auxiliar de enfermagem da EAN, mas também o entendia como fundamental para a solução do problema de escassez de pessoal melhor qualificado para atender a grande demanda que se apresentava pelo país, e que era exaustivamente exposto pela diretora da EAN e, da mesma forma, atendia às reivindicações dos médicos por uma solução (CD. EEAN/ UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1944 – 1946).

Em 1941, no período de 06 a 12 de dezembro de 1941, foi realizada a 2ª Semana da Enfermeira. Na abertura, houve missa em ação de graças, celebrada pelo

---

<sup>50</sup> Regula os exames de habilitação para os auxiliares de enfermagem e parteiras práticas.

Reverendo D. Alano du Noday, Bispo de Porto Nacional. Também fazia parte do programa a entrega de certificados às alunas que concluíram o curso de voluntárias da EAN<sup>51</sup>. Este curso, que funcionava como complemento de educação para moças e senhoras da sociedade, tinha como finalidade principal prepará-las para “*o serviço da Pátria e torná-las mais úteis à sua família e a sociedade*” (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1941).

A entrega dos diplomas às enfermeiras da classe de 1941 também fazia parte da progração do evento. A data de abertura do evento marcava a criação do “Dia das Voluntárias” da Escola Anna Nery. Entre as concluintes do curso, havia representantes de vários Estados das regiões Sudeste e Nordeste do país<sup>52</sup>. O grupo de voluntárias teve como paraninfo o reitor da UB, Dr. Raul Leitão da Cunha que, no ano anterior, havia participado da cerimônia que criara o respectivo curso de voluntárias.

Para a cerimônia de entrega de certificado ao grupo que se formava no dia 6 de dezembro de 1941, foi elaborado e procedida a leitura do “Juramento da Voluntária da Escola Anna Nery”, conforme apresentado a seguir:

---

<sup>51</sup> Antônia de Souza Pais Barreto; Anália Paolileolo; Cecília Mounier Pêcego; Dalva Mendes Lima; Elizabeth Pessoa Raja Gabaglia; Heloísa Martins Sampaio; Horacina Silva; Isaura Góis Araújo; Jesuína Dias; Juraci Ribeiro Rocha; Lígia Penalva Costa; Luzia Salin Simão; Maria Amélia Miguez; Margarida M. Menezes Penido; Maria das Dores B. Cavalcante; Maria Luíza Marinho Nenes e Noêmia Dias de Oliveira (CD. EEAN/ UFRJ. AVAV).

<sup>52</sup> Cinco do Distrito Federal; quatro de Minas Gerais; duas de São Paulo; uma do Espírito Santo; uma da Paraíba; uma de Sergipe; uma da Bahia; uma de Pernambuco e uma do Piauí, totalizando dezessete voluntárias (CD. EEAN/ UFRJ. AVAN).

“Em presença de Deus e desta assembléia,

Sob os símbolos da fé e da pátria:

Prometo – servir como voluntária

Sempre que for chamada ou necessária,

Na paz ou na Guerra, secundando as enfermeiras

Na sua nobre e bela missão.

Prometo – guardar com fidelidade os

Ensinamentos recebidos na formação de

Voluntárias, trabalhando na medida de minhas

Forças, no ambiente em que viver, como sentinela

Da Pátria pelo bem da família,

da sociedade, para maior grandeza do Brasil, pelo valor

sempre crescente de seus filhos” (CD. EEAN/ UFRJ. AVAN).

O deslocamento da Semana da Enfermeira para o mês de dezembro parece encontrar justificativa na conclusão do curso da primeira turma de Voluntárias para a Guerra. Essa inferência encontra respaldo na criação do “Dia da Voluntária”, na data da abertura do evento e da criação do juramento da voluntária, o qual apela para o aspecto caritativo e patriótico por parte daquelas que concluíam o referido curso.

Subjacente à importância atribuída ao papel da “voluntária”, o juramento deixa clara a demarcação dos limites de sua atuação, quando diz: *“na paz ou na guerra, secundando as enfermeiras”*.

Nesse evento, a Fundação Rockefeller foi objeto de homenagem, em virtude da passagem de seu 25º ano de atividades no Brasil, como parte do preito, Laís Netto dos Reys discursou acerca da importância desta Fundação, a aluna Marieta March procedeu a “Saudação à Fundação Rockefeller” e o Presidente da instituição, Dr. Fred L. Soper, manifestou seu agradecimento pela homenagem proferida pela EAN(CD. EEAN/ UFRJ. Cx 87. Dc. 01).

O reconhecimento da importância do evento materializou-se mediante o entendimento da necessidade de realização da Semana da Enfermeira em seus Estados. Assim, a partir do ano seguinte, as Associações Brasileiras de Enfermeiras Diplomadas (ABED) regionais, juntamente com as escolas de enfermagem, passaram a organizar os programas comemorativos das próprias Semana da Enfermeira (CARVALHO, 1976, p. 457).

Em 1942, ocorreu a formatura do primeiro grupo de religiosas, na Escola Anna Nery, um grupo que totalizava 48 alunas, sendo 10 religiosas. O evento contou com presença da primeira diretora da EAN, Clara Louise Kienninger<sup>53</sup>. A recepção de Kienninger, no aeroporto Santos Dumont, foi prestigiado por Laís Netto dos Reys, Marina Bandeira de Oliveira, e Olga Salinas Lacorte, como professoras da EAN, todas trajando uniforme de enfermeira. Outras enfermeiras também participaram do acontecimento; porém, com traje de passeio completo (CD. EEAN/UFRJ. Acervo Iconográfico. Reg. 4. 22. 1249. 1)

---

<sup>53</sup> Laís Netto dos Reys providenciou a recepção da ex-diretora da EAN, no aeroporto Santos Dumont, no dia 27 de maio de 1942, que desembarcou do avião de carreira da Panair (CD. EEAN/UFRJ. Pioneiras. Cx 03. Doc. 53. 1942).



**Foto nº 4:** Pose grupal registrada por ocasião da formatura da turma de 1942.

Na primeira fila, sentadas, da esquerda para a direita temos: a primeira figura não identificada, seguida de Irmã Margarida Maria Cola (2ª figura), Irmã Marta Telles (3ª figura), Irmã Jeanne Sabóia (4ª figura), Irmã Luna (5ª figura), Laís Netto dos Reys (6ª figura), três autoridades eclesiásticas, também não identificadas (7ª, 8ª e 9ª figuras), Clara Louise Kienninger (10ª figura), Jerônima Mesquita<sup>54</sup>, como 11ª figura, Maria de Castro Pamphiro (12ª figura), irmã Odila Lima (13ª figura), e outra irmã não identificada (14ª figura).

Embora a turma que se formava tivesse um número consideravelmente maior de alunas leigas (38), o que corresponde a 79, 16% da turma (CD. EEAN/ UFRJ. Graduação. 1942) a foto colocava em relevo as 10 irmãs da caridade da ASVP, as quais

---

<sup>54</sup> Dama da sociedade que na gestão de Clara Louise Kienninger, por ocasião da formatura da 1ª turma, ofereceu um banquete em sua casa, em homenagem as formandas.

aparecem ou no primeiro plano da foto, ao lado de autoridades civis e eclesiásticas ou na segunda fila, porém nas extremidades, o que caracteriza também uma distinção.

No centro da composição, estão três autoridades eclesiásticas ladeadas, à direita, por Laís Netto dos Reys e à esquerda, por Clara Louise Kienninger.

A disposição das pessoas no espaço fotográfico e o relevo conferido às religiosas evidenciam o prestígio da Igreja Católica junto à Escola Anna Nery. Note-se que o campo fotográfico parece cindido ao meio em sentido vertical pelas autoridades eclesiásticas. Laís, figura reconhecidamente católica, coloca-se ao lado e à direita de um dos representantes da Igreja. À esquerda desses representantes está Kienninger, ex-diretora da EAN e então chefe da missão técnica do IAIA.

Esta foto põe em relevo a consideração da diretora da Escola Anna Nery com o clero, ao dar visibilidade à participação da instituição educacional na formação de Irmãs da Caridade, em conformidade com a exigência legal que se apresentava.

Para Laís, a entrada desse grupo de religiosas atendeu aos interesses da escola e constituía prova de confiança, assegurada pelo discurso autorizado de D. Sebastião Leme, que permitiu “*virem religiosas como alunas internas de uma escola leiga*” (UFRJ, EEAN, CD, Relatório Anual da Diretora. 1942).

Ao mesmo tempo, o ingresso das religiosas para o Curso de Enfermagem da EAN conferia às mesmas um capital simbólico, derivado de sua inserção na UB<sup>55</sup>. Em uma Carta Pastoral, d. Sebastião Leme evidenciou sua compreensão acerca da

---

<sup>55</sup> Inserida na UB como instituição complementar, através da Lei 452, de 5 de julho de 1937, que organizava a Universidade do Brasil.

importância da universidade para um país e afirmou textualmente que:

Por sua natureza, a universidade é o centro onde se elaboram as grandes sínteses do saber, o seminário de formação dos sábios que impulsionam os progressos do conhecimento, o laboratório em que se preparam os elementos superiores da administração e da vida profissional do país, numa palavra, o órgão conservador e transmissor de todo o patrimônio de uma civilização (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro. Carta Pastoral (CP). 1939).

A formação desse grupo de religiosas serviria como estímulo para que outras congregações investissem em suas religiosas, o que foi definido por Laís, como um *“ponto de enorme necessidade, pois que a grande maioria de nossos hospitais se acha entre as congregações religiosas”* (CD. EEAN/ UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1942).

A naturalidade expressa neste argumento demonstra o empenho de Laís no sentido de estimular a aquisição de capital simbólico das religiosas atuantes nos vários espaços hospitalares. Referindo-se ao assunto, Pinto (2000, p. 139), afirma que este capital também pode ser caracterizado em função do que designa como *“unidades de medida”*, representado por condecorações, títulos escolares e de nobreza, etc., e considera que a obtenção desse capital permite *“desfrutar de uma forma de excelência que, por propiciar a satisfação de ser conforme ao que é coletivamente exaltado, dispensa de estar a interrogar-se sobre o que se é, sobre o que se faz e sobre os fins últimos”*. Nessa perspectiva, estariam as religiosas numa condição de legítima representantes do ofício de enfermeira, cuja competência não remeteria a questionamentos.

Em 1942, o Brasil participou efetivamente da segunda guerra mundial. No mesmo ano, foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)<sup>56</sup>, que passou a atuar como órgão executivo do acordo Brasil-EUA, cujos financiadores foram a Fundação Rockefeller e o Instituto para Assuntos Inter americanos (IAIA), subordinados ao Ministério da Educação e Saúde, para sanear as regiões onde se daria a extração de materiais estratégicos para a guerra.

Como assinala, esse conflito mundial teve repercussões significativa na EEAN, no sentido de agravar as dificuldades administrativas<sup>57</sup> uma vez que a economia mundial passou a se concentrar no atendimento do mercado bélico.

Com a função de minimizar as dificuldades existentes em algumas regiões do país, criou-se, em 1942, o programa de saúde e saneamento do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), cujo objetivo principal era oferecer condições de saúde aos trabalhadores que atuavam na extração da borracha da selva amazônica. Além disso, o acordo estabelecido entre o Brasil e os Estados Unidos previa a ocupação de determinadas regiões do território brasileiro por bases militares americanas, incluindo-se aí o litoral norte-nordeste por configurar-se em áreas geograficamente estratégicas para impedir o acesso nazi-facista a América Latina (CAMPOS, 2000, p. 195 - 201; OLIVEIRA e BARREIRA, 2000, p. 210).

Fazia-se necessário, portanto, que se assegurassem as condições de saúde desse grupo de militares e dos trabalhadores brasileiros responsáveis pela extração da borracha e outros minérios importantes para a produção de materiais e equipamentos

---

<sup>56</sup> Decreto-lei nº 4321, de 21 de maio de 1942. Não fazia parte da estrutura normal do Ministério da Educação e Saúde; caracterizava-se como um órgão especial, de emergência, com autonomia técnica, administrativa e financeira, oriunda do poder atribuído ao seu superintendente.

<sup>57</sup> Essas dificuldades se davam na escassez de materiais básicos para o bom funcionamento da escola como falta de combustível para que as alunas pudessem ser transportadas para os cenários de estágios; manutenção precária das dependências da Escola Anna Nery, como o Internato e o Pavilhão de Aulas; número reduzidos de professores para atender a demanda de alunas, etc. (CD. EEAN. Relatório Anual da Diretora, 1939, 1940, 1942, 1943).

fundamentais em situação de guerra (CAMPOS, 2000, p. 195 - 201; OLIVEIRA e BARREIRA, 2000, p.210).

Barreira e Baptista (2002, p.209) mencionam que, na condição de chefe da Missão Técnica do IAIA, Clara Louise Kienninger retornou ao Brasil em novembro de 1942, “*credenciada para situar-se como interlocutora válida frente às enfermeiras brasileiras*”. Convidada por Laís a hospedar-se na residência da Escola Anna Nery, durante a permanência, Clara Kienninger teve oportunidade de testemunhar intimamente as dificuldades administrativas enfrentadas pela Escola Oficial Padrão, há cinco anos inserida na Universidade do Brasil.

A presença de Clara Louise Kienninger na EAN impôs à enfermagem brasileira, mais uma vez, a liderança americana. Assim, ao mesmo tempo em que Laís Netto dos Reis se empenhava em manter relações cordiais, não aceitava a liderança e nem permitia a interferência da americana nos assuntos da escola. Laís não admitia que a Escola Anna Nery fosse colocada numa condição de submissão à assessora do IAIA e avaliava a presença desta como uma “*intrusão em espaços já ocupados por enfermeiras ananéris*” (Barreira; Baptista, 2002, p.210).

Em algumas oportunidades foi possível observar, por parte de miss Kienninger, comentários que colocavam em questão os reconhecimentos das escolas de enfermagem. (BARREIRA; SAUTHIER e BAPTISTA, 2001, p. 157).

A esse respeito, vale lembrar que o Conselho Nacional de Enfermagem, embora criado em 1940, precisou aguardar até 1942, quando o Ministro da Educação e Saúde designou os membros que deveriam ocupar o referido conselho, cujo funcionamento tinha como objetivo mais urgente resolver a questão relacionada à equiparação das Escolas de Enfermagem Carlos Chagas, da Escola de Enfermagem do

Hospital São Paulo e da Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac (CD. EEAN. Ata da Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1943).

É importante enfatizar que, até o início de 1942, nenhuma escola de Enfermagem havia sido equiparada à Escola Anna Nery, ocorrendo as primeiras equiparações ao modelo oficial padrão, somente nesse ano. Os estabelecimentos que alcançaram tal distinção foram as Escolas de Enfermagem Carlos Chagas, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo e a Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac, todas de orientação católica. Essas instituições contaram com a participação efetiva de Laís no seu processo de criação/equiparação (EEAN. Nuphebras. Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem Brasileira).

No que se refere ao processo de equiparação dessas três escolas de enfermagem, através do ofício 49/ 42, de 23 de janeiro de 1942, destinado ao reitor da UB, foram solicitados os recursos necessários à realização de nova inspeção na Escola Carlos Chagas e Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, para o que Laís acreditava seria dado o “parecer final”. Para a inspeção da primeira escola foi designada a enfermeira diplomada Rosaly Rodrigues Taborda e, para a outra, foi destinada a enfermeira diplomada Olga Salinas Lacorte (CD. EEAN/ UFRJ. Pioneiras. Cx 03. Doc. 43. 1942). Quanto à Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac, também foi indicada a enfermeira Rosaly Taborda, através do ofício 135/ 42, de 27 de fevereiro de 1942 (CD. EEAN/ UFRJ. Pioneiras. Cx 03. Doc. 37. 1942).

Paralelamente, em deferência a um pedido verbal do Ministro da Educação e Saúde, no sentido de fazer um diagnóstico da situação da enfermagem no Brasil, o diretor da Fundação Rockefeller, Fred Soper, enviou ao Ministro Gustavo Capanema, o produto do investimento realizado em atenção ao pedido deste, qual seja,

um relatório, datado de 4 de março de 1942 (FGV. Arquivo Gustavo Capanema – março de 1942).

O conteúdo deste relatório teria sido o resultado da visita de miss Mary Elizabeth Tennant, alta funcionária da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller, lotada no escritório central, em Nova Iorque. (FGV. Arquivo Gustavo Capanema – março de 1942). Essa visita aconteceu em maio de 1941 e tinha como finalidade investir na fundação da Escola de Enfermagem de São Paulo.

Nesse sentido, foram agendadas e realizadas várias reuniões, que contaram com a presença de autoridades políticas e da saúde, tanto da Fundação Rockefeller, quanto do Brasil (SOUZA e BAPTISTA, 2002, p. 219 – 221).

Ainda o relatório do diretor da Fundação Rockefeller, Fred Soper destacava a necessidade de um *“reconhecimento preliminar cuidadoso”* no que se refere à enfermagem brasileira. Tal reconhecimento deveria incluir uma análise quanto as *“fontes de preparo de enfermeiras”*, considerando o *“valor do ensino ministrado”* e o *“número de enfermeiras que possam[diam] ser preparadas”*. Ademais, acrescenta o relatório, que esse empreendimento visava também *“escolher as instituições que oferecem[ciam] maiores vantagens para o desenvolvimento de novas fontes de preparo de enfermeiras”* (FGV. Arquivo Gustavo Capanema – março de 1942).

O Ministro da Educação e Saúde, que tinha o interesse de organizar um *“Departamento de Enfermagem”* em seu Ministério, foi apoiado, imediatamente, pelo diretor da Fundação Rockefeller, conforme conteúdo do mesmo relatório, quando assim se expressou: *“estimo dizer que essa medida está de acordo com as melhores práticas adotadas em outros países”* Segundo seus termos, aproveitou a mesma oportunidade para apontar quais deveriam ser as responsabilidades deste *“Departamento”*. Dentre as atribuições, merece destaque o primeiro item, pois, estabelece a *“organização e*

*orientação de todas as escolas federais de enfermagem do país”* , acrescentando que, caber-lhe-ia também a *“orientação, inspeção e equiparação de todas as escolas de enfermagem estaduais, municipais, particulares ou em universidades”* (FGV. Arquivo Gustavo Capanema – março de 1942).

Este documento deixa claro o interesse da Fundação Rockefeller em minimizar os efeitos do Decreto 20. 109/31, no que tange à responsabilidade da Escola Anna Nery, como Escola Oficial Padrão, para fins de equiparação das demais Escolas de Enfermagem do país, além de estimular a criação de outros centros formadores de enfermeiras no país. Vale observar que, até aquela data, havia no Brasil, segundo o modelo anglo- americano, apenas seis escolas de enfermagem<sup>58</sup>, assim caracterizadas: uma federal, duas evangélicas e três de orientação católica, incluindo-se entre as últimas, a Escola de Enfermagem Carlos Chagas. (EEAN – Nuphebras. Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem Brasileira).

Em dezembro de 1942, foi inaugurada a Escola de Enfermagem de São Paulo, através do Decreto-Lei Estadual Nº 13. 040, assinado por Fernando Costa, Interventor Federal, e por Theotonio Monteiro de Barros Filho, à época, Secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (EGRY, 2002, p. 8). Este fato, provavelmente, representou grande significado para a sociedade paulistana, pois a recém-criada escola de Enfermagem, vinculava-se à Faculdade de Medicina da USP e ao Hospital das Clínicas, compondo um importante conjunto para o serviço de saúde daquele Estado.

---

<sup>58</sup> Escola de Enfermeiras do DNSP, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, Escola de Enfermeiras Carlos Chagas, atual Escola de Enfermagem da UFMG, Escola de Enfermagem Florence Nightingale, Escola de Enfermagem Cruzeiro do Sul, Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, atual Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo, Escola de Enfermeiras Luiza de Marillac, atual União Social Camiliana (EEAN – Nuphebras. Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem Brasileira).

O processo de criação da Escola de Enfermagem de São Paulo contou com a participação efetiva da Fundação Rockefeller, mediante acordos com as autoridades estaduais e concessão de bolsas de estudos. Para organizar, planejar e dirigir a Escola de Enfermagem de São Paulo, foi nomeada Edith de Magalhães Fraenkel (ex-superintendente do Serviço de Enfermeiras do DNSP), cuja competência era reconhecida pela comunidade da enfermagem e da saúde.

Edith reuniu um grupo de enfermeiras altamente competentes e qualificadas no Canadá. Este grupo era identificado como “*As Damas de Toronto*”, conforme relato da depoente Anna Nava: “*Ela [d. Edith] se cercou de um grupo muito bom, um grupo de elite, ‘As Damas de Toronto’, como elas eram chamadas... mas era um grupo de elite, elite intelectual*”.

A preocupação de fazer alianças com enfermeiras portadoras de capital cultural e social constituiu estratégia bem sucedida de formar um grupo cuja competência pudesse ser reconhecida nos meios científicos da época. Neste sentido, seria um grupo com o discurso autorizado para questionar a posição da Escola Anna Nery, como escola oficial padrão.

As professoras da Escola de Enfermagem de São Paulo que obtiveram formação no Curso de Graduação na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, no Canadá, financiado pela Fundação Rockefeller, foi composto por Maria Rosa S. Pinheiro, Zilda de Almeida Carvalho, Gleite de Alcântara e Lucila Jardim. Além dessas, Edith Fraenkel obteve bolsa de estudos, para observação de Escolas de Enfermagem dos Estados Unidos e do Canadá (CARVALHO, 1980, p.143).

Barreira e Baptista (2002, p.211) destacam que, embora no grupo de docentes da Escola de Enfermagem da USP, houvesse diplomadas pela Escola Anna Nery, o que aconteceu foi a emergência de outra proposta de ensino de enfermagem,

fora da liderança da Escola Anna Nery, atendendo à política definida pelo IAIA e pelo SESP, o que de certa forma, evidenciou concorrência ao padrão Anna Nery.

Nesse sentido, a despeito de Laís reivindicar apoio governamental necessário à manutenção de uma “Escola Padrão Nacional” e “Padrão Sul Americano”, foi a Escola de Enfermagem da USP que conseguiu, através da imprensa, antes de sua inauguração, o reconhecimento de maior Escola de Enfermagem da América do Sul.

Ao contrário da Escola Anna Nery, a Escola de Enfermagem da USP estreitou a relação de cooperação com o IAIA e constituiu-se em outro “centro gerador de líderes” orientados para o objetivo de multiplicar o número de Escola de Enfermagem em todo o país, proposta defendida por Laís Netto dos Reys para a EAN (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p.211).

### **CAPÍTULO III – AS ARMAS SIMBÓLICAS UTILIZADAS PELAS AGENTES NA LUTA PELA LIDERANÇA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM (1943 – 1946).**

Neste capítulo, a ênfase recai nas estratégias políticas levadas a efeito pela Escola Anna Nery para preservar seu espaço no campo da educação em enfermagem e na sociedade brasileira, em um momento particularmente desafiador, caracterizado por um novo jogo de forças no campo, particularmente quando passou a enfrentar o desafio da criação da Escola de Enfermagem de São Paulo sob os auspícios da Fundação SESP. O pano de fundo contextual remete ao final do Estado Novo e à II Guerra Mundial que também ensejou novas teias de poder.

Como referi nos capítulos anteriores, a Escola Anna Nery, por decreto, foi elevada à condição de Escola Padrão. Essa prerrogativa conferia a sua diretora, à época Laís Netto dos Reys, indiscutível poder e prestígio social que, não raro, extrapolavam o âmbito da instituição sob sua responsabilidade. Por exemplo, D Laís exercia a função de presidente do Conselho Nacional de Enfermagem e, por força do cargo, indicava docentes que desempenhariam funções como: direção de instituições de ensino de enfermagem e inspeção de escolas que desejassem a equiparação com a EAN, além de designar aquelas que aumentariam seu capital cultural, mediante cursos de pós-graduação no exterior.

A análise do poder inerente ao cargo de personagens como a diretora da Escola-padrão encontra respaldo nas palavras de Bourdieu, quando afirma textualmente: *“as classificações efetuadas por um agente são condicionadas pela posição por ele ocupada no espaço social e que, em função dessa posição, por definição relativa, elas têm um valor determinado”* (PINTO, 2000, p. 41).

No exercício de suas funções, Laís empenhou-se no sentido de ampliar contatos sócio-políticos, através da Escola Anna Nery, estreitando laços com pessoas influentes da sociedade da época. Por exemplo, em 1943, ano de criação da Escola de Enfermagem da USP, Laís visitou a primeira dama, sra. Darcy Vargas (então presidente da Legião Brasileira de Assistência), que se restabelecia de um problema de saúde (BARREIRA E BAPTISTA, 2002,p.210). A visita também representou manifestação de gratidão ao interventor do Estado do Rio de Janeiro e à primeira dama do Estado, por comparecerem à cerimônia de formatura na Escola.

Com o propósito de estreitar laços com lideranças da igreja, visitou d. Jaime de Barros Câmara<sup>59</sup>, para manifestar as homenagens da Escola Anna Nery pela investidura na arquidiocese do Rio de Janeiro. Em paralelo, compareceu à União Nacional dos Estudantes, com uma delegação de alunas para levar a flâmula da escola, o que segundo Barreira e Baptista (2002, p. 210) “*evidenciava seu empenho em fortalecer suas alianças e ampliar a área de influência da escola*”.

Além desses contatos que representavam formas diplomáticas de interação com lideranças da época, D Laís promoveu eventos que poderiam influir

---

<sup>59</sup> Nasceu em São José (SC), em 1894, em uma família modesta. A morte prematura de seu pai fez com que fosse criado com dificuldades. Realizou os estudos primários em sua cidade natal. Em seguida, ingressou no Ginásio Catarinense de Florianópolis, concluindo o curso ginásial em 1942. Um ano após, ingressou no magistério, lecionando nesse mesmo colégio, onde também atuou como administrador. Em 1914, transferiu-se para São Leopoldo (RS), para ingressar no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, concluindo, cinco anos mais tarde, o curso de filosofia e teologia. Em 1920, Jaime Câmara foi ordenado padre em Florianópolis. Sua vida sacerdotal desenvolveu-se a partir de então, em Santa Catarina. Atuou nas seguintes funções: coadjutor da paróquia de Tijucas (SC), exercendo o cargo de presidente da sociedade que dirigia o hospital municipal; capelão das Irmãs da Divina Providência; Cura da Catedral Metropolitana; capelão do Hospital de Caridade de Florianópolis e secretário do bispado de Santa Catarina. Atuou como reitor do Seminário Menor de Azambuja, no município de Brusque (SC) até 1935. Como bispo de Mossoró (RN), sua atuação visava promover a aproximação entre a Igreja e os trabalhadores das salinas daquele município, de modo a evitar a propagação das idéias de esquerda. Dom Jaime teria chegado a participar ativamente do movimento integralista como bispo de Mossoró. Permaneceu em Mossoró até 1941, quando foi transferido para a arquidiocese de Belém do Pará. A morte do cardeal dom Sebastião Leme, que se destacara a frente do episcopado brasileiro, deixou vaga a arquidiocese do Rio de Janeiro (Capital Federal) por quase um ano. Em 1943, dom Jaime foi nomeado pelo Vaticano para suceder d. Leme. A sua indicação para a arquidiocese teria representado o colapso da liderança criada por seu antecessor, pois, o poder eclesiástico refluiu para as dioceses isoladas e seus ocupantes (BELOCH e ABREU, 1984, p. 554 – 555).

fortemente nos destinos da educação em Enfermagem. Para ilustrar, trago à luz a Primeira Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem, realizada no período de 20 a 27 de novembro de 1943, nas dependências do Pavilhão de Aulas da Escola Anna Nery, sob a presidência de Laís Netto dos Reys e coordenada pelo reitor da UB, na pessoa do sr. Armando Fajardo, que reuniu as lideranças da enfermagem brasileira para estudos dos problemas nacionais de enfermagem. Compareceram ao encontro: Madre Marie Domeneuc – diretora da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo; Maria de Castro Pamphiro - diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Irmã Mathilde Nina – diretora da Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac; Olga Salinas Lacorte – chefe da Divisão de Ensino da EAN; Celina Viegas – delegada da Escola de Enfermagem Carlos Chagas; Irmã Cecília Fernandes – delegada da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo; Maria Madalena Werneck – instrutora de Saúde Pública da EAN; Maria do Carmo Prado – chefe do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal; Madre Maria de Fontenelle – assistente de diretora da Escola de Enfermeiras do Hospital S. Vicente de Paulo; Irmã Catarina Fiúza – diretora do Hospital de Crianças da Cruz Vermelha Brasileira - São Paulo; Irmã Vicencia Alvarenga – Hospital Militar de Porto Alegre; Irmã Jeane Sabóia – delegada da Escola de Enfermagem do Ceará, além de Edith Fraenkel e Hilda Ana Krisch, que compareceram no quinto dia da reunião por convocação da diretora da EAN (CD. EEAN/UFRJ. Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1943).

Na sessão de abertura da reunião, o Arcebispo d. Jaime de Barros Câmara celebrou missa na Capela do internato da EAN. Conforme palavras textuais da de D Laís, a missa se justificava pela oportunidade de receber: “*bençãos de Deus e de Nossa Senhora*” (CD. EEAN/ UFRJ. Ata de Reuniões de Diretoras. 1943).

Como venho analisando ao longo do trabalho, as instituições religiosas tendem a aproveitar os vínculos sociais para inculcar um sistema de práticas e de representações consagradas, cuja estrutura reproduz de forma transfigurada, e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações em um determinado espaço social. Por seu turno, Laís, aproveitava com muita competência as oportunidades para demonstrar sua comunhão com a Igreja Católica, aumentando seu prestígio, ao mesmo tempo em que ratificava e fortalecia as alianças institucionais com a Igreja.

A reunião teve como ponto de pauta: Escolas de Enfermagem e sua organização; Programa mínimo para escolas de enfermagem; Regime Universitário; Cursos de Especialização; Cursos de Aperfeiçoamento; Hospitais Escolas; O Ensino na Enfermaria; Enfermagem de Saúde Pública; Seleção de professores para escolas de Enfermagem; Inspeção de Escolas de Enfermagem; Exercício profissional; Carreira de Enfermeira; Cursos de Auxiliar de Enfermeira; Enfermagem de Guerra; Participação das Escolas de Enfermagem no Congresso Pan-americano de Enfermagem; Órgão de Publicidade; Associação de Classe (CD. EEAN/ UFRJ. Ata de Reuniões de Diretoras. 1943).

A diversidade de temas incluídos na pauta sugere a consciência da existência de muitos assuntos relevantes a serem discutidos pelas lideranças. Parece que nessa reunião não houve consenso acerca dos temas elencados.

Ainda em 1943, Laís liderou uma comitiva de professoras e alunas da EAN, presentes à solenidade de batismo do avião ambulância “Anna Nery”, da Força Aérea Brasileira (FAB), no dia 26 de novembro de 1943, no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Essa iniciativa de Laís remete à associação do nome da escola à figura de Anna Nery. Ademais, ao vincular a imagem da enfermeira a uma heroína de guerra,

fortaleceu a tese da inserção da mulher no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que revigorava a importância da participação da enfermeira em momentos de crise.



**Foto nº 5:** Pose grupal da cerimônia de batismo do avião-ambulância Anna Nery.

Localização: CD. EEAN/UFRJ. Acervo Iconográfico. Nº: 4.01.1029.1).

O olhar atento aos elementos da composição fotográfica sugere que todas as figuras são enfermeiras ou alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery. A ausência de representantes de outras escolas parece simbolizar a estreita vinculação da escola ao nome de Anna Nery.

A reconhecida importância da Escola Anna Nery, somada à visibilidade conferida pelo batismo do avião deve ter contribuído para que o chefe do Serviço de Saúde da Aeronáutica tenha enviado, em dezembro de 1943, um ofício (nº 2. 017/43), em caráter de urgência, à diretora da EAN, manifestando o desejo de contar com a colaboração da escola, naquele serviço militar.

Em seguida, Laís foi recebida no gabinete do chefe de Serviço de Saúde da Aeronáutica. Na oportunidade, definiram-se os aspectos formais para um acordo envolvendo as duas instituições, conforme fragmento do ofício nº 7 80/44, onde se lê textualmente:

sendo a Escola Anna Nery, dependência do Ministério da Educação e Saúde, necessário seria partisse de S. Ex. o sr. Ministro da Aeronáutica um movimento junto de S. Ex. o sr. Ministro da Educação e Saúde, para que pudesse a Escola Anna Nery emprestar a colaboração desejada ao Serviço de Saúde da Aeronáutica (CD. EEAN/ UFRJ. As pioneiras. Cx. 05. Doc. 02).

No encontro com o chefe do Serviço de Saúde da Aeronáutica, Laís manifestou o empenho de colaborar com a instituição militar, afirmando: *“nenhum serviço nos obrigaria mais na hora presente que servir às forças aéreas nacionais, as guardiãs heróicas, as defesas avançadas de nossos céus e nossos mares, de nossa terra e nossa gente”*. Apesar desse entusiasmo, ela teve o cuidado de condicionar a concretização desse acordo à autorização do Ministro da Educação e Saúde e à concordância do reitor da Universidade do Brasil (CD. EEAN/ UFRJ. As pioneiras. Cx. 05. Doc. 02).

Na mesma reunião, Laís definiu catorze pontos que considerava fundamentais para um “intercâmbio” satisfatório entre as partes. Esses asseguram a

autonomia da escola quanto ao serviço de enfermagem e a demarcação dos espaços a serem ocupados pelas enfermeiras e alunas no campo, como podemos depreender do texto que transcrevo a seguir: *“caberia à EAN a administração de todo o serviço de enfermagem , podendo admitir, despedir, suspender, transferir em qualquer emergência, qualquer membro do corpo de enfermagem, mesmo os pertencentes ao quadro da aeronáutica”, e que “às enfermeiras e alunas da EAN sejam conferidas o mesmo tratamento e consideração atribuídos aos oficiais e cadetes da aeronáutica”* (CD. EEAN/ UFRJ. As pioneiras. Cx. 05. Doc. 02).

Laís também investiu vigorosamente na divulgação da qualidade da assistência de enfermagem implementada pela Escola, fora dos espaços institucionalizados, usando como estratégias o encaminhamento das melhores alunas para prestar assistência às famílias de pessoas influentes na política e na elite da sociedade em geral. Esse dado de realidade foi informado por uma ex- aluna e professora aposentada da EAN, Lieselotte Ornellas<sup>60</sup>, nos seguintes termos: *“... era uma pessoa [d. Laís ] que tinha muita visão social e de Brasil (...) tive que fazer o serviço da noite na residência do diretor do hospital de doenças contagiosas”*.

Segundo a entrevistada, a realização desses estágios constituía estratégia de promoção da escola: *“... Ela [d. Laís ] para promover a escola, facilitava esses estágios, ainda antes de terminar o curso. Não era renda, nem para quem fazia, nem para a escola. Era apenas para promoção da escola”*.

---

<sup>60</sup> Nascida em Lajes, Santa Catarina, pertencente a uma família evangélica. Ingressou no curso de enfermagem da EAN em 1936, onde atuou também como presidente do diretório acadêmico. Formou-se em 1939. Pós-graduada em nutrição na Argentina. Contratada como enfermeira do serviço de saúde pública em 1939. Ingressou para o corpo docente da EAN em 1943. Em 1950 desempenhava a função de chefe do serviço de dietética do Hospital dos Servidores.

Não obstante, outra depoente, Anna Jaguaribe Nava, referiu que a ausência de remuneração pelos serviços particulares realizados pelas enfermeiras e alunas da Escola Anna Nery não era regra geral:

... não tinha [remuneração] quando era coisa...D. Darci, Alzira, filha do Getúlio [Presidente da República], Maria Celina, filha da Alzira. Maria Mendes, Regina Mendes [enfermeiras da Escola Anna Nery], não sei quem é mais, ficavam por conta. A Regina fez até enxoval dessa menina.

A ausência de remuneração pelos serviços prestados pela EAN permitia a capitalização de lucros simbólicos e favorecia o estabelecimento de alianças com pessoas influentes da sociedade, ao mesmo tempo em que reforçava a imagem social positiva da assistência da enfermagem.

No mesmo ano, em 1943, foi publicada na “Revista do Serviço Público”, editada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), uma matéria sobre a EAN, com quase trinta páginas. O conteúdo foi obtido através de entrevista com Laís e depoimento da primeira diretora da escola, Clara Louise Kienninger. O texto tratou da história da EAN, desde a sua criação e foi acompanhado de fotografias ilustrativas referentes às experiências práticas e teóricas das alunas<sup>61</sup> (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Revista do Serviço Público. Ano I, Vol. I, N. I, Janeiro de 1943).

---

<sup>61</sup> Alunas prestando cuidados de enfermagem a um recém nato prematuro; como se organizava o berçário de crianças a termo, na maternidade do Instituto Nacional de Puericultura; aula prática do Curso de Socorrista, realizada no Internato da Escola; aula de química no Pavilhão de Aulas; cuidados de enfermagem à uma criança internada no Hospital Arthur Bernardes; cuidados de enfermagem à púperainstalação de tenda de oxigênio, no Hospital Miguel Couto; atuação de visitadoras sanitárias, no sexto distrito sanitário, etc.

Posteriormente, essa matéria foi muitas vezes utilizada para divulgar o trabalho da EAN e a forma de inserção de futuras candidatas ao curso, sendo por isso, encaminhada em anexo a correspondências da diretora em resposta às solicitações de informação de autoridades de outros Estados da federação acerca da EAN (CD. EEAN/UFRJ. As pioneiras. Cx. 04, 05, 06). Vale ressaltar que essa matéria que contou com a participação de Clara Louise Kienninger, então chefe da missão técnica do IAIA, conferia um valor agregado ao conteúdo da entrevista, pois Clara Kienninger, ocupava um cargo importante na Fundação SESP.

Essa providência de Laís expressa sua eficiência, na luta por ocupar espaço na imprensa, atuando como porta-voz de um discurso autorizado, que reiterava a importância da EAN na formação de enfermeiras brasileiras.

Ainda em 1943, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, mais antiga Escola de Enfermagem do país<sup>62</sup>, teve uma enfermeira designada para assumir a direção daquela instituição. Coube a Maria de Castro Pamphiro, da turma pioneira da Escola Anna Nery, com experiência acumulada, pois havia sido diretora interina da Escola Anna Nery, no período de maio de 1933 a março de 1934, *“a missão de reconfigurar o ensino de enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pois, desde a sua criação, os alienistas ocuparam os espaços de poder da referida escola”* (AMORIM, 2003,p. 5).

Ainda segundo o autor mencionado (2003, p.5), a nomeação de enfermeira diplomada pela Escola Anna Nery introduziu na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto nova perspectiva na formação de enfermeiras e enfermeiros, cujo capital cultural não deveria mais ficar limitado à visão dos psiquiatras. Ao contrário, esperava-se da nova dirigente a implementação de estratégias capazes de ampliar o capital

---

<sup>62</sup> Criada em 1890.

cultural daqueles que se formariam a partir de então, permitindo a atuação nas diversas áreas, como: saúde pública, clínica e cirurgia, administração e ensino de enfermagem.

A designação de Maria de Castro Pamphiro poderia representar um ganho simbólico à Escola Anna Nery, à medida que conseguisse implementar tais mudanças, pois o sucesso desse desafio estaria vinculado ao fato de a dirigente ter sido formada na turma pioneira da escola oficial padrão e ali ter atuado como docente por muitos anos, o que de certa forma contribuiu para difundir o padrão Anna Nery.

Assim definida a situação, o *habitus* profissional adquirido na EAN, ao longo vinte anos, credenciava-a para liderar as mudanças em outro estabelecimento educacional, na área de Enfermagem. Além disso, poderíamos entender que esta oportunidade, de certo modo, representava privilegiada alternativa de difusão do padrão Anna Nery.

À mesma época, em 1943, em São Paulo, foi inaugurado o curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem de São Paulo: o cerimonial incluiu aula inaugural, proferida por Edith de Magalhães Fraenkel, então diretora da instituição. Embora a primeira turma contasse com um total de trinta e oito alunas inscritas, apenas dezesseis (quase todas do Estado de São Paulo<sup>63</sup>) concluíram o curso, à exceção de uma aluna natural do Estado da Bahia<sup>64</sup> (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. CX 19. Doc. 8(4); CARVALHO, 1976, p. 41 e 251).

Ainda em 1943, criou-se a Escola de Enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo<sup>65</sup>, em Goiânia/Goiás e a Escola de Enfermagem São Vicente de

---

<sup>63</sup> Amália Corrêa de Carvalho, Clélia Mainardi, Dinah Alves Coelho, Elizabeth Barcelos, Eulina Bastos, Filomena Chiarello, Maria Conceição Leite Aranha, Maria José Almeida Leite, Maria Salomé Coura, Maria Silvana Teixeira, Marília de Dirceu da Cunha, Nahyda de Almeida Velloso, Ophélia Ribeiro, Zaira Bittencourt, Zuleika Mendonça Kannebley (CARVALHO, 1980, p. 251).

<sup>64</sup> Carmen Alves de Seixas

<sup>65</sup> Equiparada pelo Decreto nº 15.495, de 9 de maio de 1944.

Paulo<sup>66</sup>, em Fortaleza/Ceará, ambas pertencentes à mesma ordem religiosa. Esses estabelecimentos contribuíam timidamente para incrementar o quantitativo de enfermeiras para o campo da enfermagem, pois, considerando a década de 40, a primeira titulou 42 enfermeiras, desde a sua criação, correspondendo a 5,73% do total de enfermeiras formadas no mesmo período, e a segunda apenas 22 enfermeiras, equivalente a 3,33% do total. Apesar disso, essas escolas representavam mais duas instituições religiosas no contexto do campo da educação em enfermagem.

Sob outro ângulo, a criação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) nesses Estados seria uma forma de ampliar a representatividade das enfermeiras religiosas junto à categoria. Vale registrar que a Associação Brasileira de Enfermagem de Goiás foi criada em 14 de março de 1948, por iniciativa de um grupo de enfermeiras da Escola de Enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo, localizada naquele estado. A diretora, Irmã Mônica Lima, diplomada pela EAN, também foi a primeira presidente da ABEn-seção Goiás (Silva; Teixeira; Lima, 2001, p. 512).

É interessante destacar que a primeira presidente da ABEN-seção Ceará foi a diretora da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, Irmã Cecília Fernandes, também diplomada pela EAN. Além disso, a primeira sede da Associação foi a própria Escola de Enfermagem.

Esses dados indicam que, ao mesmo tempo em que essas dirigentes representavam os interesses da enfermagem através das respectivas associações regionais, não deviam ignorar os interesses da instituição religiosa e das próprias escolas às quais estavam diretamente vinculadas (ALMEIDA; COSTA; JORGE, 2001, p. 289).

---

<sup>66</sup> Equiparada pelo Decreto nº 21.855, de 26 de setembro de 1946.

Essas diretoras religiosas, ao atuarem também como presidentes da ABED, tinham oportunidade de utilizar o capital religioso acumulado e concorrer para o exercício legítimo do poder religioso. Como analisou Bourdieu (1992, p. 57), trata-se de um *“poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um habitus religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações”*

Como ressaltai anteriormente, essas enfermeiras fizeram parte do primeiro grupo de religiosas a conquistar o título na EAN e a participação de Laís foi fundamental para a inserção do grupo no curso de enfermagem da EAN.

Em 1943, Clara Louise Kienninger encerrou suas atividades como representante do IAIA/SESP e retornou para os Estados Unidos da América, sendo então substituída por Gertrude Hodgman.

Diversas alunas e enfermeiras, trajando o uniforme oficial da EAN, acompanharam o embarque de miss Kienninger. Entre elas, destacam-se: Laís Netto dos Reys, Jerônima Mesquita, Olga Salinas Lacorte e Maria de Castro Pamphiro. Antes do embarque de Kienninger, um grupo seletivo de professoras a acompanhou em um almoço de despedida, no restaurante do próprio aeroporto. Este grupo era composto por: Olga Lacorte, Laís Netto dos Reys, Clara Kienninger, Maria de Castro Pamphiro, Zaíra Cintra Vidal, Josefina Brito, Marina Bandeira de Oliveira, Heloísa Veloso, Maria Withe Fernandes, Cecy Clausen, Iracema N., Juracy P., Rosali Taborda, Edméa C. Velho, miss Murray, Elisa Picoreli, Emília Cré, Maria F. Reis, Ruth Barcelos e Matilde Acioli (CD. EEAN/UFRJ. Acervo fotográfico. 4.22.1250.1; 4.22. 1252.1).

Esta despedida encerrou o período de embates acadêmicos pelo poder de enunciar os novos rumos da enfermagem brasileira, uma vez que Laís não se submetia ao comando da representante americana do IAIA/SESP.

Ainda sob a influência do projeto IAIA/SESP, na formação de recursos humanos para a enfermagem, foram criadas, em 1944, duas escolas de Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, a Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo<sup>67</sup>, no Distrito Federal e a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro<sup>68</sup>, em Niterói.

Esta última foi criada em 1944 e contou com a colaboração do governo do Estado do Rio de Janeiro, da Legião Brasileira da Assistência – LBA e do SESP (COC. Departamento de Arquivo e Documentação. SESP. Cx. 16. Doc. 54).



---

<sup>67</sup> Equiparada em 27 de janeiro de 1949, através do Decreto nº 26.251.

<sup>68</sup> Decreto Estadual nº 11.030, de 19 de abril de 1944, e equiparada em 27 de janeiro de 1947, através do decreto nº 22.526.

**Foto nº 6:** Criação da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1944. Localização: Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. Cx. 19.

O cenário é a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde, sob a presidência do Interventor Federal, foi assinado o Decreto-Lei nº 1.130 que criava a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, na presença de diversas autoridades e em meio a aplausos, (FERNANDES, 1964, p.10).

No plano principal da foto, vêm-se cinco pessoas. Os elementos da composição parecem evidenciar uma mesa e são eles, da esquerda para a direita: Adelmo de Mendonça, diretor de Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro; Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do Presidente da República e esposa do interventor do Estado do Rio de Janeiro, representando a presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA); Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde; o Comandante Amaral Peixoto, interventor do Estado do Rio de Janeiro e Einor H. Christopherson, representante, no Brasil, da Divisão de Saúde e Saneamento do IAIA.

A ausência da enfermeira Aurora de Afonso Costa no registro fotográfico pode ser justificada pelo fato de que, na ocasião da assinatura do referido Decreto-Lei, ela ainda não havia sido nomeada, o que ocorreu apenas em 9 de outubro de 1944, após ter sido escolhida em meio a outros nomes sugeridos por Laís Netto dos Reys (FERNANDES, 1964, p.13).

Vale dizer que, desde 1942, o governo ampliava sua representação para as instituições profissionais e os órgãos governamentais (CAMARGO, 1999, p. 17), como foi o caso da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, em cujo evento, assumiram a condição de representantes do Estado centralizador, o ministro da

Educação e Saúde, a presidente da LBA, e, na esfera política mais direta, o interventor federal no Rio. Garantiu-se, dessa forma, a presença de um governo definido como populista. Esses mandatários do Estado atuaram, portanto, como detentores do monopólio da violência simbólica legítima, o que ocorreu através da nomeação oficial dos mesmos (BOURDIEU, 2001, p. 146).

Um fato que merece relevo relaciona-se com a data de fundação da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro: 19 de abril, dia do aniversário do presidente Getúlio Vargas, o que certamente não se deu ao acaso. Cumpre lembrar que, no governo de Vargas, eram comuns tais estratégias que objetivavam a mitificação do ditador, em grande parte, através de desfiles, manifestações e programas de rádio, com ênfase no que seriam as suas qualidades pessoais, tais como: “coragem, magnanimidade e singeleza” (CAMARGO, 1999, p. 17).

A esse respeito, é importante considerar o importante papel da comunicação, eis que, de acordo com Bourdieu (2001, p. 11), é na condição de instrumentos de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, e assim, colaboram para garantir a dominação de uma classe sobre a outra, caracterizando, desta forma, a violência simbólica impressa através das relações de comunicação.

A cerimônia de inauguração da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1944, mereceu destaque na imprensa escrita. Em uma delas, intitulada: “*Inaugurados o Educandário Vista Alegre e a Escola Fluminense de Enfermagem*”, destacou-se a presença das inúmeras autoridades que prestigiaram o evento. Dentre elas, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema; a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, presidente da LBA; o interventor do Estado do Rio de

Janeiro, comandante Amaral Peixoto; Monsenhor Barros Uchôa, representando o Bispo Diocesano de Niterói; Sr. Einor Christopherson, chefe da Missão Técnica do IAIA; Sr. Adelmo de Mendonça, diretor de Saúde Pública do Estado do Rio; Profº Barros Terra, diretor da Faculdade Fluminense de Medicina; a Sra. Laís Netto dos Reys, diretora da EAN e a sra. Aurora de Afonso Costa, ex-aluna da EAN e, primeira diretora da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro (COC. DAD, SESP, cx 16, Doc. 53).

A Escola do Estado do Rio de Janeiro, no entanto, somente iniciou seu curso de Enfermagem em 1945 e, em 1948, como previa o ministro Gustavo Capanema, já era reconhecida pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), como consta do Relatório (NT – RJA – 1) de março de 1948, na Nurse Training Division (NTD) do SESP, assinado por Clara Curtis, representante do Programa de Treinamento de Enfermagem, no Rio de Janeiro (COC. DAD. SESP. Cx. 19. Doc. 8(1)).

A Escola de Enfermagem da Prefeitura do Rio de Janeiro, também chamada de Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo, foi criada em 16 de fevereiro de 1944, através do Decreto-Lei nº 6.275. Em julho do mesmo ano, Zaíra Cintra Vidal, diplomada na segunda turma da EAN, onde atuou como professora e instrutora até ser transferida, “em comissão (lotação temporária)” para a prefeitura do Rio de Janeiro, para exercer a função de diretora dessa instituição. No ano seguinte, em janeiro de 1945, assumiu formalmente a direção da respectiva escola de Enfermagem (COC. DAD. SESP. Cx. 31. Doc. 31).

Ainda não são claros os motivos que levaram a Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo a inaugurar o seu curso de enfermagem apenas em 1948, tendo esta sido criada no mesmo ano que a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro.

Também em 1944, sob influência do SESP, criou-se a Escola de Enfermagem do Pará<sup>69</sup>. A participação do SESP naquele Estado consistia, principalmente, no desenvolvimento de atividades essenciais de saúde pública, traduzindo-se na necessidade de expansão dos serviços e de pessoal de enfermagem. Diante disso, o SESP envolveu-se em um projeto de ampla cooperação no campo de ensino de enfermagem (GOMES, 2001, p.2).

O autor mencionado (2001, p. 2-4) relata ainda que a reforma dos serviços de saúde, promovida pelo então Diretor do Departamento Nacional de Saúde, João de Barros Barreto, com significativo destaque ao controle e vigilância das doenças transmissíveis, foi importante para a criação da Escola de Enfermagem do Pará, pois, funcionaria como alicerce para a Reforma Barros Barreto naquela região.

Assim, é que foi criada, em 12 de novembro de 1944, a Escola de Enfermagem do Pará, atual Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará. A primeira diretora foi Mabel Faust, enfermeira Canadense, a quem coube a missão de estruturar e coordenar o curso. A primeira turma teve início em julho de 1945 e a formatura do primeiro grupo foi em 1949, mesmo ano em que a instituição obteve o reconhecimento.

Não obstante o contexto favorável da época, prosseguiu-se na criação de escolas de enfermagem católicas, em diferentes regiões do país, como é o caso da Escola de Enfermagem Hugo Werneck<sup>70</sup>, entidade pertencente à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Com um histórico de cursos na área de enfermagem<sup>71</sup>, a Escola de Enfermagem Hugo Werneck, foi criada em 08 de março de 1945, nos

---

<sup>69</sup> Criada através do Decreto nº 174 e, cujo nome foi alterado onze dias após, por outro Decreto estadual (nº 181), para Escola de Enfermagem Magalhães Barata.

<sup>70</sup> Atual Escola de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>71</sup> Em 1916 realizou o curso de parteiras para as senhoras da sociedade com maior capital cultural e social, com o objetivo de capacitá-las para a assistência obstétrica nos partos normais. Este curso

moldes da Escola Anna Nery, adotando, a partir de 1948 o mesmo regulamento vigente na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, resguardando os pontos onde pudesse haver oposição ao estatuto e o regimento interno da Santa Casa de Misericórdia (ARTACHO e FURTADO, 1962, p.84 - 85).

Segundo as mesmas autoras (1962, p. 85), em 1948, formou-se a primeira turma de alunas da Escola de Enfermagem Hugo Wernwix. No mesmo ano, a diretora da escola, Irmã Stella Artacho e suas assistentes intensificaram os esforços no sentido de contornar as várias dificuldades vividas pela escola e conseguir as condições necessárias para obter reconhecimento do curso.

No ano seguinte, 1949, a escola foi submetida à inspeção pela enfermeira Isaura Barbosa Lima, conquistando o reconhecimento em 21 de julho do mesmo ano<sup>72</sup>. Ainda em 1949, foram entregues os diplomas às alunas de três turmas já formadas pela escola.

Em 01 de agosto de 1945, mais uma escola de enfermagem de orientação católica foi criada, qual seja, a Escola de Enfermagem da Medalha Milagrosa, atual Escola de Enfermagem Nossa Senhora das Graças<sup>73</sup>, mais tarde, incorporada à Universidade Estadual de Pernambuco. Este estabelecimento foi reconhecido através do Decreto nº 27.281 de 30 de setembro de 1949, publicado no DOU de 6 de outubro de 1949. A primeira diretora foi a Irmã Germaine Chabas, sucedida pelas Irmãs Lídia de Paiva Luna e Catarina Cola, respectivamente, tendo sido essas últimas diplomadas pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas (Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem. Nuphebras. EEAN/UFRJ).

---

funcionou até 1949; temporariamente, foi criado o curso de “enfermeiros e padioleiros de guerra”, em 1917; e, em 1932, realizou cursos intensivos de preparação de práticos de enfermagem.

<sup>72</sup> Decreto Federal nº 26.920.

<sup>73</sup> Desde a sua criação até 1950 foi denominada de Escola de Enfermagem Medalha Milagrosa, quando teve o nome alterado para Escola de Enfermagem Nossa Senhora das Graças, até 1967. A partir daí passou a denominar-se Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças. Em 1967 passou a integrar a

Paralelamente, desde 1944, organizaram-se dois movimentos associativos, para assegurar os interesses específicos das religiosas católicas: a União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB), sociedade sem fins lucrativos e a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB). A UREB foi criada em 1944<sup>74</sup>, por iniciativa da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, sob a liderança de Madre Marie Domeneuc, fundadora da escola e membro atuante da ABED, para funcionar como órgão técnico indispensável ao apostolado católico.

O estatuto da UREB previa a criação de um centro de estudos das questões médico-sociais de interesse para o apostolado; de um organismo de assistência médica para assistir as religiosas doentes e de uma Escola Superior, para aperfeiçoar as enfermeiras titulares, encarregadas do ensino da enfermagem ou da direção de serviços de saúde.

A administração da UREB era constituída pela Assembléia Geral<sup>75</sup>, pelo Conselho Diretor<sup>76</sup> e pela Presidente. O mesmo estatuto definiu que haveria uma Assembléia Ordinária da UREB, independente de convocação, na sede social, no dia 18 de julho de cada ano, por se tratar de data comemorativa de São Camilo de Lellis (CD. EEAN/UFRJ. Cx. CPC. Doc. 01).

Com a finalidade de discutir e estabelecer estratégias para melhor inserção das religiosas no campo da educação em enfermagem, além de ampliar a visibilidade do movimento, a UREB organizou, em novembro de 1944, o Primeiro

---

Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), atual Universidade de Pernambuco (UPE) (Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem. Nuphebras. EEAN/UFRJ).

<sup>74</sup> Em 18 de maio deste mesmo ano, foi fundado o primeiro núcleo da UREB, no Rio de Janeiro, durante um encontro de religiosas enfermeiras de várias congregações católicas, contando na ocasião com a orientação do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, d. Jaime de Barros Câmara (CARVALHO, 1976, p. 417).

<sup>75</sup> Era constituída por todas as sócias fundadoras e efetivas (CD. EEAN/UFRJ. Cx. CPC. Doc. 01).

<sup>76</sup> Constituído por uma presidente, uma vice-presidente e seis conselheiras eleitas pela Assembléia Geral, com mandato de três anos (CD. EEAN/UFRJ. Cx. CPC. Doc. 01).

Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, em São Paulo, sob a presidência do cardeal arcebispo dessa cidade, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota.

Este evento, que contou com a participação de várias religiosas, dentre essas, Madre Marie Domeneuc, recomendava em uma de suas resoluções, a criação de dois tipos de escolas, destinadas ao ensino de enfermagem às religiosas: uma para o ensino superior de enfermagem, conforme previa o estatuto da UREB, que deveria funcionar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cuja finalidade seria “*o preparo de enfermeiras para a docência a fim de melhorar o nível e a eficiência das escolas católicas*”, e outra, de ensino médio<sup>77</sup>.

A proposta de criação de um estabelecimento de ensino superior de enfermagem não chegou a ser implementada (CD. EEAN/ UFRJ. Cx. CPC. Doc. 01). No entanto, no que se refere a cursos de nível médio para a enfermagem, na década de 40, foram criados 11 cursos de auxiliar de enfermagem, sendo 4 vinculados a instituições religiosas católicas, correspondendo a 36, 36% do total. Na década seguinte, o número de cursos de auxiliar de enfermagem cresceu de forma significativa. Certamente, este fenômeno manteve nexos com a legalização dessa categoria, através da promulgação da Lei 775/ 49.

O investimento das Congregações católicas nesse nível de formação também foi bastante expressivo ao longo da década de 50, pois, dos 45 cursos de auxiliares de enfermagem criados nesse período, 18 (40%) estavam vinculados a instituições católicas<sup>78</sup> (SESP, 1959).

---

<sup>77</sup> O ensino médio aqui tratado refere-se ao curso de auxiliar de enfermagem, cuja formação não era de nível superior, como acontecia com a formação de enfermeira.

<sup>78</sup> Para se obter esses números, foi considerado o vínculo do referido curso com instituições católicas, ou procedida uma associação entre o nome do curso e uma personagem católica ou a figuras santificadas da Igreja Católica. Além disso, foi possível constatar que até junho de 1954 existiam 11 cursos de auxiliares de enfermagem católicos (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. 1954), portanto, um acréscimo de 7 cursos nos 5 anos seguintes.

Desta forma, era bem sucedida a estratégia definida pela UREB, quanto à formação de pessoal de nível médio, incorporando a ideologia católica. Dessa forma, criaram-se as condições necessárias para preservar a luta pela ocupação do espaço de atuação da enfermagem.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazi-facismo, verificaram-se mudanças significativas nas relações internacionais, caracterizadas pelo fim da hegemonia européia. À época, teve início uma nova fase histórica, sob o signo da bipolaridade, em que os Estados Unidos e a União Soviética demarcaram vigorosamente o conflito ideológico, na dinâmica das relações internacionais (SANTOS; MACHADO; GONÇALVES, 2002, p. 323). A Guerra Fria colaborava para acentuar o radicalismo dos discursos e das alternativas formuladas na arena política brasileira: por um lado, a conjuntura política internacional estimulava o discurso nacionalista, por outro, a ameaça de mobilização das massas sustentava o receio de que a conjuntura nacional favorecesse a “comunização” do país e a instauração de uma ‘república sindicalista’ (FERREIRA e SARMENTO, 2002, p. 475).

No bojo dessa tensão política que predominava na Capital Federal, em junho de 1946, a sede da UREB foi transferida para São Paulo, afastando-se, portanto, do cenário em que se intensificaram os embates políticos no plano nacional. Dessa forma, a UREB foi acolhida pela Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e, sob a liderança de Madre Domeneuc, definiu as diretrizes políticas importantes para assegurar o poder e prestígio às religiosas enfermeiras.

Em julho de 1946, promoveu-se o segundo Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas. Nesse conclave, as participantes recomendaram que a UREB aderisse à ABED e, desta forma, colaborasse com as enfermeiras seculares. A UREB

foi representada na Associação através do seu Conselho Técnico Administrativo (CARVALHO, 1976, p. 418).

A aproximação com a ABED tinha o apoio de Madre Domeneuc, que manifestava preocupação com a “*separação em grupos que se prenunciava*” na enfermagem. Além do mais, Madre Domeneuc defendia que apenas um congresso de âmbito nacional seria capaz de unir as enfermeiras. Nesse sentido, sugeriu que fosse criado tal congresso, o que aconteceu um ano após, em 1947, com a sua participação efetiva e de outros membros da UREB<sup>79</sup>, dentre as quais mereceu destaque a presença de Irmã Matilde Nina, a primeira religiosa a obter o diploma de enfermeira no Brasil e fundadora da Escola de Enfermeiras Luíza de Marillac.

Ao mesmo tempo, a UREB incentivou as congregações religiosas à criação de escolas de enfermagem de ensino médio e superior e encaminhamento de suas religiosas para as escolas de enfermagem (CARVALHO, 1976, p. 418). Vale recordar que a diretora da EAN, em outros momentos, também estimulou a presença dessas religiosas nas escolas de enfermagem, sobretudo naquelas sob sua gerência: Escola de Enfermagem Carlos Chagas e Escola Anna Nery.

A UREB também criou, em 4 de abril de 1948, na Vila Betânia, em São Paulo, a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB), sob a benção apostólica de sua Eminência o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo, e na presença de sua Excelência d. Antonio Maria Alves Siqueira, Bispo Auxiliar de São Paulo. Criada sob o lema “UBI CARITAS, IBI CHRISTUS, que significa: “onde está a caridade, aí está Cristo”, a UCEB pretendia funcionar como elo de aproximação do entendimento entre as enfermeiras católicas leigas e as religiosas.

---

<sup>79</sup> Não foi possível a identificação dessas religiosas enfermeiras no I Congresso Nacional de Enfermagem, nem obter informações relativas ao quantitativo de religiosas.

Assim, cabia a essa organização “*desenvolver, proteger e encorajar a vida espiritual, profissional, cultural e social das enfermeiras católicas*”.

O Boletim nº 4, instrumento de divulgação oficial da UCEB, explicita a dimensão do investimento de seus membros para difundir os valores católicos na enfermagem brasileira, ao registrar textualmente: “ *o pensamento e os esforços individuais, nela [ na UCEB ] se unificam, tornando-se uma força poderosa de ação católica na profissão da enfermagem*” (CD. EEAN/UFRJ, Cx. CPC. Doc. 15).

A UCEB teve sua primeira diretoria eleita durante o II Congresso Nacional de Enfermagem, com Celina Viegas escolhida para a presidência; Cecília Pêcego Coelho, como vice-presidente; Aurea Marques da Silva, 1ª secretária; Flora Mesentier, 2ª secretária e Cecília Sete Torres, como tesoureira. Na oportunidade, Laís Netto dos Reis também foi eleita, por aclamação, presidente de honra da entidade (CD. EEAN/ UFRJ. Cx. CPC. Doc. 21).

A distinção dispensada à diretora da EAN demonstrava reconhecimento pelo empenho de Laís Netto dos Reis, enquanto importante líder católica da enfermagem brasileira, em função do desenvolvimento da enfermagem religiosa.

Investindo, de modo a preservar os interesses católicos no campo da enfermagem, a UCEB, através ds seções diocesanas, ofereceu aos seus membros várias alternativas de atividades, objetivando a “*recristianização da sociedade, no setor de enfermagem*”. Para tanto, atribuiu aos membros dessa organização católica algumas responsabilidades, tais como: manter a unidade das enfermeiras católicas na sua profissão; preservar a prática dos ideais cristãos; habilidade para responder algumas questões de princípios cristãos e, retidão na vida pública. Unindo esses atributos, a enfermeira católica estaria apta a “*exercer uma influência profunda na difusão, na defesa e na aplicação dos princípios católicos*” (CD. EEAN/UFRJ. Cx. CPC. Doc. 15).

A UCEB deveria ser constituída por enfermeiras diplomadas por escolas de enfermagem oficiais ou reconhecidas e registradas na Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde. Para as enfermeiras católicas brasileiras, membros da UCEB, a criação dessa organização nacional representava resposta concreta à recomendação do Papa Pio XI, no Congresso das Enfermeiras Católicas, realizado em Roma, no período de 25 a 29 de agosto de 1935. Na oportunidade, o referido Papa defendeu: *“Eis o que é preciso fazer antes de mais nada, custe o que custar – união. E não há união verdadeira e duradoura na atividade exterior, se não houver união de pensamento, união profunda e interior de sentimento”* (CD. EEAN/UFRJ. Cx. CPC. Doc. 15).

O investimento da Igreja Católica, através da UREB e, mais tarde, com a participação da UCEB, possibilitou ampliar o período de atuação de religiosas enfermeiras nas instituições hospitalares, pois estas associações mobilizavam-se para oferecer melhor qualificação às religiosas que atuavam no cuidado de enfermagem, ao mesmo tempo que incentivavam a criação de outras escolas de enfermagem católicas e também de cursos de auxiliares para religiosas. Além disso, o materialismo e o paganismo contemporâneos eram objeto de grande preocupação por parte da Igreja Católica<sup>80</sup> (CRUZ, 1954, p. 89 - 91).

Adicionalmente, desde 1935, por ocasião do Conselho Internacional de Enfermagem, realizado em Roma, o Cardeal Pizzardo solicitou às congressistas que votassem algumas resoluções<sup>81</sup>, entre as quais merece relevo a que apresentava como exigência a concentração de esforços das enfermeiras católicas, religiosas e leigas no

---

<sup>80</sup> A preocupação da Igreja Católica com a visão materialista e agnóstica que se intensificava no mundo contemporâneo era tão significativa que, também o IV Congresso Internacional de Enfermagem, realizado em Roma, em 1950, estabeleceu resoluções que serviam de linhas mestras para nortear a formação profissional da religiosa enfermeira no Brasil, condensando os princípios fundamentais que preceituavam o respeito à pessoa humana, defendendo-a do materialismo e paganismo contemporâneos (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. 1954).

sentido de “*reconduzir as almas desgarradas à concepção verdadeiramente cristã da vida, do dever, e do sofrimento*” (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. 1954).

Nessa linha de pensamento, em atenção às determinações do apostolado católico, tanto a UREB quanto a UCEB, tiveram papel destacado, no intuito de defender através da enfermagem, o “*crístianismo autêntico, respeitador de todos os princípios da moral cristã*”, considerando a pessoa humana, tanto na sua vida física e psíquica, quanto na sua vida familiar e social (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. 1954).

No que diz respeito às discussões acerca dos problemas de enfermagem, Laís promoveu, em fevereiro de 1944, na Escola Anna Nery, a Segunda Reunião de Diretoras de Escolas, para estudo dos problemas da enfermagem. Na ocasião, tratou-se da participação das Escolas de Enfermagem no Congresso Pan-americano de Enfermagem, previsto para o mesmo ano, no Rio de Janeiro, além de outros pontos, como o Curso de Enfermagem de Guerra, Curso de Auxiliares de Enfermagem, Programa Mínimo para Escolas de Enfermagem, Regulamentação da Profissão e Inspeção de Escolas de Enfermagem.

O encontro contou com a presença da Diretora da EAN, Laís Netto dos Reys (Escola de Enfermagem Anna Nery), de Edith Fraenkel – Escola de Enfermagem de São Paulo; Maria Rosa Pinheiro – Instituto de Higiene de São Paulo; Irmã Breves – Escola São Vicente de Paulo; Madre Domineuc – Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo; Irmã Luna – Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo; Irmã Matilde Nina – Escola de Enfermagem Luíza de Marillac; Maria de A . Damião – Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo; Olga Salinas Lacorte – chefe da Divisão de Ensino da EAN e Radiclif G. Dourado, enfermeira da EAN.

---

<sup>81</sup> Essas resoluções foram aprovadas por unanimidade e com grande entusiasmo.

Durante a distribuição da pauta pelas representantes que se encontravam nesta reunião, Edith Fraenkel solicitou a substituição do tema que lhe caberia, Organização do Congresso Pan-americano, pelas inspeções de Escolas de Enfermagem. Como justificativa, referiu a obtenção de *“farta documentação a respeito do tema que havia compilado nos Estados Unidos”*. Não houve oposição à demanda de Edith Fraenkel; porém não houve tempo hábil para a discussão do assunto, nessa reunião (CD. EEAN/ UFRJ. Ata da 2ª Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem).

As reuniões preparatórias para a Terceira Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem aconteceram em setembro de 1944, no Pavilhão de Aulas da EAN. A pauta previa a retomada das discussões acerca da criação dos Cursos de Auxiliares de Enfermagem, da inspeção de Escolas de Enfermagem e da regulamentação da carreira de Enfermagem. Para tratar desses temas, compareceram: Laís Netto dos Reys, Edith Fraenkel, Maria de Castro Pamphiro, Waleska Paixão, Irmã Luna, Zaíra Cintra Vidal – diretora da Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo, Aurora de Afonso Costa – Diretora da Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de iniciada a distribuição dos trabalhos propostos, Laís levou ao conhecimento do grupo um episódio que lhe causou estranheza e que precisaria ser esclarecido nesta reunião. Dizia respeito a um telefonema de Edith Fraenkel comunicando que a Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, dirigida por Madre Domineuc, preparava-se para a realização da 3ª Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem na cidade de São Paulo. Laís afirmou que não havia sido comunicada por Madre Domeneuc e que não havia ficado decidida qualquer mudança acerca do local onde deveria acontecer esta reunião.

É muito interessante registrar que a diretora da Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, Madre Marie Domeneuc não estava presente nesse evento. (CD. EEAN/ UFRJ. Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem).

A posição das representantes das escolas de Enfermagem acerca da criação e organização dos cursos de auxiliares de enfermagem era tão divergente que ocupou a maior parte do tempo destinado à reunião. Por isso, mais uma vez, não foi possível apreciar a temática referente à inspeção das escolas de enfermagem. As divergências envolvendo a criação de cursos de auxiliares de enfermagem sustentavam-se, por um lado, no entendimento da necessidade premente de outra categoria na enfermagem, formada sob os auspícios de uma enfermeira diplomada, para assessorá-la, pois, na prática, o cuidado de enfermagem estaria sendo exercido por pessoas destituídas de qualificação técnica, como defendiam Maria de Castro Pamphiro (diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto) e Laís Netto dos Reys. Por outro lado, Waleska Paixão (diretora da Escola de Enfermagem Carlos Chagas) defendia que os auxiliares de enfermagem poderiam representar ameaça à enfermeira, por concorrer pelo mesmo espaço de atuação, como era possível observar, na ocasião, em concursos públicos (CD. EEAN/ UFRJ..Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1944).

Outro ponto de conflito acerca do curso de auxiliar de enfermagem era em relação ao local onde o mesmo deveria acontecer. Laís Netto dos Reys entendia que o curso deveria ser desenvolvido em anexo às escolas de enfermagem. Irmã Matilde Nina (diretora da Escola de Enfermagem Luíza de Marillac) partilhava da mesma opinião e argumentava não acreditar que a formação dos auxiliares de enfermagem, em articulação com as escolas de enfermagem seria suficiente para nivelá-las com as

enfermeiras diplomadas. No seu entendimento, isso só era possível em função da ausência de fiscalização do exercício profissional.

Em contrapartida, Edith de Magalhães Fraenkel (diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo) defendia que a formação prática fosse adquirida nos hospitais onde trabalhassem enfermeiras diplomadas, ao passo que Ella Hasenjaeger (assessora da Escola de Enfermagem de São Paulo) desaconselhava que os cursos de auxiliares de enfermagem ocorressem junto às escolas de enfermagem. Ela apoiava seu ponto de vista no argumento de que, nos Estados Unidos, experiência semelhante resultou em alguns problemas, mesmo considerando a existência de legislação específica naquele país (CD. EEAN/ UFRJ. Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1944).

No que se refere ao tempo adequado para a formação do auxiliar de enfermagem, Edith Fraenkel defendia que o mesmo deveria acontecer de forma intensiva, num período de três meses, ao passo que, para sua assessora, Ella Hasenjaeger, um tempo inferior a 9 meses seria insuficiente para a aquisição de habilidades mínimas, mas permitiria que a auxiliar de enfermagem se julgasse apta a prestar cuidados de enfermagem na sociedade.

Diante dos pontos divergentes, Waleska Paixão manifestou sua preocupação no sentido de que as enfermeiras permanecessem unidas, até que se encontrasse uma solução. Após vários períodos de prolongados debates, envolvendo a criação do curso de auxiliar de enfermagem, foi aprovado pelo grupo de diretoras, o que segue: O referido curso poderia acontecer em articulação (ou não) com as escolas de enfermagem; deveriam ser dirigidos por enfermeiras diplomadas e a duração seria de 9 meses (CD. EEAN/ UFRJ. Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1944).

Essa aprovação pelo grupo de diretoras atendia, de certa forma, aos termos do ofício nº 925/43, enviado por Laís ao Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a quem coube coordenar a cerimônia de conclusão da 1ª Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem, realizada no período de 20 a 27 de novembro de 1943, no Pavilhão de Aulas da EAN, onde se previa, dentre outras coisas, que: *“se resolva o problema de falta de assistência ao doente no Brasil, em virtude de falta de enfermeiras, criando-se um corpo auxiliar para as enfermeiras, com formação própria, feita nas escolas de enfermagem”* (CD. EAN/UFRJ. As pioneiras. Cx. 04. Doc. 24. 1943).

Essa conquista representou a liderança de Laís junto ao grupo ali representado; ainda mais, reforçava seu prestígio junto a importantes autoridades do campo da saúde e da educação, tais como: o Ministro da Educação e Saúde e o Reitor da UB.

Em 1945, houve duas outras reuniões de Diretoras de Escolas de Enfermagem, sob a presidência de Laís Netto dos Reys. A primeira ocorreu em fevereiro (4ª reunião), Pavilhão de Aulas da EAN e contou com a presença de Maria Bandeira de Oliveira – chefe da Divisão de Organização Hospitalar; Gertrudes Hodgman – chefe da missão técnica do SESP; Leontina Gomes – chefe do Serviço de Enfermeiras do DNSP; Zilda Almeida de Carvalho – representante do Instituto de Higiene de São Paulo; Irmã Elizabeth Osório – representando a instrutora da Escola da Cruz Vermelha Brasileira. Nessa oportunidade, foram tratados dois assuntos: o projeto de regulamentação da profissão e do ensino de enfermagem.

A segunda ocorreu em julho (5ª reunião), no internato da EAN e envolveu a atuação de dois grupos distintos: por um lado, Clara Curtis e Ella Hasenjaeger, do IAIA/SESP e duas enfermeiras oficiais da Marinha americana (Stefany

Kosac e Dymphina Van Gorfo) que, pela própria condição de oficiais militares, em missão de esforço de guerra, apoiavam as posições pró-americanas. Do outro lado, encontravam-se as Irmãs Olive e Digna, da Universidade Católica de Washington/D. C., que sustentavam o bloco católico, também apoiado por religiosas brasileiras, tais como: Irmã Matilde Nina, Irmã Zoé, Irmã Odila Costa, Irmã Margarida Villac, Irmã Maria Jacinta da Silva, Irmã Maria S. Girard e Irmã Madre Marie Domeneuc (CD.EEAN/UFRJ. Atas de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem 1944. 1945).

Nessa oportunidade, foram tratados vários assuntos de interesse da categoria<sup>82</sup>, retomando-se os debates acerca do currículo mínimo, que culminou com um embate entre as posições defendidas por Madre Domeneuc e Edith Fraenkel. Madre Domeneuc e outras religiosas propunham o caráter facultativo ao estágio de Saúde Pública, argumentando que “...*pode permanecer no currículo, porém de forma facultativa, sendo o diploma acrescido da expressão ‘com ou sem Saúde Pública’*”. Por sua vez, a presidente da Sessão, Laís Netto dos Reys e Edith Fraenkel consideravam-no obrigatório, contra argumentando que “*excluir a Saúde Pública do Curso de Enfermagem é tirar o papel social da enfermagem*”.

No auge do debate, a presidente da sessão tentou, mais uma vez, sensibilizar o grupo acerca da importância dessa experiência ser mantida no currículo e acrescentou: “*Estamos em um país, onde nos deparamos com sérios problemas de saúde pública. Torná-lo facultativo é, sob o ponto de vista psicológico, eliminá-lo, e vamos dar margem a que as Assistentes Sociais invadam, como já vêm fazendo, a seara alheia*” (CD. EEAN/UFRJ. Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1945).

Mesmo com posições contrárias à retirada do Estágio de Saúde Pública do currículo, quando o mesmo foi posto em votação, venceu a posição defendida por Madre Domeneuc; ou seja, o estágio de Saúde Pública passou a ser facultativo (CD. EEAN/UFRJ. Ata de Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem. 1945).

A ausência de obrigatoriedade do Estágio de Saúde Pública era defendida pelas religiosas enfermeiras por solicitação do arcebispo do Rio de Janeiro (CD.EEAN/UFRJ. Atas da 5ª Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem), sob o argumento de que deveria concentrar os esforços do grupo de religiosas nos espaços hospitalares, onde realmente atuavam. Adicionalmente, contribuiria para resguardar as religiosas do contato direto com a população de ambos os sexos, de diferentes faixas etárias e fora do ambiente hospitalar, onde estavam acostumadas a exercerem suas atividades profissionais, sob a égide da disciplina através de normas e rotinas, as quais não se aplicariam ao ambiente doméstico.

Não obstante, um documento escrito pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema<sup>83</sup> exaltava o papel da Escola Anna Nery na formação de enfermeiras de saúde pública. Essa interpretação ultrapassa os limites do prestígio pessoal da diretora da Escola Anna Nery, alcançando o sentido do valor social desta instituição para o serviço de saúde pública do país. Nesse documento, o Ministro reconhece textualmente a escola enquanto centro difusor da Enfermagem Brasileira e refere que:

---

<sup>82</sup> a identidade da enfermeira face à outras profissões femininas, a participação das alunas de enfermagem na UNE e viabilidade da revista *Anais de Enfermagem* BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p. 164).

<sup>83</sup> Este documento localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV), encontrava-se no Arquivo Gustavo Capanema. Embora não conste de um destinatário, nem esteja datado, expressa o entendimento deste representante do Estado, quanto a importância da enfermeira nos serviços de saúde pública no país, pois, o título do documento é “Enfermeiras de Saúde Pública”.

sem enfermeiras suficientemente instruídas, com a sua mentalidade formada em um estabelecimento nos moldes da ‘Anna Nery’ não poderá haver perfeitos serviços de tuberculose, higiene infantil, enfim, um bom centro de saúde depende muito do seu corpo de enfermeiras (FGV, CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema).

O Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema também salientou a necessidade de criação de outras escolas de enfermagem em todos os estados, mas como entendia que ainda não era possível, sugeriu que *“os governos estaduais facilitassem a vinda de moças preparadas a fim de cursarem a Escola ‘Anna Nery’ que é o estabelecimento padrão para todo o país”* (FGV, CPDOC, arquivo Gustavo Capanema). Segundo seu entendimento, tal empenho se justificaria no sentido de *“facilitar o preparo destas indispensáveis auxiliares dos serviços de saúde pública, quando bem instruídas”* (FGV, CPDOC, arquivo Gustavo Capanema).

Nessa linha de pensamento, o papel da Escola de Enfermagem Anna Nery, bem como a atuação de sua diretora, eram considerados estratégicos para o Serviço de Saúde Pública brasileira, uma vez que produzia enfermeiras diplomadas para todo o território nacional.

Sob outro ângulo, poder-se-ia interpretar que se tratava de estratégia para garantir a presença do Estado, enquanto patriarcado público, caracterizado pelo poder centralizador e burocrático em todo país.

Não obstante, nesse mesmo documento, parecem bem demarcados os limites de atuação das enfermeiras ao denominá-las como *“...indispensáveis auxiliares dos serviços de saúde pública, quando bem instruídas”*.

Essa afirmação do Ministro instiga a análise da condição feminina nas relações de gênero, como formas particulares de relações de poder, visto que a enfermagem moderna é, historicamente constituída por mulheres e, inserida em campos

cujos agentes concorrentes são principalmente do sexo masculino, como: os médicos, os professores, entre outras carreiras. De forma análoga, Igreja é dirigida exclusivamente por homens, cujas alianças com o Estado têm sido sustentadas por lideranças predominantemente masculinas, ao longo dos tempos.

Nesse sentido, a enfermagem sofria, sobremaneira, os reflexos da construção histórica de um mundo organizado para a dominação masculina. Como ressaltou Bourdieu (1999a, p. 55-62), ambos se encontram inseridos num contexto de *economia das trocas simbólicas*, que confere ao homem o privilégio de sujeito e à mulher a condição de objeto, a ser negociado em favor do primeiro.

É importante destacar que a ABED acabava de criar a Divisão de Saúde Pública<sup>84</sup>, que, na prática, desde 1945, funcionava como associação à parte, com Diretoria, Conselho Fiscal e anuidade própria. Ainda assim, o grupo de religiosas conseguiu impor o interesse do grupo que representava (CARVALHO, 1976, p. 35).

Em 1946, o Estatuto da ABED sofreu alterações significativas<sup>85</sup>, passando a fazer parte da diretoria, as recém-criadas Divisão de Ensino de Enfermagem e a de Enfermagem de Saúde Pública, as presidentes das sessões estaduais<sup>86</sup>, a redatora

---

<sup>84</sup> Criada oficialmente em 1946, tinha sua atuação voltada para o acompanhamento dos problemas de Saúde Pública, investindo no desenvolvimento desse campo específico da enfermagem. Atuou efetivamente na organização do programa do I Congresso Nacional de Enfermagem, em 1947, apresentando como tema: “Saneamento da Amazônia” e a “Enfermagem de Saúde Pública na Amazônia e no Distrito Federal”. Além disso, produziu material bibliográfico sobre Saúde Pública (CARVALHO, 1976, p. 73 – 74).

<sup>85</sup> A ABED era anteriormente constituída de presidente; vice- presidente; 1ª e 2ª secretárias; 1ª e 2ª tesoureiras; bibliotecária; comissão consultiva, composta de sete membros, para assessorar a Associação nas questões abrangentes importantes para a categoria; comissão de cultura; comissão de publicidade; comissão de propaganda social, além dos cargos de representante dos Serviços de Enfermagem nos Estados e no Distrito Federal (CARVALHO, 1976, p. 32-32).

<sup>86</sup> ABED – Seção São Paulo (1946: 1ª presidente - Edith Fraenkel); Seção Distrito Federal (1946: 1ª presidente – Rosaly Tabora); Seção da Amazônia (1946: 1ª presidente – Tessie F. Williams – consultora do IAIA junto ao SESP, lotada no Programa da Amazônia de 1944 a 1950); Seção Minas Gerais (1947: 1ª presidente – Waleska Paixão); Seção Bahia (1948: 1ª presidente – Olga Verderese); Seção Goiás (1948: 1ª presidente – Irmã Mônica Lima); Seção Pernambuco (1949: 1ª presidente – Irmã Lidia de Paiva Luna) e Seção do Estado do Rio de Janeiro (1949: 1ª presidente – Ermengarda Alves F. Alvim). A Seção da Amazônia agregava os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, além dos territórios do Amapá, Acre e Guaporé (CARVALHO, 1976, p. 95 – 105).

da REBEn, quatro membros eleitos pelas Assembléia Geral, além dos Conselhos Fiscal e Deliberativo (CARVALHO, 1976, p. 34 - 35).

Vale ressaltar que, na primeira metade da década de 40, observava-se que, embora a Igreja católica apoiasse o Estado Novo, por entender que as reformas sociais desenvolvidas pelo governo de Getúlio Vargas inspiravam-se na doutrina social da Igreja, este apoio também se orientava no sentido inverso. É interessante registrar que as onze escolas de enfermagem criadas nesse período eram assim caracterizadas: sete eram vinculadas a igrejas, das quais seis de congregações religiosas católicas e as outras quatro eram públicas<sup>87</sup>. Ainda mais, na década de 40, foram inauguradas catorze escolas de enfermagem, sendo sete dependentes de congregações religiosas católicas, cinco estaduais, uma federal e uma municipal. A proliferação das escolas católicas evoluiu progressivamente por toda a década de 50, de modo que, até 1959, havia uma relação de 51,28% das escolas de enfermagem católicas (BAPTISTA e BARREIRA, 1997, p.38).

Durante as comemorações da 5ª Semana de Enfermagem, no Rio de Janeiro, em 1945, Laís, juntamente com um grupo de enfermeiras da EAN, foi recebida pessoalmente pelo Presidente da República, no Palácio do Catete. A visita integrou a Programação da Semana da Enfermeira, organizada por Laís Netto dos Reys.

---

<sup>87</sup> Escola de Enfermagem da USP (estadual), Escola de Enfermagem do Pará (estadual), Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro – atual Escola de Enfermagem da UFF (estadual) e a Escola de Enfermagem Hachel Haddock Lobo – atual Faculdade de Enfermagem da UERJ (municipal) (Baptista e Barreira, 1997, p.37).



**Foto nº 7:** Comitiva da Escola Anna Nery, em visita ao Palácio do Catete por ocasião da 5ª Semana de Enfermagem, em 22 de maio de 1945.

Trata-se de uma pose grupal, onde se observa, no primeiro plano, as seguintes figuras, da esquerda para a direita: Laís Netto dos Reys, diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery e Getúlio Vargas, presidente do Brasil. Ainda no primeiro plano, porém com certo distanciamento do presidente, vê-se um jovem não identificado, cujo traje ostenta, ao lado direito, inúmeras insígnias e condecorações e, na altura do bolso, na farda, uma identificação, própria dos ocupantes de funções militares. Esse jovem, ao ser fotografado, juntamente com as personalidades citadas, apresenta-se com um semblante de concentração e seriedade.

No segundo plano da foto, da esquerda para a direita, temos: Zaíra Cintra Vidal, diretora da Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo e presidente da ABED;

Marina Bandeira de Oliveira, enfermeira de saúde pública, formada pela Escola Anna Nery, com pós-graduação nos EUA; uma senhora não identificada, atrás de Laís e, entre esta e o presidente, Dona Diva Miranda Moura. Nessa foto, aparecem ainda duas senhoras também não identificadas, além de uma figura masculina, no canto direito. No momento do registro fotográfico, este não olhava para a objetiva da câmera fotográfica. Todos os presentes encontravam-se formalmente trajados, as mulheres em traje de passeio completo e os homens de terno ou farda.

O cenário é o Salão Amarelo do Palácio do Catete, à época, residência oficial da Presidência da República, onde se destacam as pinturas de temática mitológica do teto e os estuques que acompanham o mesmo estilo, além de um lustre de cristal de grande dimensão, com inúmeras lâmpadas<sup>88</sup>. Este ambiente era reservado às visitas ilustres ou autoridades em eventos sociais.

O texto fotográfico evidencia, mais uma vez, o prestígio de Laís Netto dos Reys, católica reconhecida e líder da enfermagem, junto ao governo, representado pela figura de Getúlio Vargas. A estratégia certamente foi frutífera no objetivo de ampliar a visibilidade da Semana da Enfermeira, ao mesmo tempo em que conferiu prestígio e distinção à EAN e outros estabelecimentos de educação da enfermagem brasileira.

Durante esse encontro, a professora da EAN, Lieselotte Ornellas, que não aparece na foto, fez um pronunciamento em nome das escolas de Enfermagem ali representadas. Na oportunidade, expressou a confiança e otimismo naqueles que conduziam o país, em função do que considerava serem portadores de uma “*visão esclarecida*”. Discorreu acerca da atuação da enfermeira de saúde pública e como essa

---

<sup>88</sup> Em visita realizada ao Museu da República, em 29 de dezembro de 2002, pude identificar que o recinto onde ocorreu o registro fotográfico trata-se do salão amarelo, nome este atribuído em função de sua decoração – cortinas e móveis – na tonalidade amarela. Este ambiente conserva, ainda, os desenhos na parede, no teto e o lustre originais. É o único ambiente com estas especificidades.

profissional poderia contribuir para que o cidadão brasileiro crescesse *“belo e forte e representasse um valor inestimável e não um peso negativo na economia da pátria”*. No discurso, apresentou ainda um panorama das condições de saúde no país e defendeu como indispensável a atuação da enfermeira, acrescentando que lhe cabia ainda a assistência *“aos soldados nas linhas de fogo onde ia sacrificar a própria vida, pela liberdade e segurança das gerações futuras”* (Lieselotte H. O. Acervo Pessoal).

Na mesma oportunidade, a enfermeira Lieselotte Ornellas, manifestou posicionamento crítico, dizendo que : *“se, por um lado, o trabalho da enfermeira exige vocação, desprendimento e abnegação; por outro, não seria justo que as sacrificassem, em função do número reduzido de enfermeiras e do salário exíguo a que lhes eram destinados”*.

Ao finalizar o discurso, Lieselotte afirmou que a enfermeira é a: *“emissária da saúde, moral, física e espiritual, teria que testemunhá-lo em sua própria vida, o que só poderia ser feito se lhe fossem propícias as condições de ambiente e de formação”* (Lieselotte H. O. Acervo Pessoal).

No bojo das estratégias instituídas pela Escola Anna Nery com o intuito de assegurar posições de poder e prestígio no campo, é exemplar a formatura da classe de 1945, levada a efeito em conjunto com a comemoração dos vinte anos da formatura da “Turma Pioneira”. Esse evento contou com a presença de ilustres autoridades da Educação, da Saúde, da igreja católica e das Forças Armadas.



**Foto nº 8:** Formatura da classe de 1945 e a comemoração dos vinte anos de formatura da “Turma Pioneira”. Localização: CD. EEAN/UFRJ. Arquivo Iconográfico.

O cenário é o salão de festas do internato da EAN, situado à rua Rui Barbosa, nº 762, estando presentes autoridades civis, militares e eclesiásticas. O jornalista e sanitarista J. P. Fontenelle foi o paraninfo da turma.

Merece idêntico destaque a presença do reitor da Universidade do Brasil (UB), Dr. Ignácio Manuel de Azevedo Lima, pois expressa a identificação do curso com o sistema universitário, uma vez que a EAN só passou a fazer parte da UB, como unidade autônoma, em 1946. A presença das autoridades militares no evento materializada mediante a presença do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no pós-

guerra, sugere reforço à tese de comunhão da direção da Escola com os militares e o reconhecimento da presença e do trabalho da enfermeira em conflitos de monta.

Ao fundo da composição fotográfica, pendia, quase que do teto até o piso, a bandeira da enfermagem, cujo símbolo do trevo vermelho encontrava-se unido à bandeira nacional por uma imagem de Anna Nery. A associação desses ícones traduz carga simbólica e emocional do grupo, uma vez que a bandeira nacional e a bandeira da enfermagem constituem símbolos e, através desses, uma profissão e um país proclamam sua identidade.

À frente do grupo das autoridades que prestigiavam a cerimônia de formatura havia duas alunas, cada qual portando uma bandeira. À esquerda, encontrava-se Radcliff G. Dourado, com a Bandeira Nacional e, à direita, Megan Xavier, segurava a bandeira da EAN.

As presenças marcantes no arranjo fotográfico que reúne autoridades civis, militares e religiosa constituem indicadores do poder e prestígio da Escola Anna Nery junto às instituições ali representadas. A esse respeito, uma das depoentes, Anna Nava, comentou: *“ela [d. Laís] era pessoa de renome, não só de família, como também entre as pioneiras, elas faziam um grupo de elite”*. Abordando a proximidade de Laís com o poder no Palácio do Catete, ela acrescentou que *“d. Laís tinha prestígio porque o irmão dela era do Palácio. Ela conseguia coisas que você nem faz idéia”*.

Outro depoimento esclarece a natureza das relações da diretora da Escola Anna Nery, com o mais alto mandatário do governo brasileiro, uma vez que, segundo o depoimento da professora Elvira de Felice Souza, teria Laís Netto dos Reis ido ao encontro do presidente, para cumprimentá-lo com um abraço solidário, no dia de sua deposição do cargo de Presidente da República.

Como ressaltai, o projeto IAIA/SESP iniciado no Brasil<sup>89</sup>, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, elaborou um relatório relativo ao sub projeto Anna Nery School<sup>90</sup>, onde se verifica avaliação paradoxal: embora considerasse a EAN como a maior e melhor escola de enfermagem do Brasil, afirmava que o intercâmbio era bastante desfavorável, devido ao criticismo da Escola Anna Nery, que resultava no “*espírito de antagonismo ao NTP (Nursing Training Programm)*” tanto por parte de algumas instrutoras, quanto de sua diretora (BARREIRA e BAPTISTA, 2002, p.211).

Devido à resistência desse grupo de enfermeiras da Escola Anna Nery, identificados pelos representantes do IAIA/ SESP, acrescentam as autoras (2002, p.211), elaborou-se uma política de amistosa colaboração em relação à Escola Anna Nery que, ao mesmo tempo, visava ampliar os canais de intercâmbio e cooperação com outras instituições e lideranças.

Em paralelo, a estratégia do Projeto IAIA/SESP investiu no sentido de minimizar o poder inerente à condição de escola oficial padrão, ostentado pela Escola Anna Nery desde 1931. Conforme explicitado no relatório do mesmo sub projeto Anna Nery School (NT – RJA – 14 – 2): “*Until 1942 this was the only school of nursing in Brazil recognized by the government as of ‘alto padrão’. In 1942 three other school were ‘equiparada’. None of this would be accredited in the U.S.A.*”<sup>91</sup> (Departamento de Arquivo e Documentação – Casa de Oswaldo Cruz – COC).

---

<sup>89</sup> Este projeto que objetivava ampliar o número de Escolas de Enfermagem no Brasil, e com isso o quantitativo de enfermeiras, era composto por vários sub – projetos. Para cada empreendimento junto a qualquer das escolas de enfermagem cabia um sub-projeto.

<sup>90</sup> Este sub projeto, identificado como “NT-RJA-14-2”, intitulado Anna Nery School, apresenta um breve histórico da Escola Anna Nery na formação de enfermeiras no Brasil. Apesar de reconhecê-la com a maior e melhor escola de enfermagem do país, entendia que era necessário alguns melhoramentos. Nesse sentido, contaria com a participação de Clara Louise Kienninger (primeira diretora da escola), em tempo integral, no período de 1942 a 1943, não alcançando o sucesso esperado (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP).

<sup>91</sup> Desde 1942 esta era a única escola de enfermagem no Brasil reconhecida pelo governo como de ‘alto padrão’. Em 1942 outras três escolas foram equiparadas a ela. Nenhuma destas seriam certificadas nos U.S.A.”. A tradução é minha.

A percepção de uma das depoentes sobre a qualidade do ensino na Escola de Enfermagem Carlos Chagas encontra ressonância no teor do relatório acima referido. A entrevistada recusou-se a estudar na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, em 1936, ano anterior a sua admissão no quadro de alunas da Escola Anna Nery, mesmo residindo no Estado de Minas Gerais, com a justificativa de que: “*a Escola [Carlos Chagas] ainda estava nos seus primórdios e era uma escola fraca*”. Reitero que essa avaliação é coerente com o que foi pontuado no relatório, no que diz respeito à qualidade do ensino.

Embora isolado esse depoimento parece repercutir opiniões de outras pessoas. Note-se que, à época, havia um número significativo de alunas procedentes do Estado de Minas Gerais, que vinham cursar enfermagem na Escola Anna Nery, nos primeiros anos após a inauguração da Escola de Enfermagem Carlos Chagas<sup>92</sup>. Tratando objetivamente do assunto, cumpre mencionar que, nos anos de 1936 e 1937, o número de alunas provenientes de Minas Gerais, na Escola Anna Nery, chegou a superar o de alunas oriundas da própria Capital Federal (CD. EEAN/UFRJ. Relatório Anual da Diretora. 1936 e 1937).

O registro do questionamento à equiparação de três escolas de enfermagem à escola Padrão, em documento oficial, envolvendo autoridades brasileira e americana, Dr. Sérvulo Lima – Superintendente do SESP, e o Dr. E. H. Christopherson – representante, no Brasil, da Divisão de Saúde e Saneamento do IAIA, respectivamente, permite inferir que a Escola Anna Nery, apesar de reconhecida a sua proficiência no campo da educação em enfermagem, não estaria conseguindo assegurar, às novas escolas de enfermagem, o “alto padrão” conquistado pela enfermagem

---

<sup>92</sup> Em 1933 o número de alunas vindas do estado de Minas Gerais era de 10; em 1934, já era de 20; em 1936, superou o número de alunas naturais da própria Capital Federal, contando com 22 alunas e a Capital Federal com 17 e, em 1937, essa diferença é ampliada, enquanto Minas Gerais tinha 27 alunas, a Capital Federal contava com apenas 20.

brasileira. Esse parece ser o caso da Escola de Enfermagem Carlos Chagas. Outro aspecto importante a ser considerado é que as três primeiras escolas equiparadas à escola padrão oficial comungavam do ideário católico, ratificando assim a tese da importância da posição ocupada por Laís Netto dos Reis para com os interesses do catolicismo.

Talvez essa conjuntura tenha contribuído para que Edith de Magalhães Fraenkel, na qualidade de diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, encaminhasse documento<sup>93</sup> ao Dr. Ernesto de Souza Campos<sup>94</sup>, no qual fazia referência à inspeção de escolas de enfermagem, como ponto importante que necessitava de atenção especial e acreditava “*ser isso uma irregularidade*” (FGV – CPDOC – GC).

Para fundamentar seu ponto de vista, ela acrescentou que a prática de inspeção de estabelecimentos educacionais por uma única escola não era observada em qualquer outro ramo de ensino. Além disso, Edith considerava também, pouco prudente manter essa missão sob os auspícios de uma única pessoa: “*cujos ideais talvez não estejam [estivessem] sempre na altura de compreender as necessidades da comunidade*” (FGV – CPDOC – GC).

Esse argumento oficial evidenciava a oposição existente entre a mais expressiva líder da Escola de Enfermagem de São Paulo e a grande líder católica da enfermagem e diretora da Escola Oficial Padrão, a Escola Anna Nery.

---

<sup>93</sup> Trata-se da parte final de um documento que embora não tenha sido localizado com todas as suas páginas, foi possível observar o conteúdo apresentado no texto desta Tese de Doutorado. Vale acrescentar ainda que o documento em questão possui a assinatura de Edith de Magalhães Fraenkel.

<sup>94</sup> O engenheiro Ernesto de Souza Campos, também era médico e exercia a função de professor da Faculdade de Medicina da USP, realizou e submeteu à apreciação do diretor da Faculdade de Medicina, Professor Benedito Montenegro, o primeiro projeto de construção da Escola de Enfermagem do Estado de São Paulo, não sendo aceito, pois, o SESP havia decidido financiar a construção da referida escola, para o qual utilizou seu próprio arquiteto (CARVALHO, 1980, p.31).

Concluindo este documento, Edith Fraenkel sugeriu a criação de uma comissão para assumir tal função, possivelmente o “Conselho Nacional de Ensino”<sup>95</sup>. Em prosseguimento a sua argumentação, a diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo afirmou que a inspeção e a aprovação das escolas de enfermagem, tais quais se apresentavam, desfavoreciam competições e “*os doentes talvez sejam [fossem] sacrificados e a saúde do nosso povo sofra [sofresse] as conseqüências de tal irregularidade*” (FGV – CPDOC – GC).

Certamente esse era apenas mais um componente para alimentar a luta concorrencial entre essas duas personalidades, representantes de duas importantes instituições de ensino de enfermagem, que concorriam por status e prestígio no campo da educação em enfermagem.

Uma das depoentes notificou que esse antagonismo entre as duas diretoras era amplamente conhecido: “*Havia uma animosidade muito grande entre d. Edith e d. Laís , isso nós sabíamos*”.

As dificuldades vividas pela EAN e o investimento do IAIA/SESP em outro centro gerador de líderes de enfermagem evidenciam desgaste no estatuto da EAN, no que tange à equiparação das demais escolas, desde 1931.

Como ressaltai em momento anterior, o processo de criação dessa escola ocorreu através do Decreto-Lei estadual nº 13. 040, de 31 de outubro de 1942 e contou com o apoio da Fundação Rockefeller, sendo aquela, desde a sua fundação, anexa à Faculdade de Medicina. O principal objetivo era oferecer as condições necessárias para a criação do Hospital das Clínicas, como parte de um contexto que visava a “*tecnificação da medicina e do avanço do hospital moderno*” refletindo a perspectiva

---

<sup>95</sup> Este Conselho Nacional de Enfermagem deveria ter as suas funções ampliadas em relação ao Conselho do mesmo nome, já referido neste estudo.

de “*racionalização do processo de diagnosticar e curar*” (BARREIRA e BAPTISTA, 2002, p. 211).

Nesse contexto, a criação de novas escolas de enfermagem se fazia necessária para preparar mão de obra qualificada para atuar no espaço hospitalar que se incrementava, de forma crescente. Uma comprovação da importância conferida ao hospital, na década de 40 fica clara em um fragmento de matéria jornalística, veiculado no Estado de São Paulo, onde se atribui ênfase ao cotidiano da vida urbana, porém, não restringindo a isso os males que conduziam a sociedade à dependência de um hospital modelo. Para que se possa avaliar o tratamento ao tema, transcrevo o que segue:

Mas não são só os acidentados que enchem os nossos hospitais. À medida que o mundo progride materialmente, as doenças se multiplicam impiedosas. Enfermos vêm do interior atrás de hospitais mais bem aparelhados e médicos de fama. A subnutrição e a promiscuidade, nas favelas e nos porões aumentam o rol dos tuberculosos. Só agora, com as últimas descobertas, vai-se sabendo quanto elevada é a morbidade do câncer ( Jornal Folha da Noite, Publicado em 30 de maio de 1949 – São Paulo)

Esta preocupação fica evidente no relatório do sub-projeto NT-SPA-14<sup>96</sup>, onde consta que, em 1 de dezembro de 1943, um grupo de 30 a 40 alunas foi inscrito no curso da Escola de Enfermagem de São Paulo, um segundo grupo de estudantes foi admitido em março de 1944 e, apenas em 21 de abril do mesmo ano, o Hospital das Clínicas foi inaugurado oficialmente (Departamento de Arquivo e Documentação – COC, SESP, cx 19, Doc 8).

---

<sup>96</sup> Sub-projeto do SESP, para atender a Escola de Enfermagem de São Paulo, incluindo-se aí as demais unidades fundamentais para a formação prática das alunas.

Em 1944, a primeira turma de alunas da Escola de Enfermagem de São Paulo concluiu o período preliminar do curso e um razoável quantitativo de alunas havia ingressado naquele curso de enfermagem, em final de 1943 e início de 1944. Procurou-se assegurar, desta forma, a qualidade da assistência de enfermagem, fundamental para sustentar o projeto de criação do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Do ponto de vista do contexto sócio-econômico e político, vale lembrar que, à época, o Brasil vivia um avanço da industrialização e da urbanização, o que favoreceu à concentração de renda uma minoria e o empobrecimento da população em geral. Para atender às novas exigências do setor produtivo brasileiro, o Estado precisou rever o seu interesse na aplicação dos recursos financeiros na área da saúde, transferindo-o do campo da saúde pública, que primava pelo caráter preventivo, para o setor assistencial e individual (CARVALHO e LEITE, 1996, p.28).

Este panorama justifica, de certo modo, o grande investimento na criação do Hospital das Clínicas de São Paulo, além do interesse na existência de uma Escola de Enfermagem que pudesse contribuir para atender à demanda que se apresentava, não apenas em São Paulo, como em grande parte do país, sobre tudo, nos principais centros urbanos. Esse é o contexto em que se situa o acréscimo considerável no número de escolas de enfermagem, a partir da década de 1940.

Outro aspecto digno de registro refere-se à transformação do modelo assistencial, em que a ênfase à saúde pública cedeu espaço para o modelo hospitalocêntrico, que teve início na década de 1940, permaneceu durante o governo de Dutra, revelando incompatibilidade entre a quantidade de pessoal de enfermagem e a demanda apresentada, em função da criação de grandes hospitais nas cidades.

Desta forma, a assistência passou a ser assumida por pessoal desqualificado para a função, resultando em um trabalho incompatível com o que se

preconizava nas escolas de enfermagem. Essa problemática foi objeto de análise, na preleção proferida por Laís, na 2ª Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem, em 1944, para tratar dos problemas da enfermagem<sup>97</sup>, realizada de 11 a 22 de fevereiro de 1944: “*A enfermagem está entregue a leigos que lidam, sem conhecimento, com a vida humana da maioria da nacionalidade*” (UFRJ. EEAN. CD. Ata da 2ª Reunião de Diretoras, 1944).

Apesar do redirecionamento do modelo assistencial, uma avaliação da situação hospitalar no país, foi apresentada alguns anos mais tarde, por um jornal de São Paulo, onde era demonstrado que o Brasil ainda não contava com mais de 350 leitos-hospital por 100.000 habitantes, quando a média nos Estados Unidos era de 730, e acrescenta, “*num país extenso como o nosso, com mais de 45 milhões de habitantes, a maioria localizada na zona rural ...é doloroso saber que não possuímos 1000 enfermeiras diplomadas...*” (Jornal Folha da Noite, Publicado em 30 de maio de 1949 – São Paulo).

Esta avaliação reforça a tese da necessidade de aumentar o número de enfermeiras plenamente qualificadas para atuar na área hospitalar, cuja demanda era evidente e se caracterizava como objeto de preocupação de considerável parte da nossa sociedade.

Porém, como esclareceu Carvalho e Leite (1996, p.27), a formação de recursos humanos era estrategicamente demandada, não por interesses de natureza assistencial ou preocupação com a saúde da população, mas para manter e recuperar a mão-de-obra trabalhadora, demandada pelo mercado de trabalho.

Durante visita da Diretora do Programa de Treinamento do SESP à Escola de Enfermagem de São Paulo, em julho de 1943, esta percebeu que nenhum

---

<sup>97</sup> A primeira Reunião de Diretoras de Escolas de Enfermagem foi realizada em 1943 e tratou também das questões relacionadas aos cursos de auxiliares de enfermagem.

anúncio tinha sido publicado, nem se havia desenvolvido qualquer plano para divulgar a escola fora do Estado de São Paulo. Para corrigir essa lacuna, o SESP financiou a viagem de uma instrutora da escola, com o objetivo de divulgar e recrutar estudantes nas cidades de Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Aracaju, Recife, Fortaleza e Belém, resultando no ingresso de 29 estudantes para a turma de março de 1944, na Escola de Enfermagem de São Paulo<sup>98</sup> (Departamento de Arquivo e Documentação – COC, SESP, cx 19, Doc 8). Este grupo de alunas fazia parte da turma que se formaria em 1947, num total de 37 concluintes.

Para possibilitar a participação das alunas oriundas de diferentes partes do território nacional, o SESP oferecia bolsas de estudo e assegurava uma quantia correspondente a US\$500,00 para a assistência daquelas consideradas extremamente pobres, em caráter emergencial (Departamento de Arquivo e Documentação – COC, SESP, cx 19, Doc 8).

Com essa medida, a Escola de Enfermagem de São Paulo garantia um quantitativo de alunas que lhe permitia concorrer pela condição de grande centro difusor para a formação de líderes no campo da enfermagem e da educação em enfermagem no país, tanto na área de saúde pública, quanto na anunciada moderna estrutura hospitalar, de modo a sustentar a concorrência com a Escola Anna Nery no campo da educação em enfermagem.

Por sua vez, a coordenação do Projeto IAIA/SESP<sup>99</sup> interpretava que a Escola de Enfermagem de São Paulo, desde que prometeu ser a melhor do Brasil, mostrou-se importante para auxiliar as estudantes de diferentes estados a ingressar em

---

<sup>98</sup> As alunas tinham as seguintes origens: duas de Porto Alegre, duas de Curitiba, uma de Florianópolis, quatro de Salvador, três de Recife, três de Aracajú, cinco de Fortaleza, sete de Belém e duas de Manaus.

<sup>99</sup> Este relatório do sub-projeto NT-SPA-14, é assinado pelo Superintendente do SESP, Dr Sérvulo Lima e pelo DR E. H. Christopherson, representante da Divisão de Saúde e Saneamento do Instituto para Assuntos Inter Americano (IAIA).

seu curso tão logo quanto possível e formar enfermeiras necessárias a outras áreas geográficas do contexto nacional (Departamento de Arquivo e Documentação – COC, SESP, cx 19, Doc 8).

Tanto que a Escola de Enfermagem de São Paulo contava em seu quadro discente, em março de 1944, trinta alunas bolsistas do SESP, oriundas de nove estados da federação, a saber: Amazonas, Pará, Ceará, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Desse total, vinte e uma concluíram, enquanto que os motivos de evasão do curso foram os seguintes: pouco aproveitamento (3), incapacidade física (2), para dedicar-se ao matrimônio (1), reprovadas no período Pré-clínico (2) e por não ter regressado ao curso (1). As alunas que concluíram sua formação eram oriundas de quatro regiões do país, sendo cinco do Amazonas, três do Pará, três do Ceará, uma do Sergipe, três da Bahia, uma do Paraná, uma de Santa Catarina, duas do Rio Grande do Sul e duas de São Paulo (Departamento de Arquivo e Documentação – COC, SESP, cx 13, Doc. 32).

Enquanto a Escola de Enfermagem de São Paulo investia na ampliação de sua influência no território nacional, perseguindo a meta de ser considerada a melhor do país, a EAN era tida como referência de qualidade para a formação de enfermeiras na América do Sul e na América Central. Cumpre observar que, em 1944, representantes de vários países desse continente, tais como: Colômbia, Venezuela, Paraguai, República Dominicana, Equador, Nicarágua e Bolívia, manifestavam interesse de ingressar no curso de enfermagem da EAN.

De acordo com a interpretação de Laís Netto dos Reys, essa iniciativa era importante, pois representava mais uma oportunidade de ampliar a visibilidade da enfermagem brasileira e da EAN, para além dos limites nacionais. Apoiada nessa linha

argumentativa, Laís se refere textualmente: “*essa iniciativa trará para o Brasil, para a UB e para a Anna Nery, a glória de receber elementos de outras nações centro e sul americanas, servindo-lhes, por assim dizer, de padrão para a aprendizagem profissional de enfermagem*” (CD. EEAN/ UFRJ. As Pioneiras. Cx. 05. Doc. 13. 1944).

Em 1946, a região Nordeste, mais especificamente a Bahia, foi contemplada com a criação de uma escola de enfermagem. A inauguração dessa instituição contribuiu para minimizar as graves questões de saúde pública daquele Estado, que apresentava déficit significativo de recursos humanos nas áreas da assistência pública e hospitalar, sobretudo no que diz respeito ao contingente de pessoal qualificado em enfermagem (VERDERESE, 1949, p.16).

Para atender a essa necessidade, através do Decreto-Lei Federal nº 8.779 de 22 de janeiro de 1946, foi criada a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBa)<sup>100</sup>; a inauguração do curso ocorreu em 08 de março de 1947.

Nos dois primeiros anos, a escola contou, com as instalações da Faculdade de Medicina da UFBA, sendo em seguida transferida para o Hospital das Clínicas<sup>101</sup> daquela Universidade. Apenas em dezembro de 1950, foi instalada em suas instalações definitivas (Fernandes, 1986, p.119).

Verderese (1949, p.17) relata que a Escola de Enfermagem da UFBA, ao mesmo tempo em que se ocupava com as questões referentes ao seu curso de graduação, tratava também da organização do Hospital das Clínicas. Somente mais tarde, assumiu a direção de enfermagem e passou a contribuir com a assistência de enfermagem. A primeira diretora e a vice-diretora daquela escola foram, respectivamente, Haydeé

---

<sup>100</sup> nos termos do Parágrafo 2º do artigo 2º do Estatuto de 02 de julho de 1946. É reconhecida pelo Ministério da Educação em 8 de fevereiro de 1968, pelo Decreto nº 62.241.

<sup>101</sup> Inaugurado em 1949.

Guanais Dourado (formada pela Escola Anna Nery) e Olga Verderese (diplomada pela Escola de Enfermagem de São Paulo)<sup>102</sup>.

Em 1946, o governo de Minas Gerais, através do Departamento Estadual de Saúde, criou a Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo<sup>103</sup>, terceira escola de enfermagem daquele estado. A primeira diretora da escola foi Celina Viegas, nomeada em 29 de junho de 1946. Viegas foi diplomada pela Escola de Enfermagem Carlos Chagas, onde atuou como docente até 1944, quando foi indicada para realizar um curso de especialização em Administração em Escola de Enfermagem e Pedagogia Aplicada à Enfermagem, na Universidade de Cornell, nos EUA.

Ao regressar a Belo Horizonte, em fevereiro de 1946, foi convidada pelo então interventor de Minas Gerais, Dr João Tavares Correia Beraldo, para dirigir a Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, instalada em Juiz de Fora (ARAÚJO, 2002, p.37).

---

<sup>102</sup> Diplomou-se na segunda turma, em 1947 (Carvalho, 1980, p. 251).

<sup>103</sup> Decreto Estadual nº17.051, de 3 de junho de 1946. Reconhecida através do Decreto nº 28.376, de 21 de maio de 1950.

#### **CAPÍTULO IV : O (RE)ALINHAMENTO DAS POSIÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM: OS GANHOS E AS PERDAS SIMBÓLICAS PARA A EAN (1947 – 1949)**

Neste capítulo, privilegio a discussão do embate enfrentado pela direção da EAN, devido ao movimento de oposição à condição de Escola Oficial Padrão, bem como as estratégias utilizadas pelas principais instituições envolvidas num jogo de poder, cujas armas simbólicas variavam de acordo com os interesses específicos de cada agente ou grupo, representado no campo da educação em Enfermagem. Ao longo da análise, parto do pressuposto de que essas lutas faziam parte do processo de (re)alinhamento das posições de poder e prestígio, em função da emergência de novos grupos e de novas lideranças no campo da educação em enfermagem.

O pano de fundo contextual é o da gestão do Presidente Eurico Gaspar Dutra, autoridade político-governamental, cujo discurso, desde a campanha presidencial, manifestava simpatia em relação ao catolicismo. Com base nessa posição, evitou os obstáculos para a formação de outras instituições de ensino de enfermagem católicas no país, a exemplo do que vinha acontecendo na Era Vargas (1930 – 1945).

Nesse contexto, como demonstrei no capítulo anterior, uma importante concorrente da EAN foi a Escola de Enfermagem de São Paulo, planejada e dirigida por Edith de Magalhães Fraenkel e assessorada por Ella Hasenjaeger, representante do SESP.

O investimento da Escola de Enfermagem de São Paulo e a tentativa de atrair estudantes para as primeiras turmas do curso, em vários estados do território nacional revela a contribuição efetiva da diretora do Programa de Treinamento do SESP e da diretora dessa escola, que difundiram o trabalho de enfermeiras formadas pela recém-criada Escola de Enfermagem de São Paulo.

Apesar disso, a Escola de Enfermagem de São Paulo enfrentava grandes dificuldades, tanto na área de ensino, como de supervisão. Esses desafios foram admitidos pela própria Edith Fraenkel, ainda em 6 de julho de 1948, através de carta destinada à Maria Rosa S. Pinheiro, vice-diretora da mesma escola. Nessa correspondência, Edith Fraenkel propunha à vice-diretora que prorrogasse o curso que realizava nos Estados Unidos da América, cuja qualificação contribuiria, no futuro, para minimizar as deficiências da escola. A esse respeito, Edith Fraenkel expressou:

...Agora, como bem sabe, ensino e supervisão, são o nosso ponto fraco, fraquíssimo mesmo e, ao mesmo tempo, são os pontos importantíssimos para a escola (Departamento de Arquivo e Documentação. COC. SESP. Cx. 15. Doc. 52).

Em contrapartida, a arrojada estrutura da escola teve o máximo de aproveitamento simbólico, uma vez que foi objeto de destaque na imprensa paulista, por meio de matéria que ocupou página inteira. O texto jornalístico informava que o autor do projeto do moderno edifício foi o arquiteto Peter Pfistere, do Institute of InterAmerican Affairs<sup>104</sup> e que o mesmo possuía grande e confortável auditório, com as condições consideradas indispensáveis para uma acústica perfeita, salas de aulas e de demonstração, além de laboratórios químicos e bacteriológicos. Destacava-se ainda que a escola contava também com uma biblioteca, com área total de 5. 570 metros quadrados. Todas as suas dependências teriam sido construídas em estrita obediência às exigências da pedagogia moderna (Jornal Folha da Noite, Publicado em 30 de maio de 1949 – São Paulo).

---

<sup>104</sup> Do escritório em Washington, D. C., para trabalhar no Brasil como consultor de arquitetura do SESP.

Em outra matéria jornalística, de aproximadamente meia página, Edith Fraenkel acrescenta, que ao conduzir um casal de arquitetos pelo interior da escola, os mesmos manifestaram impressão muito favorável àquele edifício, como se segue: “*o edifício causou-nos, desde logo, magnífica impressão. Projeto de linhas modernísticas, visando o que há de mais racional e confortável para um estabelecimento de ensino do seu gênero*” (A Gazeta, publicado em 9 de abril de 1949 – São Paulo) .

Tais iniciativas eram necessárias para compensar as fragilidades da escola relativas ao ensino e supervisão, ao mesmo tempo em que capitalizava os ganhos simbólicos advindos do impacto da estrutura espacial da escola. Essa interpretação encontra suporte teórico em Bourdieu (2003b, p. 161), quando afirma que: “*o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação do poder*”. Este importante sociólogo (2003b, p. 163) acrescenta que, por ser o espaço social inscrito, ao mesmo tempo, nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais, caracteriza-se como um dos lugares onde “*o poder se afirma e se exerce*”, sob a forma mais sutil da violência simbólica, pois se dá de forma desapercibida.

Cabe ainda pontuar que as estruturas do espaço físico constituem mediações através dos quais as estruturas sociais se convertem em estruturas mentais, pois, por meio de suas injunções mudas, dirigem-se diretamente para o corpo, conseguindo dele a reverência e o respeito próprios do distanciamento, enquanto componentes mais importantes da simbólica do poder e dos efeitos reais do poder simbólico (BOURDIEU, 2003b, p.163).

Assim, a Escola de Enfermagem de São Paulo, a Faculdade de Medicina e o Hospital das Clínicas de São Paulo, esse último inaugurado um ano após o início do curso de Enfermagem da referida escola, passam a constituir-se em monumentos-documentos da memória da Enfermagem brasileira.

Em 1947, um ano após a Escola de Enfermagem de São Paulo ter formado a sua primeira turma, a então diretora, Edith Fraenkel, que acumulava a função de presidente da Divisão de Educação da ABED<sup>105</sup>, de redatora-chefe da Revista Brasileira de Enfermagem, à época, denominada Annaes de Enfermagem, com o cargo de presidente da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção de São Paulo, desde a sua criação em 1946, organizou e presidiu o I Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado nessa cidade.

O evento dedicou a maior parte da programação aos problemas de ensino na graduação em enfermagem e aos problemas de Saúde Pública.

A atuação de Edith na organização e presidência do I Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em São Paulo demonstra o seu poder e prestígio, ao liderar um evento de grande importância na enfermagem brasileira, deslocando da Capital Federal e da Escola Anna Nery, o pioneirismo e liderança nesse tipo de evento.

A Divisão de Educação da ABED contava com representantes dos diferentes grupos do campo da educação em enfermagem; a saber, as enfermeiras da Escola Anna Nery, da Escola de Enfermagem de São Paulo, e de enfermeiras religiosas de Escolas de Enfermagem Católicas (CARVALHO, 1976, p.125 – 126).

No que diz respeito às religiosas, Bernardes (1952, p.111) menciona que a participação efetiva das “religiosas enfermeiras” nas associações de classe era definida, pelo grupo, como questão fundamental. A intenção era de contribuir para intensificar a criação de tais representações em todo o território nacional e de que, em breve, se pudesse contar, no âmbito internacional, com uma única Associação articuladora das religiosas enfermeiras e as leigas.

---

<sup>105</sup> A primeira diretoria definitiva da Divisão de Educação era composta além da presidente, pela vice-presidente, Laís Netto dos Reys; 1ª secretária, Celina Viegas; 2ª secretária, Glete de Alcântara; tesoureira, Josefa Jorge Moreira e o Conselho Consultivo: waleska Paixão, Irmã Matilde Nina e Olga S. Lacorte (CARVALHO, 1976, p. 125).

No mesmo ano de 1947, foi criada a Escola de Enfermagem de Pernambuco<sup>106</sup>, embora a inauguração da mesma somente tenha ocorrido em 1950. A primeira diretora foi Cecília Maria Domenica Sanioto<sup>107</sup>. Um fato importante a ser destacado é que, em 2 de agosto de 1949, Edith de Magalhães Fraenkel, diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, juntamente com Ella Hasenjaeger, assessora da mesma escola e do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, visitaram o estabelecimento, com o objetivo de fazer um diagnóstico da infra-estrutura disponível para a instalação da Escola de Enfermagem do Estado de Pernambuco (COC. Departamento de Arquivo e Documentação. SESP. Cx 15. Doc. 52).

É importante notar que, nesse período, caberia à diretora da EAN a indicação dos nomes das enfermeiras que deveriam proceder às inspeções nas escolas criadas desde 1931, em atendimento ao disposto no decreto 20. 109/ 31. Porém, por deferência a uma solicitação do Superintendente do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), esta função foi desenvolvida, em parte, pela diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo e por sua assessora.

Poucos dias após, através da Lei 775/49, parte das funções atribuídas à Escola Anna Nery, foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde, conforme artigo 14 e parágrafo único do artigo 10<sup>108</sup>.

Se, por um lado, o SESP ampliava a projeção de outras figuras já reconhecidas no campo da educação em enfermagem no país, por outro, Laís Netto dos

---

<sup>106</sup> Decreto Estadual nº 1.702, de 25 de junho de 1947 e reconhecida através do Decreto nº 34.539 de 10 de novembro de 1953. Atual Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco. Em 30 de janeiro de 1961 é transformada em estabelecimento de ensino federal através da lei nº 3.875, de 30 de janeiro de 1961 (Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem. Nuphebras. EEAN/UFRJ).

<sup>107</sup> De 26 de fevereiro de 1950 a 01 de fevereiro de 1952 (Banco de Dados da Trajetória das Escolas de Enfermagem. Nuphebras. EEAN/UFRJ).

<sup>108</sup> O parágrafo único do artigo 10 define que a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde promoverá as verificações que serão, em seguida, submetidas ao Ministério da Educação e Saúde, para a expedição de autorização para funcionamento e, o artigo 14, informa que a concessão de reconhecimento do curso será mediante decreto do Presidente da República, sendo indispensável prévio parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Reys intensificava as estratégias orientadas para obter visibilidade em outras regiões carentes do país, ao mesmo tempo em que reforçava seu prestígio junto ao clero. Nessa direção, a diretora da EAN enviou ofício ao Ministro da Educação e Saúde, em que apresentava expressiva autoridade religiosa, d. Alano Du Noday, Bispo de Porto Nacional, no norte de Goiás, que desenvolvia trabalhos comunitários muito reconhecidos em sua região. Na correspondência, Laís apelou à sensibilidade do Ministro frente à “*situação aflitiva do alto sertão, do importante estado de Goiás*”, argumentando que Porto Nacional, com mais de 250.000 habitantes, encontrava-se em péssima condição sanitária, pois, “*a sua paupérrima população era terrivelmente flagelada pelo paludismo, pela sífilis, doenças venéreas, verminose, tracoma, desnutrição e a mais crucial ignorância*” (CD. EEAN/ UFRJ. Mod. I. cx. 7A: doc. 02 e 37).

Para minimizar o problema, na região central do país, como parte das comemorações da Semana da Enfermeira de 1947, Laís organizou as “Caravanas Anna Nery”. Com equipe multidisciplinar envolvendo enfermeiras<sup>109</sup>, médico, dentista e assistente social atuou às margens do Tocantins e Araguaia (Goiás-Pará), na prevenção e combate às doenças nessas regiões, privilegiando as cidades de Porto Nacional e Pedro Afonso. Esta última foi incluída na Caravana, em função de uma avaria no avião que obrigou o mesmo a descer nessa cidade, até que fosse reparado.

Diante desse contratempo, o deputado Souza Filho, de Pedro Afonso, aproveitou a oportunidade para solicitar a Laís Netto dos Reys, que o mesmo trabalho desenvolvido em Porto Nacional também privilegiasse aquela comunidade. Com esse intuito, Laís determinou que a enfermeira Elazir Marques Canário permanecesse em

---

<sup>109</sup> Além de um grupo de alunas, fizeram parte dessa caravana as enfermeiras Waleska Paixão, Elazir Marques canário, Maria Diva Campos e Izaura Barbosa Lima.

Pedro Afonso e realizasse o trabalho assistencial, com o apoio do Bispo d. Alano Du Noday (Arquivo pessoal de Lieselotte H. Ornellas).

É interessante observar que Laís, ao mesmo tempo em que liderou um grupo de profissionais, com o objetivo de atender às necessidades de comunidades carentes de outras regiões do país, também criou oportunidade de integrar-se efetivamente com outros grupos no interior do espaço universitário, pois participaram do mesmo evento, médico, dentista e assistente social. Dessa forma, logrou obter o reconhecimento de outros agentes, cujo prestígio social já era reconhecido. Além disso, a diretora da EAN estaria participando indiretamente de uma ação política em Pedro Afonso, ao negociar com um político local a presença de uma representante da EAN naquela comunidade. Por último, Laís marcava, mais uma vez, sua condição de distinta cristã, ao atender a um pedido do Bispo de Porto Nacional.

Porém, a ação da enfermeira era muitas vezes confundida com o trabalho de orientação caritativa-religiosa. Tanto assim que a Diretora dirigiu ao seu grupo na caravana, as seguintes palavras: *“Um dia, todos que assim procederem vão escutar estas palavras: eu estava doente e tu cuidaste de meu corpo! Vem bendito para o reino de meu Pai que está preparado desde sempre para ti!”*. É mais do que evidente que, dessa forma, Laís procurava assegurar seu prestígio junto ao clero.

No mesmo ano de 1947, em função de uma grande inundação na província de Trinidad, Bolívia, foi decretado estado de calamidade pública. O Brasil, através do Ministério da Educação e Saúde enviou uma equipe de socorro e assistência aos flagelados. Para esta missão, o Departamento de Organização Sanitária convocou quatro médicos, sob a chefia do Dr. Theóphilo de Almeida e o Departamento de Saúde Pública e a Escola Anna Nery designaram oito enfermeiras, dentre elas, a professora Lieselotte Ornellas, todas sob a chefia da enfermeira Isaura Barbosa Lima (Arquivo

peçoal de Lieselotte H. Ornellas). Essa participação registra mais uma vez a presença da escola em âmbito internacional.

A necessidade de ampliar o número de escolas de enfermagem no Nordeste do país e o contexto político vigente contribuiu para a criação da Escola de Enfermagem em São Francisco de Assis<sup>110</sup>, em São Luís do Maranhão<sup>111</sup>, em 05 de janeiro de 1948.

Também em Minas Gerais, por iniciativa do Bispo de Uberaba, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, foi criada a Escola de Enfermagem Frei Eugênio<sup>112</sup>, em 30 de maio de 1948. Contribuíram para esse empreendimento a Reverenda Madre Maria Ângela da Eucaristia, provincial das Dominicanas de N. S. do Rosário, no Brasil; a madre superiora da Santa Casa de Misericórdia, Irmã Madre Maria Angélica e a Reverenda Maria Alzira. A iniciativa para criação da escola partiu da necessidade de melhorar a condição de saúde da população da região do Triângulo Mineiro. Com esse intento, Dom Alexandre contou com a presença de duas religiosas diplomadas pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, de Goiás: Irmã Maria Alzira e Irmã Maria Adelaide, sendo a primeira designada para direção em atenção aos dispositivos legais vigente a época (BRANDÃO, 1965, p. 151-152).

Em 1951, a primeira turma do curso de enfermagem da Escola Frei Eugênio concluiu o curso, foram diplomadas quatro alunas, sendo três religiosas<sup>113</sup>. Logo em seguida, ocorreram duas alterações: Madre Maria Angelina, aluna da primeira turma, assumiu o superiorado da Santa Casa de Misericórdia e a direção da Escola de

---

<sup>110</sup> Em 1961 foi agregada à Universidade Católica e, em 27 de janeiro de 1967 foi incorporada à Fundação Universidade Federal do Maranhão, nos termos da lei nº 5.152 de 20 de outubro de 1966 e do Decreto nº 59.941, de 6 de janeiro de 1967, passando a denominação de Faculdade de Enfermagem.

<sup>111</sup> Atual Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão. O curso foi reconhecido através do Decreto Federal nº 30.628 de 11 de março de 1952, publicado em 26 do mesmo mês.

<sup>112</sup> Equiparada em 25 de julho de 1950, através do Decreto nº 28.414.

<sup>113</sup> Irmã Maria Cecília de São José, Irmã Maria Angelina, Irmã Maria Flávia e Terezinha Pelis, ex-aluna do colégio N. S. da Dores.

Enfermagem Frei Eugênio<sup>114</sup>. O número crescente de alunas provocou a necessidade de contar com sede própria, cuja construção, anexa ao Hospital São Domingos, foi iniciada em junho de 1954 e inaugurada em março de 1956. Até aquele momento, a Escola Frei Eugênio funcionou na sede da Santa Casa, onde eram ministradas as aulas teóricas e desenvolvidos os estágios (BRANDÃO, 1965, p. 152-153).

As congregações religiosas católicas não encontravam obstáculos nos órgãos estatais para continuar investindo na criação de escolas de enfermagem por todo país. Durante a Era Vargas (1930 – 1945), a aliança entre o Estado e a Igreja era bastante conhecida, ao passo que, no Governo de Eurico Dutra (1946 – 1951)<sup>115</sup>, esta relação era, no mínimo, cercada de muitas considerações e simpatia; ele teve o cuidado de dar publicidade a sua convicção religiosa, já na campanha eleitoral.

O processo eleitoral que se iniciou desfavorável ao general Eurico Gaspar Dutra<sup>116</sup>, foi concluído com expressiva vitória<sup>117</sup>, após apoio do ex-presidente Getúlio Vargas, que representava o Estado na aliança com a Igreja, ao mesmo tempo em que demonstrava sua efetiva influência sobre a maioria da população brasileira (VALE, 1978, p. 19-25).

Leite e Novelli Júnior (1983, p. 689), ao transcreverem trechos do discurso de Dutra, ainda em campanha eleitoral, demonstraram a afinidade e consideração deste com a Igreja católica. Em uma das declarações públicas, Dutra defendeu o princípio democrático e referindo-se ao adversário de campanha, Major – brigadeiro Eduardo Gomes, afirmou:

---

<sup>114</sup> Irmã Maria Alzira, primeira diretora da escola de enfermagem é nomeada para a direção do Hospital São Marcos, em Belo Horizonte.

<sup>115</sup> Janeiro de 1946 a Janeiro de 1951.

<sup>116</sup> Ministro da Guerra no Governo Vargas, é candidato pela legenda do PSD.

<sup>117</sup> Dutra (PTB e PSD) venceu as eleições contra Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiúza (PCB).

Essa convicção [a importância do restabelecimento da vida democrática] não é, só do meu sentimento de brasileiro, **como da minha fé cristã**<sup>118</sup>, compenetrado de que, acima das paixões transitórias, o que reinará entre nós [Dutra e Eduardo Gomes] será a irresistível vocação de fraternidade.

Ao concluir, Dutra expressou a sua profissão de fé cristã e atribuiu-lhe a competência para manter unidos todos os brasileiros nos seguintes termos: “...*Nascemos [os brasileiros] à sombra da Cruz, e o signo religioso da descoberta faz parte do destino do país e de cada um de seus filhos*” (LEITE e NOVELLI JÚNIOR, 1983, p. 690).

O II Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no Rio de Janeiro, no período de 18 a 24 de julho de 1948, apresentou, como segundo ponto das resoluções, que o reconhecimento das Escolas de Enfermagem fosse atribuição do Conselho Nacional de Educação, a exemplo do que ocorria com as demais escolas de ensino em nível superior (Anais de enfermagem Vol. I – nº 4 outubro de 1948; UFRJ, EEAN, CD).

De certo modo, esse congresso evidenciou conjuntura desfavorável à EAN, sinalizando para o fim da condição de Escola Oficial Padrão, nos moldes do Decreto nº 20. 109/ 31. Na oportunidade, incluiu-se, nas resoluções finais, que caberia ao M.E.S. o auxílio técnico e financeiro das Escolas de Enfermagem já existentes, com o objetivo de que aquelas que ainda não possuíam as plenas condições necessárias pudessem ter o seu nível elevado. Além disso, reivindicou-se a rápida ampliação, considerando a capacidade máxima de cada escola, no que se refere à “*formação de profissionais habilitadas*” enquanto que, na resolução nº 2, ficou definido que caberia ao Conselho Nacional de Educação, a exemplo do que acontecia com as demais

---

<sup>118</sup> O grifo é meu.

instituições de nível superior, o reconhecimento das escolas de enfermagem no país. Além disso, conforme a resolução nº 10, a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) deveria criar e manter um Conselho Superior de Enfermagem, que funcionaria como órgão consultivo dos poderes públicos para tratar de todas as questões relacionadas à enfermagem (CD. EEAN/UFRJ. Anais de enfermagem. Out. de 1948).

Algumas resoluções, portanto, demonstram o interesse do grupo em descentralizar o poder da EAN, bem como o de equiparação à instituição, até então considerada como modelo oficial padrão. Ainda mais, a ampliação de outras unidades de ensino de enfermagem remete à possibilidade de reconfiguração no campo do ensino de enfermagem, com o surgimento de outros importantes centros de formação de profissionais habilitadas, dentre eles, destaca-se a Escola de Enfermagem da USP, que se caracteriza como um grande *“centro gerador de líderes que pudessem multiplicar o número de escolas de enfermagem em todo o país”*, como Laís definira o papel da EAN” (BARREIRA e BAPTISTA, 2002, p.211).

No que diz respeito aos cursos de auxiliares de enfermagem, a discussão prolongou-se por toda a década de 40 e, no 2º Congresso Nacional de Enfermagem, em palestra proferida na instalação deste evento, Dr. Marcolino G. Candau<sup>119</sup> revelou-se contundentemente desfavorável ao empreendimento por parte das escolas de enfermagem na formação da categoria de auxiliares de enfermagem. Ele afirmou:

Não creio que seja sábio aproveitar as instalações das poucas Escolas de Enfermagem para realizar cursos de auxiliares. Melhor seria, e mais de acordo estaria com a evolução da medicina entre nós, se as Escolas de Enfermagem aproveitassem as suas instrutoras e suas disponibilidades materiais para a realização de cursos de especialização

---

<sup>119</sup> Presidente da Sociedade Brasileira de Higiene e Superintendente do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) à época.

para as enfermeiras diplomadas... (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. out. 1948).

Em sua palestra, o superintendente do SESP informou que se encontrava em estudo no Congresso, debatida em várias Comissões da Câmara Federal, uma nova lei sobre o ensino da enfermagem no país. Segundo seu ponto de vista, o projeto mantinha confusão, ao tentar legislar sobre curso de enfermagem e curso de auxiliares de enfermagem simultaneamente (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. out. 1948). Para o dr. Marcolino Candau, melhor seria que outra legislação tratasse da regulamentação dos auxiliares de enfermagem, agentes indispensáveis ao desenvolvimento das instituições médico-hospitalares. Ele acrescentou:

seria muito útil se, de uma vez por todas, fosse definido o que é uma enfermeira e cessasse o hábito de considerar as auxiliares de enfermagem..., como intimamente relacionadas às enfermeira...[ao contrário], constituírem profissão à parte, bem definida e capaz de representar importante papel na estrutura médico- sanitária, respeitadas as limitações, isto é, exercendo funções correspondentes ao preparo técnico rudimentar que lhes é atribuído (CD. EEAN/UFRJ. Anais de Enfermagem. out. 1948).

No que diz respeito à demanda de candidatas ao curso de sua escola, Edith de Magalhães Fraenkel, diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, desde a inauguração do estabelecimento ampliava a captação de alunas, através das bolsas de estudo patrocinadas pelo SESP, às candidatas de outros estados da federação, (COC. SESP. CX 19. Doc. 8(4)). Além disso, a realização do I Congresso Nacional de Enfermagem em São Paulo e a reativação da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) que, desde 1941, havia interrompido suas publicações, representam estratégias

bem sucedidas de obtenção de prestígio pessoal, através da criação de espaços para socialização do saber da enfermagem.

A inspeção de uma Escola de Enfermagem, em Sorocaba, tendo em vista seu funcionamento, foi realizada pelas enfermeiras Haydée G. Dourado, Edith de Magalhães Fraenkel e Anna Jaguaribe Nava, designadas por Laís Netto dos Reys. A enfermeira Anna Nava expressou os seguintes comentários sobre sua participação:

Eu fui naquela comissão. Foi a única escola que eu inspecionei. Mas a inspeção foi tão engraçada. Aí então convivi com a d. Edith, mas só assim: ela num hotel e nós no outro – eu e a Haydée. E depois ela mandou um livro com a ata que ela redigiu para nós assinarmos, a inspeção foi isso. Era escola de uma indústria, da Votorantim, poderozíssima.

Após consulta a documentos oficiais do SESP<sup>120</sup> e do INEP<sup>121</sup>, a escola mencionada parece tratar-se da Escola de Enfermeiras Coração de Maria, anexa à faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida pela Fundação Sorocaba, de direito privado. Segundo dados do INEP, a autorização para funcionamento do referido curso foi concedida através da Portaria 497 de 16 de março de 1951.

Essa informação demonstra a visão política de Edith Fraenkel que, na falta do prestígio político de Laís Netto dos Reys junto aos principais redutos políticos da Capital Federal, valorizava as possibilidades de influência junto àqueles que detinham parte do poder econômico no Estado mais rico da federação.

---

<sup>120</sup> relação da administração de Escolas de Enfermagem, no Brasil, até dezembro de 1950 (COC. SESP. Cx 19. Doc. 8 (4)).

<sup>121</sup> Pesquisa realizada em 10 de novembro de 2003.

A disputa por melhores posições no campo da educação em enfermagem envolvia dois grandes grupos: por um lado, o grupo liderado pela Escola de Enfermagem de São Paulo, que mantinha estreita relação com o IAIA e com a Fundação Rockefeller e, por outro, as Irmãs da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, que manifestavam postura anti-americana, em função das diferenças de caráter religioso. A esse último grupo somava-se a grande líder católica da enfermagem brasileira, Laís Netto dos Reys.

Ao mesmo tempo em que o grupo de religiosas enfermeiras se organizava, no sentido de obter mais poder e ampliar a visibilidade do grupo, com estratégias como a criação da UREB e da UCEB, Laís se encarregava da manutenção, na EAN, de rituais religiosos, como é o caso da “Festa da Medalha Milagrosa”, ato religioso caracterizado pela benção a um artefato religioso. O evento foi meticulosamente organizado por uma aluna da escola, Maria das Neves, a quem coube a missão de “guardiã da capela”.

Ao analisar esse acontecimento, recorro ao pensamento de Bourdieu (1992, p. 48), que considera fundamental a existência de interesse de um grupo ou uma classe, em tipo determinado de prática religiosa, ou bens de salvação, com destaque para a produção, reprodução, difusão e conservação dos mesmos, incluindo-se aí, a própria mensagem religiosa.

Nas cerimônias de cunho religioso da escola, Laís Netto dos Reys assumia posição de destaque. Tomando como exemplo a Festa da Medalha Milagrosa, coube a Laís a entrega da medalha abençoada (CD. EEAN/UFRJ. Acervo Iconográfico).

Como ressaltei, esses eventos contribuíam para garantir a perpetuação do capital político da Igreja, na conservação do mercado simbólico, pois, para que esse fenômeno se sustente, é necessário que se preserve os “*consumidores dotados de um*

*mínimo de competência religiosa*” e, desta forma, sejam capazes de perceber a necessidade específica dos bens de salvação e dos serviços religiosos. Ainda mais, este grupo atuaria, no futuro, como multiplicadoras deste mercado simbólico (BOURDIEU, 1992, p.52-59).

No mesmo ano, na formatura da turma de 1947, observou-se, através da produção do registro fotográfico envolvendo um grupo de alunas, que outras professoras da EAN, mesmo não sendo consideradas como especialistas da religião, agiam de forma a produzir, reproduzir e difundir os bens de salvação, próprios à Igreja católica e a seus representantes institucionalizados.



**Foto nº 9:** Pose grupal registrada após cerimônia de formatura, no internato da EAN, em 1947. Localização: CD. EEAN/UFRJ. Arquivo Iconográfico.

A foto registra a presença de cinco figuras, das quais, três alunas. Da esquerda para a direita, há duas alunas (figuras 1 e 2), seguidas de Laís Netto dos Reys (figura 3), outra aluna (figura 4) e, por último, a professora Elvira de Felice Souza (figura 5). Ao centro, está Laís, diretora da EAN. Ao fundo, e logo atrás de Laís, percebe-se a estátua de Anna Nery, ladeada pelas bandeiras nacional e da escola.

O grupo de alunas foi identificado apenas como Ana, Luíza e Lizete. Duas estudantes (figura 1 e 4) portavam uma vela acesa, em formato de cruz. Como ressaltou Bourdieu (1992, p. 36), esse artefato representaria o interesse religioso do leigo em favor de um objeto religioso próximo, com a capacidade de ser influenciado magicamente.

Além disso, no verso desta foto, observa-se a seguinte mensagem: *“A d. Elvira, no dia em que nos consagramos ao sacerdócio da enfermagem, oferecemos-lhe esta recordação acompanhada de nosso afeto”*.

A associação das velas ao teor da mensagem permite inferir que, de um modo geral, as professoras da EAN investiam na produção, reprodução, difusão e consumo dos bens de salvação, apesar de não serem consideradas como especialistas da religião institucionalizada.

Nessa perspectiva de análise, o interesse que um grupo encontra em determinado tipo de crença religiosa e, principalmente na produção, reprodução, difusão e consumo de um tipo determinado de bens de salvação, está relacionada ao reforço que o *“poder de legitimação do arbitrário contido na religião poderia trazer à força material e simbólica possível de ser mobilizada por este grupo, ao legitimar as propriedades materiais e simbólicas associadas a determinada posição na estrutura social”* (BOURDIEU, 1992, p.48).

Também o instrumento oficial para divulgação da União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB), em que Laís era presidente de honra, veiculou uma mensagem que expressa significativa associação da enfermagem com a religião, particularmente, quando manifesta que se tratava de *“uma obra de misericórdia ensinada e praticada pelos seus discípulos e apóstolos por todos os tempos. Onde há Cristianismo há caridade, onde há caridade há enfermagem”*. Esses fundamentos permitem compreender porque a aluna entendia que a sua formatura representava consagração ao sacerdócio de uma profissão, provavelmente, caritativa.

Não obstante, apesar das alianças, a condição de Escola Oficial Padrão, conforme definido no Decreto 20. 109/ 31, continuava ameaçada. A participação da ABED, cuja presidente, à época, era Zaíra Cintra Vidal, também foi importante, como entidade representativa da categoria, para minimizar o papel de Escola Padrão Oficial, a quem cabia a função de inspeção e equiparação das demais escolas, criadas desde então. Esta importante figura da enfermagem brasileira, aluna da segunda turma a se formar na Escola Anna Nery, assumiu o cargo de presidente da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, de 1943 a 1945 e de 1945 até 1948. Com a autoridade que a função lhe atribuía, Zaíra Vidal submeteu ao Ministro da Educação e Saúde, em 1946, um anteprojeto de criação de um Conselho Nacional de Enfermagem (UFRJ. EEAN. CD. Mod. I. CX. 7<sup>a</sup> 1946/1947. Doc. 25).

Ao analisar o conteúdo deste anteprojeto, torna-se claro que a representação da Escola Anna Nery ficou diminuída, pois, o respectivo conselho seria composto por nove membros<sup>122</sup>, apenas um representando a Escola Oficial Padrão “Anna Nery”.

---

<sup>122</sup> 2 enfermeiras representando as Escolas Oficializadas de alto padrão; 1 representante da Escola Anna Nery; 2 representantes da ABED; 3 enfermeiras representando, respectivamente, a Divisão de Organização Sanitária, a Divisão de Organização Hospitalar e, o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina (UFRJ. EEAN. CD. Mod. I. CX. 7<sup>a</sup> 1946/1947. Doc. 25).

O penúltimo artigo do documento em tela definia como funções do Conselho Nacional de Enfermagem:

colaborar com o Departamento Nacional de Educação, na instrução de processos de licença, funcionamento, inspeção periódica, equiparação de escolas de enfermagem públicas ou privadas, bem como na fiscalização de qualquer instituição que ministre cursos de auxiliar de enfermagem, para isso indicando as enfermeiras diplomadas, que nos aludidos processos deverão emitir parecer técnico, nos quais se louvará o Departamento Nacional de Educação (UFRJ. EEAN. CD. Mod. I. CX. 7<sup>a</sup> 1946/1947. Doc. 25).

Este documento demonstra o interesse de se restringir a função da Escola Anna Nery e ampliar a representação de outras personalidades e, portanto, dar continuidade ao processo que se iniciou com o investimento do SESP, apoiado pela Fundação Rockefeller, na criação da Escola de Enfermagem de São Paulo e, que mais tarde, influenciaria na criação de outras escolas de enfermagem.

Apesar do interesse comum, por parte de algumas representantes da categoria, esse Conselho Nacional de Enfermagem não se efetivou imediatamente, pois, no Congresso Nacional de Enfermagem, realizado no Rio de Janeiro, em 1948, ainda foram apresentadas reivindicações semelhantes às relatadas no anteprojeto citado, mesmo considerando um parecer de Laís Netto dos Reys, encaminhado ao Reitor da Universidade do Brasil, colocando-se favorável à criação do Conselho Nacional de Enfermagem (UFRJ. EEAN. CD. Mod. I. CX 7 A. 1946/1947. Doc. 25).

Diante da ameaça crescente ao estatuto de Escola Oficial Padrão, Laís Netto dos Reys manteve a aproximação com os novos atores do cenário político, como o Presidente da República, à época, Eurico Gaspar Dutra. Essa circunstância teve como

fato emblemático a presença do então Presidente, na formatura de um grupo de alunas da classe de 1948, realizada nas dependências do Internato da Escola. Além deste, também participaram da solenidade o reitor Azevedo do Amaral e da Igreja Católica, cardeal Jaime de Barros Câmara.



**Foto nº 10:** Formatura da classe de 1948, realizada no Internato da EAN. Localização: CD. EEAN/UFRJ. Arquivo Iconográfico.

Na composição da mesa, havia sete personalidades: a primeira figura, da esquerda para a direita, é o Dr. Fajardo, secretário do Reitor, o Reitor da UB, Azevedo do Amaral, seguido de uma terceira figura masculina não identificada, a quarta autoridade era o presidente Dutra, ao lado (quinta figura) do cardeal D. Jaime Câmara; a penúltima personalidade era Laís Netto dos Reis e, finalmente, outra figura masculina

também não identificada. Ao centro da mesa, encontrava-se o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Todos os presentes estão formalmente trajados com terno e Laís vestia o uniforme de enfermeira.

A bandeira nacional foi colocada atrás da mesa das autoridades e era tão grandiosa que sua extensão poderia ultrapassar toda a dimensão da mesa. Esse detalhe confere ênfase ao espírito patriótico de Laís e da maior autoridade nacional que era, ao mesmo tempo, um oficial do exército brasileiro.

Como se pode depreender do exposto, neste evento, Laís conseguiu reunir um grupo expressivo de autoridades: da política, da educação e religião, com destaque para a figura do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra e para o cardeal do Rio de Janeiro, d. Jaime de Barros Câmara. Na ocasião, comemorou-se também o jubileu de prata de formatura da “Turma Pioneira”.

No ano seguinte, em 1949, uma entrevista, de quase uma página, divulgada pela imprensa paulistana, sobre a importância da enfermagem e da Escola de Enfermagem de São Paulo, dirigida por Edith Fraenkel, parecia representar um esforço de destacar a razão de ser da escola, em face da necessidade de atender aos desvalidos, como evidencia o fragmento da matéria: *“no sentido de aproveitar e desenvolver as tendências humanitárias e sociais de nossas patrícias, foi organizada a Escola de Enfermagem de São Paulo”* (Jornal Folha da Noite, Publicado em 30 de maio de 1949 – São Paulo).

A matéria jornalística também faz alusão ao preparo teórico-prático das alunas, destacando a apropriação dos espaços do Hospital das Clínicas de São Paulo: *“recebem[am] aulas práticas no Hospital das Clínicas, onde também estagiam[avam]”* e faz referência ao local de prática, informando que possuía *“capacidade para mais de 1000 leitos”*, o que oferecia *“grandes vantagens para o preparo de enfermeiras nos*

*diversos ramos de enfermagem*”. Em continuidade, o autor do texto acrescenta que as alunas acompanhavam “*os estudos científicos e as pesquisas realizadas na Faculdade de Medicina, cujos laboratórios de ciências e de nutrição utilizavam*” (Jornal Folha da Noite, Publicado em 30 de maio de 1949 – São Paulo).

A valorização da apropriação dos espaços utilizados pela Medicina, ao mesmo tempo em que enuncia a distinção inerente ao preparo das enfermeiras, pois indicava que aquele grupo era distinto dos demais, traz subjacente o reconhecimento da superioridade do grupo da Medicina, pela valorização da importância de contracenar no mesmo espaço, concedido por esses agentes.

Se, com a criação da Escola Anna Nery foi fundamental a utilização de estratégias de manutenção de rituais, regularidade e o rigor no controle do tempo; a disciplinaridade do corpo e dos sentidos no desenvolvimento da arte de enfermagem; e a homogeneidade dos uniformes, que impecavelmente caracterizava o grupo, no sentido de se assegurar um padrão que se tornou conhecido e reconhecido nacionalmente, nas décadas seguintes, a necessidade de ampliar o número de Escolas de Enfermagem a fim de formar profissionais em quantidade suficiente para atender a demanda nacional, revelou grande arena onde o interesse de agentes de enfermagem travavam lutas simbólicas, objetivando a manutenção ou ampliação de suas posições no campo da enfermagem (SILVA JUNIOR, 2000, p. 85).

Vale destacar que a Escola Anna Nery, desde sua criação até 1949, quando se encerrou oficialmente a condição de Escola Oficial Padrão, através da Lei 775/49, não chegou a formar setecentas enfermeiras. De acordo com um documento oficial do SESP, a Escola de Enfermagem mais antiga do país, segundo o modelo anglo-americano, em 25 anos, desde a formatura de sua primeira turma, contribuiu para a

formação de 694 enfermeiras (Departamento de Arquivo e Documentação – COC. Cx 19, Doc. 8/4).

No que concerne à Escola de Enfermagem de São Paulo, Edith de Magalhães Fraenkel, diretora de estabelecimento anexo à Faculdade de Medicina, procurou acatar os limites da prática da enfermeira de modo a obter alianças com esse grupo e conquistar espaços: “... além disso, a especialista em enfermagem é colaboradora indispensável do médico...”. No mesmo pronunciamento, Edith apelou para a vocação cristã no desenvolvimento da assistência de enfermagem, junto ao médico: “...com o qual compartilha dos cuidados aos doentes e da humanitária alegria cristã de fazer o bem ao próximo, restituindo à família e à sociedade vidas preciosas” (Jornal A Gazeta, 9 de abril de 1949).

Parece evidente que o objetivo de Edith Fraenkel era estabelecer alianças com os médicos, para melhor inserção da Escola de Enfermagem de São Paulo, cujo principal campo de prática era o Hospital das Clínicas de São Paulo; em contrapartida, não ameaçaria a hegemonia dos médicos, como observado em seu depoimento.

Se por um lado, Laís Netto dos Reys teve o cuidado de manter estratégias para assegurar sua posição de distinção no campo da educação em enfermagem, por outro, também enfrentava resistências no plano interno da Escola Anna Nery, cujo embate iniciado em 1946, evidenciou o repúdio por parte do corpo social da Escola de Enfermagem Anna Nery, em torno de um movimento interpretado como uma “célula vermelha” que se procurou implantar no interior desta escola.

Em relatório encaminhado por Olga Salinas Lacorte, docente desta instituição, ao Conselho Universitário, a mesma concluiu que: “esta minoria de indisciplinadas, perfeitamente organizadas, procura derrubar e substituir todos os

*valores até então aceitos por nossa profissão*". (UFRJ. EEAN. CD. Cx Comunismo. Doc. 01, 09, 19, 29; PUREZA; SANTOS e BARREIRA, 2002, p.9).

Em meio à luta simbólica, uma matéria veiculada num jornal do Rio de Janeiro valorizava um fato importante na condução das atividades da escola, tentando vulnerabilizar a atuação da diretora da EAN, acusando-a de implementar o Curso de Auxílios de Enfermagem na escola, apesar de o mesmo não ser regulamentado<sup>123</sup>. A matéria era precedida do seguinte título: *"a diretora da Escola Anna Nery, que mantinha curso clandestino, acusou de comunista uma aluna"* (UFRJ. EEAN. CD. Comunismo. Doc. 20).

Em seu depoimento à Comissão de Inquérito do Conselho Universitário, Laís ratificou seu modo de pensar acerca da influência comunista, afirmando:

Salientei o grande e profundo mal causado por essa influência nefasta dos comunistas, isto é, dos elementos pertencentes ao partido ou não, mas imbuídos da doutrina e dos métodos comunistas, realizaram esse trabalho de difundir no comportamento dos recorrentes que desprezando todos os elementos de sua escola e toda a hierarquia universitária, não procuram uma só, buscando entretanto, os elementos comunistas para seus mentores (UFRJ. EEAN. CD. Comunismo. Doc. 20).

Ao final desse desgastante processo, Laís não conseguiu excluir qualquer das alunas acusadas; apenas lhes foram imputadas penalidades exemplares, sob a forma

---

<sup>123</sup> A regulamentação desta categoria se deu através da Lei 775/49, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, que foi eleito depois de um período de aproximadamente quinze anos de Governo Vargas (1930 – 1945).

de suspensão por períodos consideravelmente extensos<sup>124</sup> (UFRJ. EEAN. CD. Comunismo. Doc. 01).

Nessa empreitada de combate ao grupo de alunas acusadas de responsáveis pela difusão da doutrina comunista no interior da escola, Laís Netto dos Reis contava com o apoio de duas outras instituições importantes: o Estado e a Igreja católica, que identificavam as idéias comunistas como ameaça, desde o término da Primeira Guerra Mundial.

O contexto político-social era bastante favorável às demandas de Laís, pois o governo Dutra também empreendeu sua investida contra o Partido Comunista. A iniciativa foi influenciada pela modificação das relações internacionais envolvendo as grandes potências e o incremento das concepções conservadoras, em paralelo ao crescimento do partido comunista. No Brasil, o PCB era representado no Congresso Nacional, no Senado Federal, na Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e, em São Paulo, foi muito bem sucedido nas eleições estaduais de 1947. Estimava-se que no ano anterior, o PCB agregava entre 180 a 200 mil militantes.

Por outro lado, a esperança de paz mundial era cada vez mais remota, culminando no que se convencionou chamar de “guerra fria”, dividindo o mundo em dois grandes grupos. Diante disso, as denúncias de dois deputados do PTB foram suficientes para que o Supremo Tribunal Federal decidisse cassar o registro do Partido Comunista (FAUSTO, 2001, p. 402).

A Igreja, que desde o Governo Vargas atribuía ênfase às teses de defesa da ordem, nacionalismo, patriotismo e anticomunismo, em função dos privilégios que

---

<sup>124</sup> As suspensões foram assim definidas: Zenóbia Gomes dos Santos (suspensa por 12 meses); Ilma B. Porciúncula de Moraes ( suspensa por 6 meses); Isaura de Castro Farias (suspensa por 6 meses); Lisette C. Dall’orto ( suspensa por 6 meses) e Ilda Carvalho de Oliveira ( suspensa por 4 meses). Essas penalidades deveriam ser cumpridas nas residências das próprias alunas (UFRJ. EEAN. CD. Comunismo. Doc. 01).

desfrutava e também em função da própria afinidade político-ideológica, não encontrava na conjuntura atual, qualquer motivo que justificasse mudanças em seu posicionamento político (MAINWARING, 1989, p.47). Assim, continuava a opor-se aos princípios socialistas.

Durante os anos de seu governo, o presidente Dutra enfrentou grandes problemas, como o crescimento inflacionário, a pressão dos oposicionistas e um expressivo déficit na balança de pagamento. Além disso, percebia os reflexos da conjuntura internacional, agravada em consequência da segunda guerra mundial. Nesse panorama complexo, decidiu assinar um acordo com os Estados Unidos, cujo trabalho permitiu identificar alguns pontos críticos, considerados como limitantes para o desenvolvimento do país. Dentre estes, encontravam-se a precariedade de saneamento, e dos sistemas de transporte e de energia (SKIDIMORE, 1996, p.246).

Este trabalho pode ter influenciado o presidente Dutra, no sentido de formular um plano de governo, orientado para superar as dificuldades e promover o desenvolvimento do país. A iniciativa, designada como Plano SALTE<sup>125</sup>, conjugava as principais metas governamentais e tinha como prioridades a saúde, a alimentação, o transporte e a energia (SKIDMORE, 1996, p.246). Desde 1948, o Plano tramitou no Congresso, sendo sancionado apenas em maio de 1950 (Acervo da Biblioteca Nacional. Relatório e contas da Administração Geral do Plano SALTE. 1949 – 1951).

Para Santos et al. (2002, p.563), na área da saúde, a estratégia era continuar os trabalhos iniciados com a criação do IAIA, assegurando a autonomia do

---

<sup>125</sup> O Plano SALTE, seria financiado pelo produto da receita ordinária da União; por um empréstimo de divisas ao Banco do Brasil S. A .; por uma operação de crédito interno, sob a forma de emissão de obrigação do Tesouro, e, finalmente, por parte da receita do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria. Esse plano começou a ser executado antes de sua aprovação pelo Poder Legislativo. A Lei nº 537, de 14 de dezembro de 1948, aprovou o orçamento geral da República para o exercício financeiro de 1949, definindo o valor necessário para obras e serviços. A Lei nº 749, de 27 de Junho de 1949, discriminou as aplicações desse crédito global, e, em 18 de maio de 1950, foi então sancionada a Lei nº 1102, que aprovou o Plano SALTE e dispôs sobre sua execução.

SESP. O fato é que, à medida que se tornava conhecida a realidade de saúde pública fora da Capital da República, percebia-se também que era crítica a insuficiência de pessoal de enfermagem.

Essa conjuntura mobilizou a enfermagem brasileira, no sentido da busca de solução condizente com a realidade de saúde pública do país e, ao mesmo tempo, preservasse o espaço profissional das enfermeiras diplomadas. A realidade envolvia outros agentes externos à enfermagem, como a categoria médica e, portanto, caracterizava-se como espaço de interesses específicos onde predominavam as lutas simbólicas.

De acordo com Santos et al (2002, p.566-568), as resistências para a manutenção da enfermeira de alto padrão, que reproduzia a cultura dominante e constituía o habitus profissional da enfermagem brasileira, como única alternativa para dar conta do problema de saúde no país, partiam dos médicos, que preferiam lidar com pessoal de enfermagem dotado de menor capital social; das forças políticas que queriam um pessoal de enfermagem preparado num tempo menor para, assim, atender a demanda do país. Essa interpretação é ratificada por Laís Netto dos Reys, ao afirmar textualmente que: *“se as enfermeiras não solucionarem o problema, ele será objeto de cogitação dos médicos que dele sentem a necessidade e vem recorrer à participação dos técnicos”*. Ela acrescentou que *“as dificuldades levaram os diretores de hospitais a recorrerem ao governo, pedindo providências...”* (UFRJ. EEAN. CD. Ata da Reunião de Diretoras, 1944).

Toda essa conjuntura gerava pressão para transferir a responsabilidade de reconhecimento das escolas de enfermagem para o Ministério da Educação e Saúde (SANTOS et al. 2002, p.566-568), o que, por conseqüência, subtrairia à Escola Anna Nery, esse ganho simbólico.

Em 1949, foi realizado no Rio de Janeiro, o III Congresso Brasileiro de Enfermagem. Na programação do evento, chama atenção o fato de não constar, em qualquer das funções, o nome de Laís Netto dos Reys. Essa lacuna pode ser indicador da doença, que segundo o depoimento da Sra. Lieselotte, se tratava de leucemia que, no ano seguinte, em 03 de julho de 1950, tirou-lhe a vida.

Ainda em 1949, a Lei nº 775/49 pôs fim à exigência de equiparação das escolas ao “ modelo Ana Neri”. Essa medida legal representou considerável perda simbólica para a EAN e motivo de preocupação para as Escolas de Enfermagem de orientação católica, as quais passaram à avaliação da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde, cujo ato de autorização ficou subordinado ao Ministro, sendo a concessão de reconhecimento, uma prerrogativa do Presidente da República.

Diante dessa conjuntura, foi criada em 1949, a Escola de Enfermagem Madre Maria Teodora, reconhecida pelo Decreto nº 28.373, de 12 de julho de 1950, e agregada à Universidade Católica de Campinas. Através do Decreto nº 52.538, promulgado em 30 de setembro de 1963 e publicado no D. O . de 8 de novembro do mesmo ano, passou a denominar-se Faculdade de Enfermagem Madre Teodora; portanto, mais uma instituição de ensino de enfermagem calcada nos moldes da ideologia católica (REBEn, 1965, p. 101).

Para melhor compreensão da atuação dos grupos concorrentes na disputa pela ocupação deste campo, é importante observar como se apresentava a configuração no campo da educação em enfermagem, fora do âmbito do Rio de Janeiro. Segundo esse critério, temos que, durante o período estudado, envolvendo a Era Vargas e o pós – guerra imediato<sup>126</sup>, das trinta e nove Escolas de Enfermagem existentes, vinte eram católicas, correspondendo a 51,28 %; nove escolas estaduais, equivalendo a 23,08 %,

---

<sup>126</sup> Nesse estudo foi considerado como pós-guerra imediato até 1949.

quatro de âmbito federal, 10,25 %, três evangélicas, 7,69 %, duas filantrópicas (5,13%) e uma municipal, representando 2,56%.

Esses dados indicam que, nesse período, houve considerável incremento na criação das escolas de enfermagem católicas, o que atendia às necessidades da Igreja, aliada do Estado e, de certo modo, demonstrava o crescimento das alianças que mobilizaram as lutas de Laís, naquele período.

Retomando a questão da criação dos Cursos de Auxiliares de Enfermagem, recorro a Santos et al.(2002, p. 565), quando ressaltam que Ella Haisejeader, enfermeira assessora do IAIA/SESP, no trabalho de saneamento do nordeste brasileiro, colocada à disposição da Escola de Enfermagem de São Paulo<sup>127</sup>, no sentido de estabelecer novo ponto de aliança entre a missão de enfermeiras americanas e as brasileiras, atuou de forma significativa na tomada de decisão que visava à inclusão do curso de auxiliar de enfermagem no anteprojeto, mais tarde sancionado como Lei 775/49. Mais tarde, essa enfermeira americana foi também designada pela Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) para presidir a Comissão que concluiria os estudos acerca da regulamentação dos cursos de auxiliares de enfermagem. Assim, Hasenjaeger personificava, mais uma vez, o discurso autorizado das enfermeiras americanas no Brasil.

Mais ainda, na qualidade de assessora da Escola de Enfermagem de São Paulo, atuava unida a Edith Fraenkel no combate àquela que representava a maior autoridade institucional para a enfermagem brasileira, como pode ser observado no relato da depoente Anna Jaguaribe da Silva Nava: “*d. Laís foi muito combatida pela d. Edith e pela Hasenjaeger*”.

---

<sup>127</sup> Enfermeira do IAIA, a partir de junho de 1944 passa a atuar como assessora da Escola de Enfermagem de São Paulo e do Serviço de Enfermagem do Hospital da Clínicas (Departamento de Arquivo e Documentação – COC. SESP, cx 19, doc. 8).

A despeito do elevado número de escolas de enfermagem católicas, que se elevou de um total de 09 (37,5%), na década de 40, para 20 ( 51, 28%) na década de 50, persistiu importante questão, que preocupava aquelas religiosas enfermeiras, diretamente ligadas à formação de enfermeiras e auxiliares de enfermagem religiosas.

A missão das religiosas enfermeiras, tendo em vista a representatividade que de fato tinham no campo da enfermagem hospitalar, ainda era bastante expressiva. Considerando levantamento apresentado por Bruneau (1974, p. 225), em 1963, ainda havia 895 religiosas enfermeiras e 1118 religiosas auxiliares de enfermagem, para um total de 865 hospitais gerais e 79 especializados.

Apesar disso, parece que a formação desse grupo de profissionais não tinha a qualidade desejada, ou pelo menos, podia-se dizer que o número de religiosas enfermeiras, realmente qualificadas, atuando no campo da educação em enfermagem, não era suficiente para dar conta da reprodução dessas agentes, de modo a suprir os campos da enfermagem e da educação em enfermagem. Essa conclusão encontra suporte na afirmação de Irmã Bernades (1952, p. 107), acerca da necessidade da formação de uma elite de religiosas enfermeiras diplomadas, “*suficientemente preparadas, tanto na parte técnica, como na cultural*”, a quem caberia a responsabilidade do ensino de enfermagem. Enquanto isso não fosse possível, considerava a religiosa enfermeira, não se poderia melhorar rapidamente a enfermagem religiosa brasileira.

A esse respeito, desde o Primeiro Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, organizado pela UREB, em 1944, já se reconhecia a premência de criação de uma escola superior de enfermagem, para o “*preparo de enfermeiras para a docência a fim de melhorar o nível de eficiência das escolas católicas*” (CD. EEAN/ UFRJ. Cx. CPC. doc. 01).

Cumprir considerar ainda a possibilidade, cada vez mais concreta, de que a aprovação da Lei nº 775, representasse risco real àquelas escolas de enfermagem que não conseguissem sustentar, com qualidade, o curso de enfermagem. Nesse sentido, vale lembrar o relatório elaborado pela Fundação Rockefeller, no início da década de 40, que questionava a equiparação das primeiras escolas de enfermagem, ao modelo oficial padrão, sendo duas dessas escolas, católicas e, uma estadual, que incorporava fortemente o ideário católico.

Sob esse ponto de vista, a regulamentação do curso de auxiliar de enfermagem, tanto defendida por Laís Netto dos Reys, que muito colaborou com as enfermeiras religiosas, quer seja no reconhecimento dos diplomas daquelas que ostentavam esse capital institucionalizado oriundo de outra nacionalidade, quer seja, na formação das primeiras religiosas enfermeiras, os quais permitiram a criação das primeiras escolas de enfermagem católicas do país, poderia significar alternativa para ocupar numericamente os espaços hospitalares.

A esse respeito, Rosaly Taborda (1951, p. 142 – 143), ex-aluna da EAN e, mais tarde, diretora da Escola de Enfermagem de Manaus, considerava que o rigor na fiscalização das escolas de enfermagem, sob a responsabilidade da Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde, redundaria no fechamento da grande maioria das escolas de enfermagem. Nessa linha de pensamento, a autora ressalta a responsabilidade da enfermeira ou da comissão ao desempenhar tal função e apela no sentido de que essas profissionais compreendessem que a fiscalização das escolas de enfermagem, por muito tempo, fosse mais no sentido de cooperar do que fiscalizar propriamente, e assim, beneficiaria as escolas de enfermagem que, mesmo possuindo um *“corpo docente eficiente e o ensino teórico em padrão elevado”*, encontravam em

seus estágios o ponto de fragilidade, em função da inexistência ou deficiência das instituições adjacentes.

Diante dessas considerações, a diretora da Escola de Enfermagem de Manaus reconhecia que *“as escolas de enfermagem que, absolutamente impossibilitadas de cumprirem as exigências da lei em relação aos estágios, fossem transformadas em cursos de auxiliares de enfermagem”*, após dois anos de seu funcionamento.

As opiniões de Rosaly Taborda, enfermeira da EAN, merecia reconhecimento por parte das autoridades do campo da saúde, da enfermagem, e da educação em enfermagem, pois coube a ela a inspeção final de duas das três primeiras escolas de enfermagem equiparadas à EAN: a Escola Carlos Chagas e a Escola Luíza de Marillac, conforme os ofícios nº 97/ 42 e 135/42, respectivamente (CD. EEAN/ UFRJ. Cx. 03. Doc. 43 e 37).

Diante da luta simbólica travada no campo da educação em enfermagem, constata-se que as posições ocupadas pela agentes correspondiam, relativamente, a um valor determinado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto social, político, econômico e religioso das décadas de trinta e quarenta convergiu para o (re)alinhamento das posições de poder e prestígio no campo da educação em enfermagem.

Se em 1922, a criação de uma escola de enfermagem de “alto padrão”, a Escola Anna Nery (EAN), era considerada muito importante para a Reforma Carlos Chagas alcançar seus objetivos no campo da saúde pública, no início dos anos trinta, percebia-se a necessidade de legitimar juridicamente a EAN, “Escola Oficial Padrão”, tendo em vista a criação e equiparação das demais escolas, através do Decreto nº 20.109/31.

Esta medida constituiu ponto de partida para a emergência de outras escolas de enfermagem, segundo o modelo anglo-americano, pois não era suficiente apenas um estabelecimento compatível com os critérios da modernidade, na formação de enfermeiras para o país. A partir de então, houve espaço para investimento em outros estabelecimentos formativos na área da enfermagem.

Outro ponto a ressaltar é que a revitalização dos serviços de saúde no Brasil, nos anos quarenta, decorreu igualmente da participação dos Estados Unidos e do Brasil na Segunda Guerra Mundial e da cooperação do Instituto para Assuntos Interamericanos (IAIA), do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e da Fundação Rockefeller.

Desde 1931, o país não contava com instituição educacional equiparada à EAN, conforme o previsto no Decreto 20.109/31. Apenas em 1942, as três primeiras escolas de enfermagem conseguiram adquirir esse estatuto. Laís Netto dos Reys, na

condição de diretora da Escola Anna Nery, desempenhou papel importante no processo de criação e de equiparação dessas escolas.

Sua nomeação para o cargo parece não ter sido apenas decorrência dos estreitos laços que mantinha com lideranças da Igreja católica, nem pelo seu patriotismo, manifesto claramente em várias oportunidades. Como demonstram os documentos que consultei e expus nesta pesquisa, a figura de Getúlio Vargas representava, segundo Laís, um personagem digno de admiração: basta lembrar que, por ocasião de sua deposição do cargo de Presidente da República, Laís tomou a iniciativa de expressar-lhe solidariedade através de um abraço amigo.

Apesar de entender que estes fatores já seriam suficientes para a nomeação de Laís para a direção da Escola, considerando o contexto político-social da Era Vargas (1930-1945), em que a aliança entre o Estado e o catolicismo era reconhecidamente de interesse de ambas as partes, não pode ser desprezada a interferência de seu irmão, que trabalhava no Palácio do Catete, portanto, próximo ao centro do poder político do país.

Os documentos consultados indicam que a posição de Laís Netto dos Reys foi estratégica para que a igreja católica capitalizasse lucros simbólicos no campo da educação em enfermagem, organizando as próprias escolas. É pertinente notar que, apesar de o Decreto 20. 109 prever a equiparação das escolas de enfermagem ao modelo padrão, desde 1931, apenas em 1942, as primeiras escolas de enfermagem alcançaram essa meta: duas católicas (Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e Escola de Enfermagem Luíza de Marillac) e uma estadual, porém, fortemente influenciada pela ideologia católica (Escola de Enfermagem Carlos Chagas).

Foi sob a direção de Laís Netto dos Reys, inicialmente na Escola de Enfermagem Carlos Chagas, e em seguida, na EAN, que se diplomaram as primeiras

enfermeiras religiosas. Além disso, Laís fez parte da banca examinadora que revalidou os primeiros diplomas de religiosas estrangeiras, permitindo que elas atuassem nas mesmas condições que as enfermeiras diplomadas no Brasil. Essas medidas foram significativos alicerces para a criação das primeiras escolas de enfermagem católicas em nosso país.

A criação de outros espaços destinados à formação de enfermeiras propiciou a organização de grupos em torno de interesses mais amplos e, em outros momentos, envolvendo interesses mais específicos. As lutas simbólicas entre os grupos para fazer prevalecer seus propósitos tiveram como fóruns mais expressivos as Reuniões de Diretoras de Escolas de Enfermagem, organizadas na EAN, sob a presidência de Laís.

Os Congressos Nacionais de Enfermagem constituíam ambiente privilegiado para debater os problemas nacionais de enfermagem, difundir as experiências no campo do trabalho e da educação em enfermagem e definir as estratégias para solucionar ou minimizar os obstáculos com que se deparavam.

Outros espaços de igual monta foram os eventos promovidos pelas associações católicas de enfermagem, cujas finalidades mais significativas eram defender e difundir os princípios próprios à religião católica.

No âmbito das Reuniões de Diretoras de Escolas de Enfermagem, muitos eram os enfrentamentos liderados por Laís (diretora da EAN), por Edith de Magalhães Fraenkel (diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo) e por Madre Marie Domeneuc (representante da Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo). Dentre os vários temas abordados, merece atenção peculiar o currículo mínimo para os cursos de enfermagem, onde eram consideradas a duração do curso, suas disciplinas e a melhor

forma de se obter experiência prática (os estágios) e a criação dos cursos de auxiliares de enfermagem, cuja principal defensora era Laís Netto dos Reys.

Essas discussões tinham como ponto central a concorrência que a nova categoria poderia representar para as enfermeiras; a duração do curso e o local mais adequado para que o mesmo acontecesse, pois parte das dirigentes entendia que o distanciamento das escolas de enfermagem reduziria a possibilidade de se confundir a auxiliar de enfermagem com a enfermeira diplomada. Por outro lado, Laís Netto dos Reys acreditava que, se os cursos de auxiliares de enfermagem fossem desenvolvidos anexos às escolas de enfermagem, seria possível manter maior controle na formação dessa nova categoria.

De acordo com o entendimento de Laís, se a necessidade de pessoal mais qualificado era irremediável, em função da realidade social nas várias regiões do país, então que os cursos de auxiliares de enfermagem ocorressem sob a observação das enfermeiras diplomadas e o controle das instituições de ensino próprias para a formação da enfermeira. Esperava-se, dessa forma, garantir que as auxiliares de enfermagem percebessem, desde o início de sua formação, quais os limites de sua atuação. Apesar disso, também se defendia que apenas uma fiscalização mais efetiva do exercício profissional seria suficiente para impedir que pessoas sem a devida qualificação pudessem desenvolver as funções próprias às enfermeiras.

Hoje, percebo que as disputas para a criação de nova categoria na enfermagem, que exigisse um investimento menor do que os destinados às enfermeiras, poderia servir a outros fins. Algumas fontes consultadas fazem alusão à necessidade de aprimoramento dos conhecimentos das religiosas enfermeiras, sugerindo que, a despeito do número de escolas de enfermagem católicas existentes até a década de quarenta (37,5%), nem todas teriam a devida competência para a formação de enfermeiras, tanto

no aspecto técnico como cultural, em atenção ao exigido na legislação vigente, de modo a assegurar a participação das religiosas enfermeiras no campo da enfermagem e no campo da educação em enfermagem. Nesse sentido, a regulamentação do curso de auxiliar de enfermagem, ardorosamente defendida por Laís Netto dos Reys, poderia significar uma alternativa a essas escolas de enfermagem católicas.

Essa inferência encontra suporte no entendimento da enfermeira Rosaly Taborda, em função da promulgação da Lei 775/49, de que tamanha seria a responsabilidade da Comissão de Avaliação de escolas de enfermagem que representava a Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde, pois o excessivo rigor levaria ao fechamento de muitas escolas. Na oportunidade, Taborda sugeriu que as escolas de enfermagem impossibilitadas de cumprir as exigências da lei, fossem transformadas em cursos de auxiliares de enfermagem, após dois anos de funcionamento.

A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED), como representante da categoria, foi importante no movimento que culminou na aprovação da Lei nº 775/49, que dentre outras decisões, transferiu para o Ministério da Educação e Saúde, o poder de inspecionar e reconhecer as escolas de enfermagem no país. A principal porta voz desse movimento foi Edith de Magalhães Fraenkel que, na qualidade de diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo, manifestou-se oficialmente contrária à inspeção de Escolas de Enfermagem sob os auspícios de uma única pessoa, no caso Laís Netto dos Reys. Edith Fraenkel argumentava que esta mesma pessoa poderia defender ideais não condizentes com as necessidades da sociedade brasileira.

Em substituição ao poder ostentado pela EAN, Edith propôs a criação de um Conselho Nacional de Ensino. Vale lembrar que Edith Fraenkel representou a

categoria junto à ABED, nos períodos de 1927 a 1938, de 1941 a 1944 e de 1948 a 1950, quando foi promulgada a Lei nº 775/49.

Ainda sob a presidência de Edith Fraenkel junto a ABED, foi realizado o II Congresso Nacional de Enfermagem, na Capital Federal, no período de 18 a 24 de julho, onde se decidiu encaminhar ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e Saúde, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e aos membros da Comissão de Educação e Saúde Pública daquele congresso, as resoluções finais do evento. Entre outras, merece relevo a Resolução nº 2, onde se propôs que o reconhecimento das escolas de enfermagem fosse atribuição do Conselho Nacional de Educação, a exemplo do que ocorria com as demais escolas de ensino de nível superior.

As associações católicas de enfermagem: União de Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB) e a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB), criadas para representar os interesses da Igreja Católica junto à enfermagem brasileira, conseguiram desempenhar suas funções com êxito, uma vez que a UREB preocupou-se com o aprimoramento da qualificação das religiosas que atuavam no cuidado ao doente e/ou no ensino de enfermagem. Além disso, a UREB investiu na criação de outras escolas de enfermagem católicas e de cursos de auxiliares de enfermagem.

A UCEB, estruturada para aproximar e facilitar o entendimento entre as enfermeiras católicas leigas e religiosas, atuou juntamente com a UREB, no sentido de defender os interesses da Igreja Católica, que via no materialismo e no paganismo contemporâneos uma grande ameaça aos princípios católicos. Essas ameaças mereceram a interferência do cardeal Pizzardo, por ocasião do II Congresso Internacional de Enfermagem, realizado em Roma, em 1935, exigindo que todas as enfermeiras católicas do mundo, religiosas e leigas, unissem esforços para reconduzir a sociedade à concepção cristã da vida, do dever e do sofrimento.

A Igreja Católica contava com as enfermeiras católicas para difundir os seus princípios, ameaçados diante das mudanças do mundo contemporâneo, tanto assim que, anos mais tarde, em 1950, o IV Congresso internacional de Enfermagem, realizado também em Roma, definia as linhas mestras para nortear a formação profissional da religiosa enfermeira, cujos princípios fundamentais preceituavam o respeito à pessoa humana, defendendo-a do materialismo e paganismo contemporâneos.

De maneira coerente com as determinações do apostolado católico, tanto a UREB quanto a UCEB organizaram-se para defender o que a Igreja considerava “cristianismo autêntico”, por considerar todos os princípios da moral cristã, com ênfase na pessoa humana, tanto na sua vida física e psíquica, quanto na convivência familiar e social.

Por sua vez, foram bem diversificadas as estratégias utilizadas pela EAN para assegurar a posição de poder e prestígio ostentados na condição de “Escola Oficial Padrão”. Como exemplo, creio ser pertinente arrolar os seguintes eventos que ocorreram na década de trinta:

- a EAN, sob a direção de Rachel Haddock Lobo, participou do cuidado aos feridos, na Revolução Constitucionalista de 1932;
- as primeiras religiosas foram matriculadas no curso de enfermagem da EAN, embora nenhuma delas tenha concluído o curso;
- a EAN sediou a criação da primeira Revista Brasileira de Enfermagem (Anais de Enfermagem), instrumento oficial de divulgação e socialização dos conhecimentos da categoria;
- a EAN foi a primeira escola de enfermagem do país a fazer parte do cenário universitário;

- a EAN deu início ao processo de revalidação dos diplomas de três religiosas estrangeiras da Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, no mesmo ano de criação da escola.

Na década de quarenta, as estratégias de visibilidade à enfermagem e a EAN foram muito intensas, em função da concorrência estabelecida com outras lideranças da enfermagem brasileira. Entre essas medidas, podemos citar:

- a preocupação e adoção de medidas concretas, por iniciativa de Lais Netto dos Reys, com o intuito de assegurar a manutenção do habitus religioso a um grupo de religiosas católicas, no curso de enfermagem da EAN, permitindo que das onze religiosas matriculadas, apenas uma não conseguisse concluir o curso de enfermagem;
- o incentivo à participação de enfermeiras da escola em cursos de especialização no exterior;
- a manifestação de Lais em apoio à formação de enfermeiras religiosas de todas as ordens católicas, através de carta enviado ao cardeal d. Sebastião Leme por ocasião do I Concílio Plenário Nacional, realizado em 1939, no Rio de Janeiro.

Além da participação das alunas em eventos cívicos, também foram organizadas atividades que valorizassem a relação da EAN com autoridades civis, religiosas e políticas, dentre as quais podemos destacar a visita ao Palácio do Catete, como parte das comemorações da V Semana da Enfermeira, em 1945, onde foram recepcionadas pelo próprio Presidente da República.

As “Caravanas Anna Nery” também funcionaram como estratégia importante, para ampliar o reconhecimento da EAN nos limites da Universidade do

Brasil (UB), pois, esse evento aconteceu, como parte das comemorações da Semana da Enfermeira, um ano após a EAN ter conquistado a condição de unidade autônoma da UB, e contou com a participação de médicos, dentistas e assistentes sociais da universidade. As “Caravanas Anna Nery” também demonstravam, mais uma vez, que a Igreja podia contar com a liderança de Laís, pois o planejamento dessa atividade contou com a participação do bispo de uma das localidades beneficiadas, d. Alano Du Noday.

Laís Netto dos Reys seria simpática ao Partido Integralista, o que se justificaria em função da ideologia do partido, que inculcava em seus adeptos a abnegação, o sacrifício e o sofrimento como meios para despertar a nação e a alma do povo. De forma similar, a Igreja católica Romana, invocava o sofrimento como meio de salvação da alma, capaz de aproximar o indivíduo do reino celestial. No que tange à aproximação entre autoridades da Igreja e o Integralismo, destaco a participação de d. Hélder Câmara, na chefia do setor de educação da Associação Integralista do Brasil (AIB). Mais tarde, em 1949, por solicitação de Laís Netto dos Reys, d. Hélder Câmara desempenharia a função de capelão da EAN, para ministrar assistência religiosa as alunas.

A tolerância da Igreja Católica junto ao Movimento Integralista baseava-se na possibilidade de tê-lo como aliado para enfrentar as lutas de classe e a expansão do comunismo, que se consolidava na Rússia e se ampliava a partir da Segunda Guerra Mundial. O integralismo e a igreja católica cultivavam importantes pontos em comum. Talvez isso explicaria a afinidade de Laís com o Partido Integralista, mesmo após a instauração do Estado Novo (1937 – 1945), onde os partidos políticos foram perseguidos, dentre eles o Partido Integralista, cujo líder político, Plínio Salgado acabou exilado em Portugal. Após o Estado Novo, o catolicismo não manteve mais representação junto ao Movimento Integralista que se encontrava na clandestinidade.

Apesar de todas as estratégias utilizadas por Laís Netto dos Reys, durante o exercício da direção da EAN, o que se observou é que a Escola de Enfermagem de São Paulo, dirigida por Edith de Magalhães Fraenkel, sob a égide do SESP, assumiu papel expressivo no processo de criação de outras escolas de enfermagem, mesmo ainda não tendo sido promulgada a Lei nº 775/49. Como exemplos dessa interferência, merecem relevo as visitas realizadas a Recife e Salvador para avaliar as condições adequadas para a criação de escolas de enfermagem naquelas cidades. Essas visitas contaram com a participação pessoal de Edith Fraenkel e da assessora de sua escola e do Hospital das Clínicas de São Paulo, Ella Hasenjaeger.

Em termos gerais, as fontes que consultei para realizar este estudo indicam que a Escola Anna Nery, liderada por Laís Netto dos Reys, a Escola de Enfermagem de São Paulo, liderada por Edith de Magalhães Fraenkel e a Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo, sob a liderança de Madre Marie Domeneuc, representavam três importantes núcleos que lutavam pela enunciação do discurso autorizado no campo da educação em enfermagem. Estes grupos, ao mesmo tempo em que lideravam as estratégias na defesa dos interesses mais abrangentes para a enfermagem brasileira, também investiam no sentido de fazer prevalecer interesses específicos, o que exigia a formação de alianças conjunturais, políticas e ideológicas, de acordo com cada momento.

Considerando o recorte terminal deste estudo, podemos inferir que, se por um lado, Laís Netto dos Reys, diretora da EAN, amargou a perda do estatuto de “Escola Oficial Padrão”, para fins de criação e equiparação de outras escolas de enfermagem no país, por outro lado, deve ter-se sentido recompensada com a regulamentação dos cursos de auxiliares de enfermagem, os quais causaram intensos

embates entre as mais expressivas autoridades da educação em enfermagem do país, cuja defensora mais vigorosa era Laís Netto dos Reys.

O produto dessas lutas pode ser muito bem apreciado, se projetarmos a observação para um período de tempo mais abrangente, por exemplo 1961, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. À época, o ensino de enfermagem apresentava a seguinte configuração: escolas católicas (51, 28%), estaduais (23, 08%), federais (10, 25%), evangélicas (7,69%), filantrópicas (5,13%) e municipal (2, 56%), distribuídas nas diferentes regiões do país: sudeste (51, 28%), nordeste (17, 95%), centro – oeste (7,69%), norte (5, 13%) e sul (17, 95%). Quanto aos cursos de auxiliares de enfermagem, constata-se que, na década de 40, temos 36, 36% desses cursos vinculados a instituições católicas, na década de 50, esse percentual aumentou para 40%.

Esses dados exigem análise cuidadosa, própria dos estudos acadêmicos. Mas... Isso seria outra história...

- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Alceu Amoroso Lima**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/cads/40/alceu.htm>>. Acessado em: 25 de julho de 2004, 11:30:20.

ALMEIDA FILHO, Antonio José; SANTOS, Tânia Cristina Franco. **Participação da Escola de Enfermagem Anna Nery na Revolução Constitucionalista de 1932**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília (DF). V. 56, n. 5, set/out. 2003.

ALMEIDA, M. I. de; COSTA, Maria S. e JORGE, Maria, S. B. Associação Brasileira de Enfermagem – Seção ceará: uma viagem através da história. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 54, n. 2, abr/jun. 2001.

AMORIM, Wellington Mendonça. **A reconfiguração da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1937 – 1949)**. Relatório parcial da Tese de Doutorado. 2003 – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Maria Aparecida. **História da Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo: Gestão Celina Viegas**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo. Universidade Federal de Minas Gerais.

ARTACHO, Stella e FURTADO, Lilia. Histórico da Escola de Enfermagem Hugo Wernwck. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, Ano XV, n. 2, abril, 1962.

AZZI, Riolando. **Trajetória da Educação Católica no Brasil (1844 – 1944)**. Disponível em: <<http://www.eduline.com.br>>. Acessado em: 28 de setembro de 2002, 16:30:28.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I.A. **A Luta da Enfermagem por um Espaço na Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I.A. Docentes e estudantes no processo de mudança do ensino de enfermagem no Brasil. **Texto e Contexto Enferm.**, Florianópolis, V.8, n. 1, p. 67 – 79, jan./ abr., 1999.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. A (re) configuração do campo da enfermagem durante o Estado Novo (1937 – 1945). **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, V.55, n.2, p. 205 – 216, mar./ abr. 2002.

BARREIRA, I. de A. ; SAUTHIER, Jussara; BAPTISTA, S. de S. O Movimento Associativo das Enfermeiras Diplomadas Brasileiras na 1ª metade do século 20. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 53, n. 4, p. 157-173, abr./jun.2001.

BARONI, C. ; BAPTISTA, S. de S. **Implantação dos cursos de graduação em enfermagem na década de 70**. Rio de Janeiro: mimeo, 2002.

BASTOS, Soraia do Socorro Furtado; BAPTISTA, Suely de Souza. **A implantação das Escola de Enfermagem Evangélicas na década de 30**. Relatório parcial de pesquisa de Iniciação Científica do CNPq. 2004.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos – FINESP, 1984.

BERNARDES, Antonieta M. de B. Função da Enfermeira Religiosa na Atualidade Brasileira. **Anais de Enfermagem**. V. V, N. 1 – jan. 1952.

BEZERRA, Maria Regina Marques. **A Enfermagem e a Aliança da Igreja com o Estado: Escola de Enfermeiras Luiza de Marillac**. 2002. Dissertação ( Mestrado em História da Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BOURBIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. Nogueira, Maria Alice e Catani, Afrânio (Orgs). In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003a.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2 ed. São Paulo: USP, 1998a.

\_\_\_\_\_. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (org.). **A Dominação Masculina revisitada**. Campinas: Papirus, 1998b.

\_\_\_\_\_. Novas Reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E. e WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes médicas, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas.** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Miséria do Mundo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003b.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a.

BRANDÃO, Maria da C. de J. P. Histórico da Escola de Enfermagem Frei Eugênio. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília/DF. 1961.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Capital Federal. 1946.

BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo Brasileiro em época de transição.** São Paulo: edições Loyola. 1974.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e Personalidade Política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'Araujo, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: EdUERJ : Ed. FGV, 1999.

CAMPOS, André Luiz Vieira. Políticas Internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública. In: GOMES, Angela de Castro (ORG.). **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Re) Introduzindo a história oral no Brasil. IN: **Reorganização Cultural – Histórias de Vida dos Judeus Refugiados do Nazi-Fascismo: Questões teóricas e metodológicas.** São Paulo. Xamã, 1996.

CARVALHO, Amália Corrêa de. Histórico da Escola de Enfermagem Lauriston job Lane. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Ano XVIII. N. 2 e 3 . abr/jun. Brasília/DF. 1965.

CARVALHO , Anayde Corrêa de. Associação Brasileira de Enfermagem (1926 – 1976): documentário. Brasília: ABEn, 1976.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. **A ovelha perdida e o bom pastor: o reverso das parábolas.** 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

CARVALHO, Márcia L. de; LEITE, Josete Luzia. **O cotidiano da enfermagem em um grande hospital – HSE (1947-1980)**. Rio de Janeiro: HSE, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. As Instituições Brasileiras da Era Vargas. In: **Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro**. Rio de Janeiro: EdUERJ: ed. FGV, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

COSTA, N.R. **Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas da saúde no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CRUZ, Maria Áurea da. **O estudo da formação profissional da religiosa – enfermeira e os problemas referentes às escolas de enfermeiras em nosso meio**. Anais de Enfermagem. ano VII. Nº 2. Junho 1954. SP.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **Histórico da Cruz Vermelha Brasileira (1908 – 1923)**. Rio de Janeiro: Cruz Vermelha Brasileira. 1923.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. Rio de Janeiro: Moderna, 2000.

EGRY, Emiko Yoshikawa. **Sessenta anos da Escola de Enfermagem: uma trajetória brilhante**. São Paulo: EE – USP, 2002.

ESPAÇO ACADÊMICO. **Alceu Amoroso Lima**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/031/31ray.htm>>. Acessado em: 25 de julho de 2004, 11:52:20.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, J. D. Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia – 40 anos de história. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, ano 39, n. 2 e 3 . 1986.

FERNANDES, Cléa Alves de Figueiredo. **História da Escola de Enfermagem do estado do Rio (1944 – 1964)**. Niterói: revista atual. 1964.

FERREIRA, M. M. e SARMENTO, C. E. **A República do Brasil: pactos e rupturas**. In: Gomes A. C.; Pandolf, D. C., Alberti V. (Org.). *A República do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC; 2002.

FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA. **O Padre Leonel Franca**. Disponível em: <<http://www.fplf.org.br/leonel.html>>. Acessado em: 01 de abril de 2004, 14:30.

GERMANO, Raimunda Medeiros. Tecendo saberes, formando uma profissão: 70 anos da Revista Brasileira de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.55, n. 3, p. 314-322, maio/jul.2002.

GOMES, Antonio Marcos Freire. **A luta pelo ensino de enfermagem no Pará: o caso as Escola de Enfermagem Magalhães Barata (1942 – 1949)**. Projeto de Dissertação de Mestrado. EEAN/ UFRJ. RJ. 2001.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia: a educação no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LACERDA, Aline Lopes e KORNIS, Mônica Almeida. **Estado Novo – a construção de uma imagem. Uma exposição do CPDOC**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1997.

LANG, Alice Beatriz da S. Gordo. (Re) Introduzindo a história oral no Brasil. IN: **História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. São Paulo. Xamã, 1996.

LEITE, M. Renault; NOVELLI Júnior. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LIMA, Izaura Barbosa. Problemas relativos à enfermagem em Saúde Pública - Enfermagem na organização sanitária federal. **Anais de Enfermagem**. V. V, N\_7 1. Jan- 1952.

LISSOVSKY, Maurício e SÁ, Paulo Sérgio de Moraes. O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. IN: **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAINWARING, Scott. **A igreja Católica e a Política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: brasiliense, 1989.

MENDONÇA, Maria G. de. **Progresso e autoritarismo no Brasil**. São Paulo: Pensieri, 1992.

NASCIMENTO, E. S. ; SANTOS, G. F. ; CALDEIRAS, V. P. **Criação, Quotidiano e Trajetória da Escola de Enfermagem da UFMG. Um mergulho no passado**. Belo Horizonte: SEGRAC.1999.

OLIVEIRA, Cassandra Soares de e BARREIRA, Ieda de Alencar. **A 2ª Guerra Mundial e o retorno das enfermeiras ao Brasil**. Esc. Anna Nery R. Enferm. , Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, agosto, 2000, p. 209 – 216.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PIPES, Richard. **Comunismo**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.

PUREZA, C. N.; SANTOS, T. C. F; BARREIRA, I. A. **A participação das alunas da EAN no movimento estudantil no pós-guerra imediato (1945 – 1950)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro. 2002.

REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Escola de Enfermagem Madre Maria Teodora**. Ano XVIII, N. 1, Fev. Brasília (DF). 1965.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROMANO, Roberto. **BRASIL: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)**. São Paulo: Kairós. 1979.

SANTOS, Ana Maria dos; NEVES, Guilherme P. das; MACHADO, Humberto F.; GONÇALVES, Williams da S. **História do Brasil: de terra ignota ao Brasil atual**. Rio de Janeiro: multimídia. 2002.

SANTOS, R. M. dos; TREZZA, M. C. S. F.; CANDIOTTI, Z. M. e LEITE, J. L. **Circunstâncias de Oficialização do Curso de Auxiliares de Enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da Lei 775/49.** Ver. Latino-americana de Enfermagem, , 2002, julho-agosto; 10(4): 561 – 70.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. **O poder simbólico da enfermagem norte americana no ensino de enfermagem na capital do Brasil (1928 – 1938).** Rio de Janeiro: Anna Nery, 2002.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; GOMES, Maria da L. B. **Trajetória histórica da investigação científica em enfermagem no Brasil.** Conferência proferida em Aula Magna. Faculdade de Enfermagem da UNICAMP. 2004.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; OLIVEIRA, Sono Taira. Rachel Haddock Lobo: vida profissional e sua contribuição para a REBEn. **Revista Brasileira de Enfermagem.** v. 55, n. 3, p. 264- 268, maio/jun. 2002.

SAUTHIER, Jussara; BARREIRA, Ieda de Alencar. **As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921 – 1931.** Rio de Janeiro: Anna Nery/ UFRJ. 1999.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B. e COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra: FGV, 2000.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Enfermagem (Leis, Decretos e Portarias).** Rio de Janeiro. 1959.

SILVA JUNIOR, Osir Claudiano. **“Pan – Padrão Anna Nery”:** A Instituição da Identidade Profissional da Enfermeira no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery/ UFRJ, 2000.

SILVA, Marysia A. da, TEIXEIRA, Maria E. M. e LIMA, G. do S. C. retrospectiva Histórica da Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Goiás. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília, v. 54, n. 3, jul./set. 2001.

SKIDMORE. T. **Brasil: de Getúlio a Castelo – 1930/1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, Andréa Raquel; BAPTISTA, Suely de Souza. A adoção do modelo anglo – americano de ensino de enfermagem na capital paulista. **Esc. Anna Nery R. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, agosto, 2002a.

SOUZA, Andréa Raquel; BAPTISTA, Suely de Souza. A criação e o legado da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo. **Enfermagem Atual**. Rio de Janeiro. Set/out, 2002b.

TABORDA, Rosaly. Profissionais para fiscalização de Escolas de Enfermagem. **Anais de Enfermagem**. V. IV. Nº 1. Jan. 1951 – SP.

TEIXEIRA, C, L. et al. Alunas religiosas na Escola de Enfermagem Anna Nery: nas décadas de 20 e 40. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v. 2, n. ½, abr/set., 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VALE. Oswaldo Trigueiro do. **O general Dutra e a redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1978.

VERDERESE, Olga. A Bahia e o problema da enfermagem. **Anais de Enfermagem**. v. II, n. 1, janeiro.1949.

## DEPOENTES

### Depoente nº 1 – Lieselotte Hoeschl Ornellas

Lieselotte Heschl Ornellas, natural de Lajes, Santa Catarina, obteve formação religiosa evangélica. Em 1936 iniciou o Curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery, nesta época a escola era dirigida pela norte americana Bertha Lucile Pullen, em sua segunda gestão. Lieselotte concluiu o curso em 1939, portanto, durante a gestão de Lais Netto dos Reys. Atuou como presidente da Associação de Alunas, mais tarde, Diretório de Enfermagem.

Em 1941 realizou o primeiro Curso de Pós- graduação, no Instituto Nacional de Nutrição Professor Escudero, na Argentina, na área de nutrição e dietética, quando ao retornar, em 1943, integrou o grupo de professoras da Escola Anna Nery, mais especificamente, a partir de 7 de janeiro de 1943, na qualidade de Instrutora de nutrição. Em 1947, realizou o seu segundo Curso de Pós Graduação, dessa vez, no College of nursing, em Londres – Inglaterra, financiada pelo Conselho Britânico. Atualmente, Liesellote Ornellas possui 87 anos e reside no Rio de Janeiro no bairro de Copacabana.

**Depoente nº 2 – Elvira de Felice Souza**

Elvira de Felice Souza nasceu no dia 27 de junho de 1920, na cidade de São Paulo. Educada segundo os princípios católicos, pelos pais Jacinto de Felice Souza e Thereza Bragazza de Felice, expressando também grande afinidade com a ideologia católica. Formada no Curso Normal, naquela mesma cidade. O seu interesse pela enfermagem se deu pela influência de uma de suas clientes que atuava como enfermeira prática, comparando-a, com frequência, com um enfermeira formada pela Escola de Enfermagem Anna Nery. Através de uma carta endereçada ao Presidente Getúlio Vargas, em 1942, manifestando o seu desejo de ingressar no curso desta escola, cuja resposta foi obtida em 25 de julho do mesmo ano, favoravelmente e encaminhado-a à Lais Netto dos Reys, à época diretora da escola.

Atuou como diretora da Escola Anna Nery na gestão de 8 de setembro de 1971 a 7 de setembro de 1975 (D.º de 16. 08. 71) e, como vice – diretora no período de 19. 09 67 a 24. 02. 71. Desempenhou outras funções expressivas no âmbito da Escola, como: substituta eventual da Coordenadora Geral dos Cursos de Pós – Graduação (Proc. Nº 35. 672./ 75 – Bol. Nº 48 de 27/11/75); representante da EEAN, junto à Coordenação Administrativa de Ensino do Hospital Universitário (Portaria n º 65/75 da diretoria da EEAN da UFRJ); Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem da EEAN de 1969 a 1971, 1976 a 1978 e de 1983 a 1986. Teve participação destacada também na difusão dos cuidados de enfermagem através da mídia, com o Programa Edna Savaget – Tv Globo – RJ, de 1965 a 1966 – TV Tupi, de 1967 a 1971 e de 1978 a 1979, na TV Bandeirantes, em 1980.

Na ABEn, desempenhou a função de Coordenadora da Comissão de Educação, no período de 1972 a 1980. Por designação do C. F. E. fez parte da Comissão Verificadora de Cursos de Enfermagem, de 1975 a 1991.

Na sua carreira acadêmica galgou as diferentes categorias, até a condição de Professora Titular (Portaria nº 391 de 26/05/77. Boletim nº 22 – junho/77). Orientadora de várias Teses e, com participação em Bancas Examinadoras em outras instituições. Apresenta vasta produção acadêmica publicada. Atualmente está aposentada, na condição de Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo processo, à época foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário. Reside no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

**Depoente nº 3 – Anna Jaguaribe da Silva Nava**

Anna Jaguaribe da Silva Nava nasceu no dia 17 de maio de 1910, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Foi educada sob influência católica, transmitida pelos pais José da Silva Nava e Diva Jaguaribe Nava. Em 5 de maio de 1937, Anna Nava solicitou à Escola de Enfermagem Anna Néri sua inscrição no Curso de Graduação, foi isenta de vestibular e, posteriormente, admitida na EAN em 1º de agosto de 1937, diplomou-se em 28 de dezembro de 1940.

Em junho de 1945, Anna Nava iniciou o Curso de Especialização em Saúde Pública no exterior, onde foi concedida a ela uma bolsa de estudos, na qual estudaria um ano completo (junho/1945 a junho/1946), patrocinada pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Nos Estados Unidos, Anna Nava estudou em instituições conceituadas como a Escola de Enfermagem da Universidade de Michigan e a Escola de Enfermagem da Universidade da Pensilvânia, na Filadélfia. Em junho de 1946, terminou a bolsa de estudos concedida pelo SESP.

Anna Jaguaribe da Silva Nava fez parte de diretoria da ABEn (ainda denominada ABED – Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas), na qualidade de primeira secretária durante o terceiro mandato de Edith de Magalhães Fraenkel, assumido em 23 de julho de 1948. Atuou também, em 1955, como membro efetivo do Conselho deliberativo da Associação Brasileira de Enfermagem (CARVALHO, 1976, p.51-55). (CARVALHO, 1976, p. 55). Assumiu encargos na ONU e no SESP na área de Saúde Pública Rural e no Vale do Rio Doce (COELHO, 1997, p.76).

Além de sua ampla atuação dentro da ABED (atual ABEn), Anna Nava foi professora de História da Enfermagem e de Saúde Pública da Escola Anna Nery. Ao retornar ao Brasil, em 1946, assumiu o cargo de instrutora em Enfermagem de Saúde

Pública no Centro de Saúde no 6º distrito no setor de estágio da Escola Anna Nery, sob a direção de Rosali Taborda (LIMA, 2002, p.12).

Em 1950, na gestão de Waleska Paixão, assumiu a vice-diretoria, sendo diretora durante a ausência de Waleska Paixão na Escola. Dirigiu a Divisão de Estágios da Escola Anna Nery (COELHO, 1997, p. 76). Em 21 de julho de 1951 foi admitida pela Universidade do Brasil no cargo de docência (Banco de Dados da Divisão de Cadastro da SR-4/UFRJ). A aposentadoria de Anna Jaguaribe da Silva Nava deu-se através da Portaria nº 13.702 de 17 de maio de 1977, publicado no Diário Oficial da União (Banco de Dados da Divisão de Cadastro da SR-4/UFRJ). Atualmente, Anna Nava possui 93 anos e reside no Rio de Janeiro no bairro de Laranjeiras.

## Anexo I

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em ter meu depoimento gravado em fita cassete pelo professor Antonio José de Almeida Filho, aluno regularmente inscrito no Curso de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery / UFRJ, na linha de pesquisa História da Enfermagem. Este depoimento faz parte da coleta de dados para o desenvolvimento de sua Tese de Doutorado, cujo título provisório é “A inserção da Escola Anna Nery no movimento católico: a liderança de Lais Netto dos Reys (1938 – 1950)”.

Outrossim, esclareço que minha participação é livre e consinto que o meu depoimento seja transcrito e doado ao Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro,

---

## Anexo II

### TERMO DE DOAÇÃO DE DEPOIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a doação do meu depoimento fornecido para o desenvolvimento da Tese de Doutorado intitulada provisoriamente como: “Participação da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) no realinhamento do campo da educação em enfermagem (1931 – 1949)”, de autoria de Antonio José de Almeida Filho, para o Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e assim, poder ser utilizada em outras pesquisas.

Rio de Janeiro,

---

**Anexo III**

**Parecer do CEP da EEAN/ HESFA**

## **Anexo IV**

### **Roteiro de Entrevista Acompanhada de Fotografias**

1. Você conhece esta fotografia?
2. Em caso afirmativo, lembra-se deste evento?
3. Quais são as pessoas presentes nesta foto? (atributos das pessoas)
4. Local do evento?
5. A foto foi realizada por um profissional?
6. Lembra-se como se deu a disposição das pessoas neste arranjo fotográfico?
7. Em caso afirmativo, poderia descreve-lo?

OBS: Abordar outras questões específicas conforme o próprio arranjo fotográfico, por exemplo: no caso das fotos em que Laís está no Palácio do Catete, abordar questões inerentes ao evento propriamente dito, as relações de Laís com as pessoas presentes na foto, etc.).